

REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE **ALBUFEIRA**

RELATÓRIO FINAL

abril 2024



Equipa técnica

Coordenação da Revisão da Carta Educativa de Albufeira

Luís Carvalho

Consultores

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Liliana Calado

Sónia Vieira

Conteúdo

Nota de apresentação	9
1. Enquadramento e Contextualização Geral.....	11
1.1. Introdução	11
1.2. Quadro Legislativo de Referência	11
1.3. Política Europeia e Metas a Prosseguir	16
1.4. Política Setorial e Reformas em Curso	23
1.5. Participação e protagonismo dos Municípios	31
1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial	34
1.7. Antecedentes: A Carta Educativa de Albufeira	37
1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal	38
1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos	39
1.10. Objetivos e Desafios	41
1.11. Metodologia de Trabalho	42
2. Quadro de Referência Territorial	47
2.1. Introdução	47
2.2. Inserção Territorial.....	47
2.3. Sistema Urbano Municipal	51
2.4. Demografia	59
2.5. Perfil socioeconómico da população	61
2.6. Educação	64
3. Caracterização e Diagnóstico da Oferta	77
3.1. Enquadramento Geral	77
3.2. Educação Pré-escolar	80
REDE PÚBLICA	80
3.2.1. EQUIPAMENTOS	80
3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS.....	81
REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA	83
3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico.....	84
3.3.1. EQUIPAMENTOS	84
3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS.....	87
3.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.....	88
3.4.1. EQUIPAMENTOS	88
3.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS.....	89
3.5. Ensino Secundário	91
3.5.1. EQUIPAMENTOS	91
3.5.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS.....	92
3.6. Ensino Profissional e Artístico	94

4. CARATERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL	95
4.1. Procura Atual por Tipologia de Equipamento/Nível de Ensino	95
4.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL	95
4.1.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	96
4.1.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	99
4.1.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	103
4.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO	108
4.2. Projeções da População Escolar	115
4.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA	115
4.2.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2030)	116
4.3. Matriz Síntese de Diagnóstico	123
5. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	125
5.1. PRINCIPIOS ORIENTADORES	125
5.1.1. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS	125
5.1.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	125
5.1.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR	126
5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA	127
5.2.1. VISÃO ESTRATÉGICA	127
5.2.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	127
5.3. PROGRAMA DE AÇÃO	133
5.3.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	133
5.3.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO	134
5.3.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO	146
5.3.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	148
5.3.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR	149
5.4. Quadro-Síntese de financiamento	150
6. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	155
6.1. Um contexto de partida	155
6.2. Âmbito	156
6.3. Modelo de Monitorização	157
6.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação	158

Índice de Figuras

Figura 1. Estrutura do sistema educativo português	19
Figura 2. Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2009-2019	20
Figura 3. População com 30-34 anos com ensino superior – 2009-2019.....	20
Figura 4. Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)	20
Figura 5. Tendências em leitura, matemática e ciência	21
Figura 6. Educação pré-escolar (Participation in early childhood education) 2008-2018.....	22
Figura 7. Carta Educativa de Albufeira – Rede proposta, 2006.....	38
Figura 8. Modelo territorial do PROT Algarve.	48
Figura 9. Principais Acessibilidade ao Concelho de Albufeira	49
FIGURA 10. INSERÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA NA NUT II ALGARVE.....	50
FIGURA 11. TAXA DE VARIAÇÃO DOS ALOJAMENTOS, CONCELHO E FREGUESIAS DE ALBUFEIRA (2001 - 2021) (%)	54
FIGURA 5. DENSIDADE DE ALOJAMENTOS, POR CONCELHO, 2021, Nº/KM ²	54
FIGURA 13. DENSIDADE DE ALOJAMENTOS, POR FREGUESIA, 2021, Nº/KM ²	55
FIGURA 14. FOGOS LICENCIADOS (N.º) EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2014-2022 ...	55
FIGURA 15. FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR FREGUESIA, 2012.....	55
FIGURA 16. FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR FREGUESIA, 2012.....	55
FIGURA 17. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º), TIPO DE ENSINO E NATUREZA INSTITUCIONAL, 2011/2012 E 2021/2022	56
FIGURA 11. CRECHES NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2023	56
FIGURA 19. CAPACIDADE DO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, SEGUNDO A NATUREZA INSTITUCIONAL 2023	56
FIGURA 20. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE ENTRA NA UNIDADE TERRITORIAL (MOVIMENTOS PENDULARES) (%) (2021)	58
FIGURA 21. REPARTIÇÃO MODAL DAS VIAGENS INTRA-CONCELHIAS, 2011 E 2021	58
FIGURA 22. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, NUT III E CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2001/2011 E 2011/2021 (%).....	59
Figura 23. Indicadores demográficos, Albufeira, 2011 e 2022 (n.º).....	60
Figura 24. População residente, segundo os grupos etários, Albufeira, 2001,2011 e 2021 (%).....	60
Figura 25. Saldo migratório, Albufeira 2011-2019 (n.º).....	60
Figura 26. Taxas de crescimento natural e efetivo, Albufeira 2011-2019 (%).....	60
Figura 27. Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, segundo o filho mais novo, Concelho de Albufeira, 2021 (%).....	61
Figura 28. Núcleos familiares com filhos segundo o grupo etário do filho mais novo, 2021 (%)	61
FIGURA 29. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS DE PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS DE IDADE (%), POR FREGUESIA, 2011 E 2021.....	62
FIGURA 30. TAXA DE DESEMPREGO (%), ALBUFEIRA, 2011 E 2021.....	63
FIGURA 31. DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL À PROCURA DE NOVO EMPREGO (MÉDIA ANUAL), POR GRANDES SECTORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA (%), 2022	63
FIGURA 32. DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL), POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, ALBUFEIRA, 2022.....	63
FIGURA 33. DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL), ALBUFEIRA, 2009-2022.....	63
FIGURA 34. DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL) POR TEMPO DE INSCRIÇÃO (%), 2009 E 2022.....	64
FIGURA 35. EVOLUÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS (%), 2010-2022	64
FIGURA 36. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, ALGARVE, EM 2011 E 2021 (%)	64
FIGURA 37. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE, 2009-2019	64
FIGURA 38 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO NÃO SUPERIOR, ALBUFEIRA E CONCELHOS LIMÍTROFES, 2008/2009 A 2021/2022	65
FIGURA 39. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (N.º), NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2008/2009, 2013/2014, 2017/2018 E 2021/2022	65
FIGURA 40. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (%), NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2008/2009, 2013/2014, 2017/2018 E 2021/2022	65

FIGURA 41. ALUNOS MATRICULADOS POR NATUREZA INSTITUCIONAL (N.º), EM ALBUFEIRA E CONCELHOS LIMÍTROFES, 2011/2012 E 2021/2022	65
FIGURA 42. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO E NATUREZA INSTITUCIONAL (N.º), EM ALBUFEIRA, 2021/2022	66
FIGURA 43. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR DA POPULAÇÃO ENTRE OS 10 E OS 15 ANOS (%), EM 2011.....	66
FIGURA 44. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO (%), POR NÍVEL DE ENSINO, 2011/2012 E 2021/2022	66
FIGURA 45. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2011/12 E 2021/22	67
FIGURA 46. ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA	68
FIGURA 47 – PERCENTAGEM DE ALUNOS DA REGIÃO QUE CONCLUEM O 1º CEB EM QUATRO ANOS	69
FIGURA 48. PERCENTAGEM DE ALUNOS DA REGIÃO QUE CONCLUEM O 2º CEB EM DOIS ANOS	69
FIGURA 49. PERCENTAGEM DE ALUNOS DA REGIÃO QUE CONCLUEM O 3º CEB EM TRÊS ANOS	69
FIGURA 50. PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM OS CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS EM TRÊS ANOS	69
FIGURA 51. PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O ENSINO PROFISSIONAL EM TRÊS OU MENOS ANOS	69
FIGURA 52. EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO, PROVAS DE PORTUGUÊS E DE MATEMÁTICA	72
FIGURA 53. DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	77
FIGURA 54. RECURSOS HUMANOS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020/2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	83
FIGURA 55. ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS REDE PÚBLICA/REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (%).....	84
FIGURA 49. CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA .	97
FIGURA 57. PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA.....	98
FIGURA 58. ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA	101
Figura 59. Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º do ensino básico da rede pública no concelho de Albufeira, por agrupamento de escolas	105
Figura 60. Alunos inscritos nos estabelecimentos do 3º do ensino básico da rede pública no concelho de Albufeira, por agrupamento de escolas	106
FIGURA 61. ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.....	110
FIGURA 55. ALUNOS INSCRITOS EM CURSOS PROFISSIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO DA DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	113
FIGURA 63. PADRÃO TERRITORIAL DA REDE: PRINCÍPIOS	126
FIGURA 64. VISÃO ESTRATÉGICA.....	127

Índice de Tabelas

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES (%)	52
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES (%)	52
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM LUGARES COM MAIS DE 300 HABITANTES NO CONCELHO DE ALBUFEIRA E VARIAÇÃO 2001-11/11-21	53
TABELA 4 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 2º ANO, 2022 (%)	70
TABELA 5 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 5º ANO, 2022	71
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, NA PROVA DE MATEMÁTICA, 3º CICLO, 2015/16-2021/22	71
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, NA PROVA DE PORTUGUÊS, 3º CICLO, 2015/16-2021/22	72
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO – ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA	73
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO – ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA	73
TABELA 10 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO DE ALBUFEIRA POENTE- 2019-2020	73
TABELA 11 – TAXAS DE SUCESSO CURSOS PROFISSIONAIS (ANO 2022-2023), AE ALBUFEIRA POENTE	74
TABELA 12 – MÉDIA DAS TAXAS DE SUCESSO CURSOS PROFISSIONAIS (ANO 2022-2023), AE ALBUFEIRA POENTE, COMPARANDO COM ANOS LETIVOS ANTERIORES	74
TABELA 13 – PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO - ALUNOS DE CURSOS PROFISSIONAIS QUE COMPLETAM O CURSO EM 3 ANOS	74
TABELA 14 – INDICADORES DE EMPREGABILIDADE DOS CURSOS PROFISSIONAIS	74
TABELA 15 – TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA (REDE PÚBLICA)	78
TABELA 16 – TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO (REDE PÚBLICA)	78
TABELA 17 – ANO DA ÚLTIMA REQUALIFICAÇÃO, POR AGRUPAMENTO E ESCOLA	79
TABELA 18 – ANO DE CONSTRUÇÃO, Nº DE EDIFÍCIOS E Nº DE SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	80
TABELA 19 – CARÊNCIA DE SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	81
TABELA 20 – CARÊNCIA RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018-2019, POR FREGUESIA	82
TABELA 21 – EQUIPAMENTOS DA REDE PRIVADA LUCRATIVA E SOLIDÁRIA DE PRÉ-ESCOLAR, EM 2020, POR FREGUESIA	84
TABELA 22 – EQUIPAMENTOS DA REDE PÚBLICA DE 1º CICLO, EM 2020/2021, POR FREGUESIA	85
TABELA 23 – SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º) E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021	87
TABELA 24 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	88
TABELA 25 – SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021	90
TABELA 15 – CARÊNCIA DE SALAS PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO NORMAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021	90
TABELA 27 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	91
TABELA 28 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, INTEGRADOS NA REDE PÚBLICA, NO ANO LETIVO 2020/2021, POR FREGUESIA	91
TABELA 29 - CURSOS PROFISSIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, INTEGRADOS NA REDE PÚBLICA, NO ANO LETIVO 2020/2021	93
TABELA 30 - RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021	93
TABELA 31 - ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2000/01, 2016/17 E 2018/19 (N.º/%)	95

TABELA 32 – NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NA REDE PRIVADA LUCRATIVA E SOLIDÁRIA DE PRÉ-ESCOLAR, EM 2021, POR FREGUESIA ...	96
TABELA 33 – CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES NO CONCELHO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018/2019 A 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	98
TABELA 34 – ALUNOS QUE FREQUENTAM AS AEC E CAF NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	102
TABELA 35 – ALUNOS RETIDOS/ABANDONARAM NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	103
TABELA 36 – ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NOS ANOS LETIVOS 2018/2019, 2019/2020 E 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.....	104
TABELA 37 – ALUNOS INSCRITOS/TURMAS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NOS ANOS LETIVOS 2018/2019, 2019/2020 E 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	104
TABELA 38 – ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.....	107
TABELA 39 – ALUNOS RETIDOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	108
TABELA 40 – ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	108
TABELA 41 – ALUNOS INSCRITOS /TURMAS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	109
TABELA 31 – ALUNOS RETIDOS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020	111
TABELA 32 – ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020	111
TABELA 44 – ALUNOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018/19 E 2020/2021	112
TABELA 45 – Alunos retidos e alunos que abandonaram cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho de Albufeira, no ano letivo 2019-2020.....	114
TABELA 46 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO EXPANSIONISTA MODERADO)	117
TABELA 36 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: JARDINS-DE-INFÂNCIA	118
TABELA 48 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 1º CICLO.....	118
TABELA 49 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 2º CICLO.....	119
TABELA 50 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 3º CICLO.....	119
TABELA 40 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: SECUNDÁRIO	119
TABELA 52 – INDICADORES RELEVANTES PARA CALIBRAR A POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR NA REDE PÚBLICA	120
TABELA 53 - POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, NA REDE PÚBLICA (2025)	121
TABELA 54 - POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, NA REDE PÚBLICA (2031)	121
TABELA 55 - REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)	122
TABELA 45 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DE ALBUFEIRA	140
TABELA 46 –FICHA DE AÇÃO: GRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (JI E 1º CICLO)	142
TABELA 47 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO)	142
TABELA 48 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PARQUE ESCOLAR DOS JI E 1º CICLO).....	144
TABELA 49 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR (JI E 1º CICLO)	145
TABELA 61 – SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO	150
TABELA 62 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO	153
TABELA 63 – INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO).....	160
TABELA 64 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO: EXEMPLIFICAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)	161
TABELA 65 – FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE	163

Nota de apresentação

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Albufeira surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2006, o Município aprovou a Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, face ao novo quadro legal e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as seis componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial); Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta), Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção) e Parte VI (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em volume autónomo (volume Anexos), as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões como um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para os diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública e os diversos serviços municipais. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal de Albufeira e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Albufeira é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

A elaboração deste instrumento coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19. Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. Enquadramento e Contextualização Geral

1.1. Introdução

Conforme consagrado na Lei (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), a Carta Educativa representa o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada concelho.

A Carta Educativa de Albufeira (CEA) foi aprovada em 2006. Sendo um processo desenvolvido externamente, com contributo e participação ativa de diversas estruturas municipais, foi assumidamente participado e co-construído com os principais atores da comunidade educativa. Esta abordagem permitiu definir uma matriz estratégica de melhoria da qualidade e eficácia do sistema educativo, consubstanciada num programa de intervenção ambicioso e sustentado num importante quadro de projetos estruturantes de iniciativa municipal.

Neste quadro de referência, a reorganização e reordenamento da rede escolar municipal, num quadro de necessidade de racionalização e redimensionamento do parque edificado, permitiu, genericamente, responder e adequar a rede à evolução da política educativa e da procura nos últimos anos. Acresce que os instrumentos de apoio comunitário, enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram a execução de diversas intervenções propostas (requalificações no parque escolar), concorrendo para um satisfatório desempenho da Carta.

Porém, considerando o período decorrente desde a sua aprovação até à atualidade, é expectável que o contexto de referência que determinou a elaboração da Carta esteja profundamente alterado. Acresce que, de acordo com Decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro (tal como já se processava com o Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro), existe a obrigatoriedade de proceder à Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal (sendo obrigatória esta reavaliação de dez em dez anos). Neste contexto, passados 15 anos da sua aprovação, considera-se ser o momento oportuno para proceder à Revisão da Carta Educativa.

1.2. Quadro Legislativo de Referência

Nas últimas décadas, o Mundo tem vindo a confrontar-se com mudanças rápidas resultante da globalização e dos desafios de uma nova economia baseada no conhecimento. A multiplicidade e complexidade das relações estabelecidas ao nível económico, social e cultural têm imposto uma evolução constante e flexível, das estruturas e sobretudo das pessoas.

A necessidade de gerar e adaptar as estruturas e os mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentivasse e orientasse os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re) ingressar nos sistemas de educação e formação, conferiram à Educação e à Escola um papel progressivamente maior nas Sociedade e atribuíram-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste contexto, ao longo dos últimos anos, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, conferindo uma relevância acrescida ao Sistema Educativo. As referências que se apresentam, no

caso português, enquadram-se nesta perspetiva e assumem-se como o quadro legislativo de referência e suporte ao exercício de revisão em curso.

Constituição da República Portuguesa (CRP) - artigo 73º, 74º e 75º	<i>O Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”. Incumbe ao Estado promover a inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.</i>
Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro	<i>A Lei de Bases estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo. Dos seus princípios organizativos, n.º 3, da LBSE, relevam: i) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; ii) contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local; iii) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.</i> <i>A Lei de Bases, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, foi alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro; 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de Agosto e pela Lei n.º 65/15, de 3 de julho, esta última com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade. A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade, com um objetivo final de que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</i>
Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro	<i>A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio. A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância.</i>
Lei n.º 159/99, de 14 de setembro	<i>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação, relevando o art. 19.º: i) Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; ii) Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais; iii) Criar os conselhos locais de educação; iv) Garantir a rede de transportes públicos escolares; v) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; vi) Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar; vii) Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar; viii) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico; ix) Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.</i>
Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro	<i>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, procurou estabelecer um quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios. O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las. Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração das Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.</i>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	<i>A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, no Artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:</i> <i>1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.</i> <i>2 - Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional: a) Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares; b) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar; c) Participar na gestão dos recursos educativos; d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.</i> <i>3 - Compete ainda aos órgãos municipais:</i> <i>a) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; b) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas; c) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória; d) Participar na organização da segurança escolar.</i> <i>4 - As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.</i>
Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação. Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal. Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas. Com este diploma mantém-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação. Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

A partir da análise de conteúdo do quadro legal vigente, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, que aprofunda a definição, objeto e objetivos da Carta Educativa. Segundo o seu artigo 5º, a Carta Educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no

município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Conforme explicitado no artigo 7º, a Carta Educativa possui como objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola. Deve ainda incluir uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas assim como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários de desenvolvimento urbano e escolar prospetivados.

Note-se ainda que a Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, possuindo como objetivos principais (artigo 6º):

- ▶ Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- ▶ Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento ao nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- ▶ Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- ▶ Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- ▶ Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do concelho, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Em resultado deste enquadramento, a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos; iii) melhorar e qualificar o parque escolar instalado no concelho.

Competências de Investimento	Investimento
Artigo 31.º - Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares	Artigo 32.º - Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares
▶ 1 - A construção, requalificação e modernização de edifícios escolares compete às câmaras municipais, em execução do planeamento definido pela carta educativa. ▶ 2 - O departamento governamental com competência na matéria pode promover a	▶ 1 - A aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos, utilizados para a realização das atividades educativas, compete às câmaras municipais.

Competências de Investimento	Investimento
Artigo 31.º - Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares	Artigo 32.º - Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares
construção, requalificação e modernização de edifícios escolares cuja oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal (...) solicitando às entidades intermunicipais abrangidas na área territorial supramunicipal, parecer prévio sobre a construção, requalificação ou modernização do edifício escolar em causa.	► 2 - A realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário compete às câmaras municipais (...) e integra a conservação e manutenção dos espaços exteriores incluídos no perímetro dos estabelecimentos educativos destas tipologias.

Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

Por outro lado, refletindo o processo de ordenamento da rede educativa nacional e sendo de, *per si*, um instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, relevando a necessidade/obrigatoriedade das suas orientações serem integradas com os Planos Diretores Municipais (PDM). Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais com incidência local (alínea c), art.º 70). Por outro lado, com o Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, reforça-se a perspetiva que o PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação. Assim, estando associada ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental de planeamento informador da decisão estratégica, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do redimensionamento do sistema educativo no concelho por forma a adequar a rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico (decidindo quanto à construção, encerramento ou readaptação física e funcional dos espaços escolares).

1.3. Política Europeia e Metas a Prosseguir

Para que a União Europeia possa concretizar todo o seu potencial no plano económico, social e cultural, definiu-se em março de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa) uma nova estratégia com vista a reforçar o mercado de emprego e coesão social suportados numa “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

Sendo a Educação assumida como domínio-chave para a prossecução deste objetivo, na primeira década do milénio, foram definidas estratégias - que abraçaram os diversos subsistemas da educação e da formação e todos os seus intervenientes - para que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências e para que se criassem estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando a todos diversas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

A principal agenda da estratégia de crescimento da União Europeia (UE) para a presente década é o documento Estratégia Europa 2020¹, emanado da Comissão Europeia (junho de 2010). Dadas as grandes mudanças que estão a ocorrer no Mundo, foi estabelecida a grande ambição de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), prioridades que interagem e se reforçam mutuamente, tendo em vista o alcance nos diferentes Estados-Membros de elevados níveis de emprego, de produtividade e de coesão social.

Em conformidade, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, com objetivos concretos a levar a cabo até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo a estratégia operativa apoiada por ações concretas ao nível nacional e da UE (algumas centradas, direta ou indiretamente, na Educação).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego	► Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos	► Taxa de emprego: 75%
I&D e inovação	► Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação	► I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações climáticas e energia	► Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990	► Redução das emissões de CO2: 20% ► Energias renováveis: 31%

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
▶ Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis ▶ Aumentar em 20% a eficiência energética		▶ Eficiência energética: 20% (30% no caso da administração pública)
Educação	▶ Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% ▶ Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior	▶ Abandono escolar precoce: 10% ▶ Ensino superior: 40%
Pobreza e exclusão social	▶ Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.	▶ Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Para atingir tais objetivos, a Comissão Europeia propôs 7 iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com ações a todos os níveis: organizações à escala da UE, Estados-Membros e autoridades locais e regionais.

7 Iniciativas emblemáticas	
União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Juventude em movimento	Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Europa eficiente em termos de recursos	Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.

7 Iniciativas emblemáticas	
Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Agenda para novas qualificações e novos empregos	Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».
Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

A ambição de desenvolvimento do País está plasmada em diversos documentos, com destaque para os que deram sustentação ao Portugal 2020 e para os que emanaram da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Pese embora o contexto adverso que o País enfrenta, e as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuarão a manter atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazos.

No horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal encontra sustentação em quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

A recente Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho (...) que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.

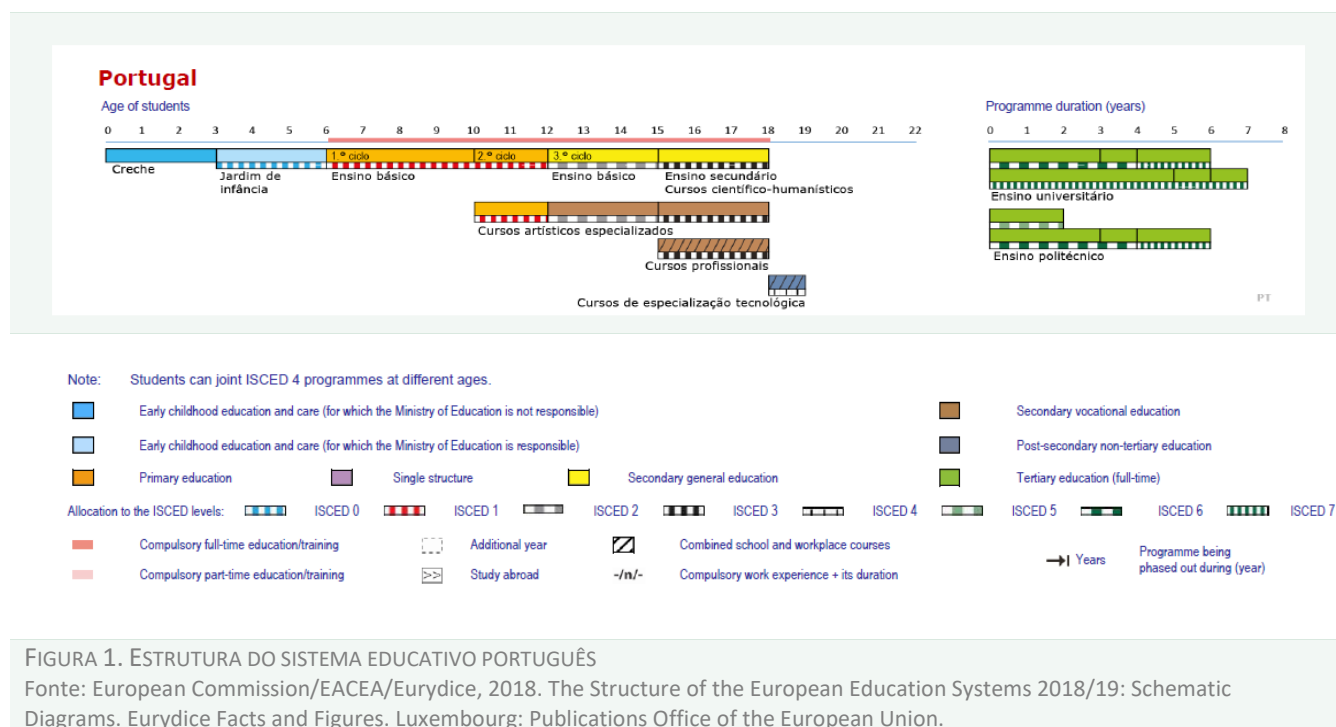
Das linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País, alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, mantêm a sua atualidade e permitem enquadrar e suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo no quadro da rede do Sistema Educativo:

- ▶ Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- ▶ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- ▶ Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;

- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Neste quadro, importa considerar algumas das principais tendências emergentes e que serão o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local dos próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforço de prioridade na alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundamento das experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentração espacial dos investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinição dos modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do *stock* de bens públicos.



É reconhecido que a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário) é fundamental não só para aumentar as competências, mas também para melhorar as perspetivas e oportunidades de emprego dos jovens. Pessoas com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) são mais propensas a encontrar um emprego, a ter um rendimento superior, do que as que possuem um baixo nível de educação.

Conforme referenciado, o objetivo Europa 2020 passa por reduzir a percentagem de população com baixas qualificações escolares, entre os 18 a 24 anos. Em 2019, na União Europeia, rondava os 10,3%, valor significativamente menor do que o registado em 2008 (14,7%), demonstrando uma evolução muito positiva neste indicador². Em Portugal, o mesmo indicador fica ainda 0,3 pp acima da média europeia, pelos 10,6% (34,9%, em 2008).

Embora esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens) e a tendência deverá continuar, mesmo que a um ritmo mais lento.

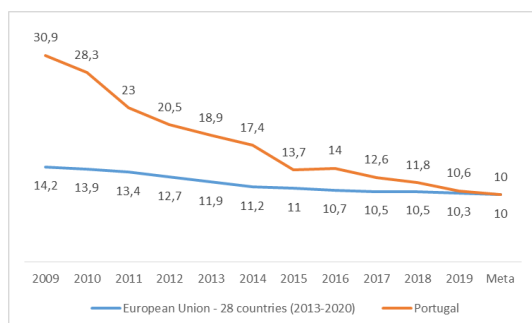


FIGURA 2. ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS) – 2009-2019

Fonte: Eurostat

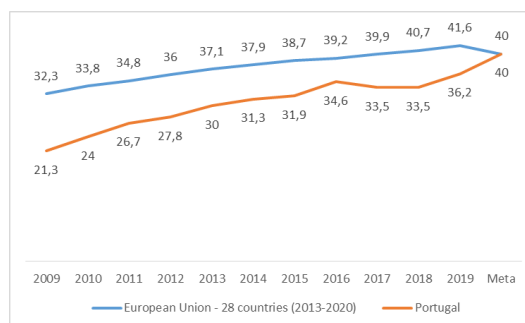


FIGURA 3. POPULAÇÃO COM 30-34 ANOS COM ENSINO SUPERIOR – 2009-2019

Fonte: Eurostat

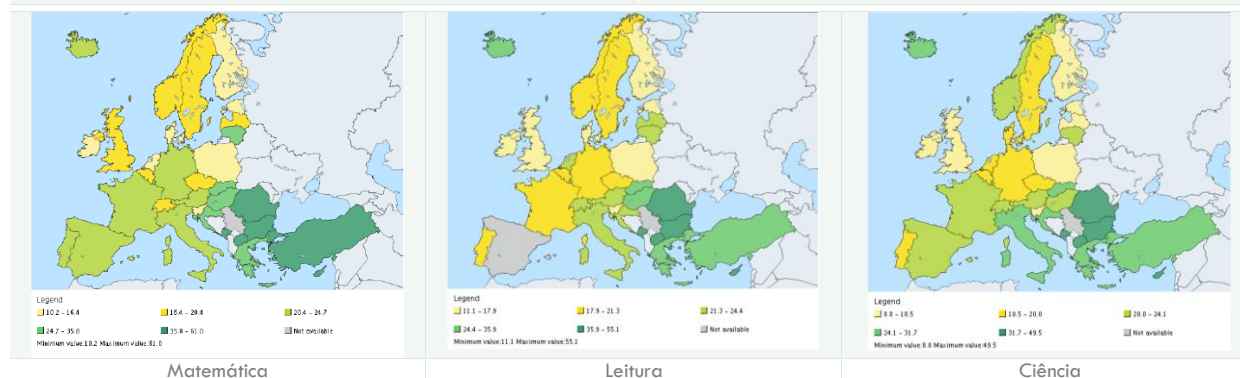


FIGURA 4. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIA (2018)

Fonte: Eurostat

% de estudantes com menos de 15 anos com competências inferiores ao nível 2 de PISA.

(https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/mapToolClosed.do?tab=map&init=1&plugin=1&language=en&pcode=sdg_04_40&toolbox=legend)

Segundo o *student performance* (PISA 2018), o desempenho em leitura, matemática e ciências, em Portugal, é o seguinte:

² <https://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/europe-2020-strategy/headline-indicators-scoreboard>

- Leitura: os jovens de 15 anos, em Portugal, pontuam 492 pontos, em comparação com uma média de 487 pontos nos países da OCDE.
- Em média, as crianças de 15 anos de idade pontuam 492 pontos em matemática, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.
- Em Portugal, o desempenho médio em ciência dos jovens de 15 anos é de 492 pontos, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.

O estatuto socioeconómico explica 14% da variação do desempenho em leitura em Portugal, quando a média da OCDE é de 12%. A diferença média entre estudantes favorecidos e desfavorecidos na leitura é de 95 pontos, em comparação com uma média de 89 nos países da OCDE. Contudo, 10% dos estudantes desfavorecidos são academicamente resilientes (a média da OCDE é de 11%).

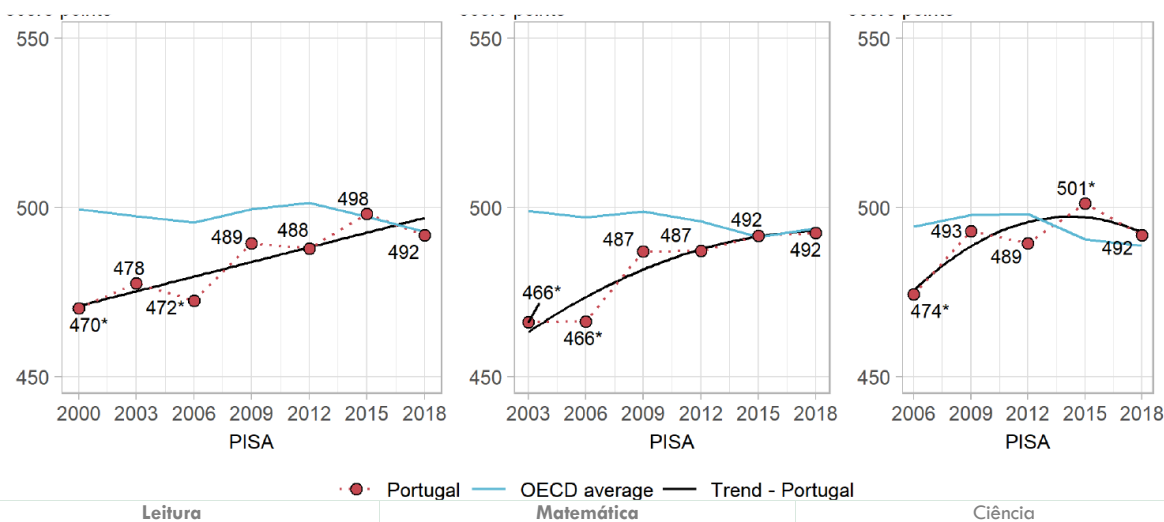


FIGURA 5. TENDÊNCIAS EM LEITURA, MATEMÁTICA E CIÊNCIA

Fonte: OCDE, PISA, 2018.

Entre 2006 e 2017, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal reduziu-se para 1/3, mas por comparação a representatividade dos jovens entre os 18 e os 24 anos que não têm ensino secundário e que não estão em ações de formação é a quarta maior da União Europeia (fonte: Eurostat). Esta é uma dimensão que se encontra “a descoberto” no País, emergindo uma franja significativa de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que possa obviar à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Segundo o documento da Comissão Europeia “Monitor da Educação e da Formação” (2018), Portugal reduziu a taxa de abandono escolar precoce (entre os 18 e os 24 anos) em 7,9% no período 2012-2017, sendo em 2017, de 12,6%, valor ainda acima da média da União Europeia (10,6%). Contudo, a diferença de género é particularmente pronunciada, (5,3 p.p.), sendo de 15,3% no caso dos homens e de 9,7% no caso das mulheres (dados de 2017). Assim, apesar de ter sido o país que mais reduziu o abandono (por comparação a 2006), Portugal ainda não atingiu uma meta definida na Estratégia Europeia 2020: taxa de abandono escolar precoce de 10%. A situação do país

melhorou, em 2019, estando mais perto da meta europeia, com uma taxa de 10,6%, subsistindo uma grande discrepância de género (13,7% - homens; 7,4% - mulheres).

Conforme referenciado anteriormente, outro dos objetivos para 2020 passa por possuir 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2009, era de 21,3%). Numa década, entre 2009 e 2019, observou-se um incremento, da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 21,3% para os 36,2% (média da UE28=41,6%).

Por outro lado, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) registaram uma grande oscilação, com o valor mais elevado registado em 2012 (95,0%), e situando-se nos 93,7%, em 2018, abaixo da média da UE28 (95,3%).

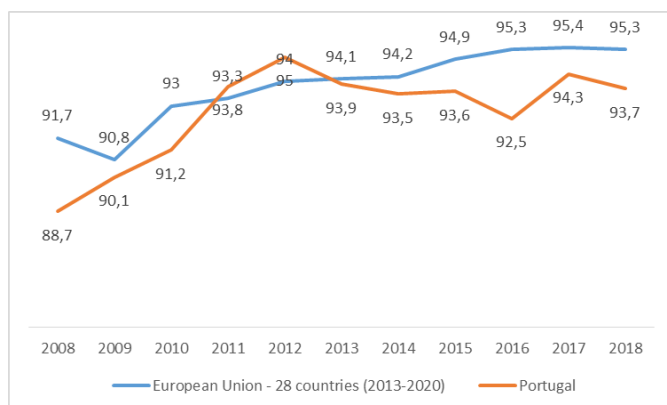


FIGURA 6. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (PARTICIPATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION) 2008-2018

Em 2014, em relação ao investimento, a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) era de 6,2%, sem alterações face a 2011 e acima da média da UE (4,9%). Dados provisórios de 2018 apontam para uma percentagem de 3,7% do PIB em despesas de educação, o que revela uma diminuição do investimento neste domínio.

Por outro lado, para fomentar de forma sustentada o crescimento e aumentar o emprego e prevenir/antecipar diferenças acentuadas de competências, os sistemas de educação e formação existentes têm de ser capazes não só de absorver um número superior de alunos, mas igualmente de proporcionar boa qualidade de ensino. Os inquéritos realizados pela OCDE (2015) revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Registe-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino: i) Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar); ii) Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência; iii) Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE, para 2020, releva a tendência para a universalização da participação das crianças com 4 anos na educação infantil (pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem integrar a rede de pré-escolar). Após uma trajetória de aproximação consistente durante a primeira

década do milénio, desde 2012, que Portugal cumpre esta meta. Deve registar-se que, face à integração tendencialmente universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, havendo a orientação de alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância.

1.4. Política Setorial e Reformas em Curso

Para além do quadro legislativo de referência, que atualmente enquadra e suporta o desenvolvimento do Sistema Educativo, em Portugal, importa identificar as principais opções assumidas atualmente em termos de programação e gestão governativa.

O XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante a presente legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, nomeadamente: Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”. Para a concretização deste desafio, emergem como objetivos específicos para a Educação: i) Apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades; ii) Combater as desigualdades à entrada e à saída da escola, iii) Promover o acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Dando continuidade ao programa definido no quadriénio anterior, aponta-se para que a consolidação das contas públicas exija melhorias significativas na eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – “na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”). Concomitantemente, releva-se a necessidade de apostar na valorização do capital humano, enquanto condição primeira para um país mais próspero (o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades). Assim, “o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

Assumindo que o “acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023), combater as desigualdades à entrada e à saída da escola deve ser um desígnio nacional.

Neste quadro, a principal prioridade da política educativa centra-se no combate ao insucesso escolar, entrave relevante à qualidade do ensino, à equidade e ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de	1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
	descentralização das competências	5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

Com as eleições, em 2022, tomou posse o XXIII Governo Constitucional que mantém, no essencial, o quadro de prioridades, objetivos e medidas anteriormente estruturadoras da ação governativa.

O combate às desigualdades através da educação é fundamental, continuando as apostas na “inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades”. A escola inclusiva, como estabelece o Plano 21|23 Escola+, será robustecida através de uma maior capacitação das escolas e a adoção de novos programas de apoio às aprendizagens e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Consolidar os apoios tutoriais, dar continuidade ao reforço das políticas de Ação Social Escolar, implementar um Programa de Apoio a famílias vulneráveis (redes permanentes de apoio à infância e à juventude, de base autárquica) são ações prioritárias a prosseguir.

Também quanto à melhoria das aprendizagens é referido no Programa do Governo a importância de continuar o trabalho iniciado, com resultados positivos atestados. Merece destaque continuar o reforço do ensino experimental das ciências, com a generalização dos Clubes Ciência Viva na Escola, bem como modernizar o ensino profissional, mediante a criação dos Centros Tecnológicos Especializados e aprofundando a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas. “Erradicar as bolsas de analfabetismo e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto das comunidades imigrantes através de planos conjuntos entre escolas-municípios-delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)” assume-se também como uma importante medida a implementar.

Conforme referenciado anteriormente, a Lei de Bases estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e representa o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação e do Sistema Educativo, em Portugal. Nos últimos anos, tem sido recorrentemente apontada a necessidade de se proceder à sua Revisão. Neste quadro, celebrando 30 anos em 2016 e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação considerou relevante avaliar a atualidade e adequação da Lei quanto ao desenvolvimento social, económico e cultural do país. Neste intuito, e

de forma a promover uma reflexão informada e de qualidade em torno da Lei de Bases, desenvolveu diversas iniciativas, estruturadas segundo as temáticas e questões elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um potencial novo quadro legislativo.

Seminário

1. Educar para que futuro?	Reflexão de Base	<i>Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes concepções ideológicas e políticas.</i>
	Questões de debate	<i>Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/ conhecimento/capacidades? Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?</i>
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	Reflexão de Base	<i>As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.</i>
	Questões de debate	<i>Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história “pátria”, a literatura nacional, etc.) ou a europeia? E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? E a partir de que idade se deve organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?</i>
3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino	Reflexão de Base	<i>A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências.</i>
		<i>Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais - e</i>

		educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.
	Questões de debate	A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes? Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no ensino básico? Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias? Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?
4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo	Reflexão de Base	Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo. A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade. Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinos básico e secundário. Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos. Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática. A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.
	Questões de debate	Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória? Diferenciação de trajetos: como e quando? Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?
	Reflexão de Base	No art.º 2º da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.
5. Liberdade de ensino e serviço público de educação	Questões de debate	Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE? - Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo? Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos? Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público? Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha? O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida

		por todos? Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)? Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo? Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado? Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países? Haverá algo a reter desses modelos?
6. Organização e desenvolvimento do ensino superior	Reflexão de Base	Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior. É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º, LBSE). A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação. A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.
	Questões de debate	Que alterações efetuar no ensino superior? Natureza binária do sistema de ensino superior? Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação? Como promover a internacionalização e mobilidade? Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?
7. Formação de professores: dilemas e desafios	Reflexão de Base	Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE. Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes

8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação		<i>PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).</i>
	Questões de debate	<i>Como promover a formação contínua? Quais os principais problemas e desafios? Como melhorar a formação inicial? Que alterações a promover na profissionalização e acesso?</i>
	Reflexão de Base	<i>Na alínea g) do Artigo 3.º, da LBSE, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.</i>
	Questões de debate	<i>Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido? Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação? Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação? Quais as principais luzes e sombras da descentralização?</i>

Em 2015, foi lançado o PAE - Programa Aproximar Educação, relativo à descentralização de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). O objetivo central passava por assegurar a descentralização, por via de delegação contratual, de competências na área da educação e formação, dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Este programa apostava numa maior valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões através de um contrato (fundamentado no quadro da ação local) que possibilitasse o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Premissas como a subsidiariedade, proximidade, corresponsabilização, racionalização dos recursos e democratização, estavam na base do processo.

Assim, selecionou-se um grupo de municípios, que começaram no ano letivo de 2014/2015 o projeto de descentralização na área da Educação, cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assinado por treze municípios, enquadrava-se assim no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado no Sistema de Educação nos Concelhos.

Programa Aproximar Educação (PAE)

Objetivos	<i>a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos;</i> <i>b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos;</i> <i>c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo;</i> <i>d) Combater o abandono escolar;</i>
------------------	---

	e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.
Domínios com competências delegadas	1. Gestão curricular; 2. Gestão pedagógica; 3. Gestão de recursos humanos; 4. Gestão financeira; 5. Gestão de equipamentos e infraestruturas. Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: A) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; B) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).

No primeiro semestre de 2015, 13 municípios envolveram-se no projeto de descentralização de competências nas áreas da Educação: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes concelhos, representam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil), 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O contrato negociado com as 13 autarquias estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Entre as competências que permaneciam no MEC figuravam as respeitantes à gestão do corpo docente e seu recrutamento por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, mas a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas que são propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Embora obedecendo a normativos nacionais que continuarão a ser decididos pelo Ministério, as escolas juntamente com os municípios têm responsabilidades nas decisões sobre constituição de turmas, horários e o calendário escolar. Consagrou também uma “flexibilização curricular”: as matrizes curriculares definidas pelo MEC têm de ser cumpridas, mas as escolas podem ajustar a oferta de disciplinas com base nas características e necessidades dos municípios (25% do currículo nacional pode passar a ser integrado por "componentes curriculares de responsabilidade local"). Estes contratos de educação e formação municipal tinham prevista uma

duração inicial de quatro anos escolares, mas poderiam ser denunciados pelo Ministério, caso se verificasse um incumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente no que respeitava à melhoria do desempenho educativo (avaliada em quatro domínios: i) % de alunos que abandonam a escola (ou estão em risco); ii) classificação nos exames nacionais; iii) variação anual destes resultados; iv) taxa de retenção).

Não existindo qualquer exercício de avaliação que permitisse informar sobre o desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização, de transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Assim, com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e do decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) são reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, e é consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019. Contudo, caso as autarquias não pretendessem/não estivessem preparadas para tal, poderiam comunicar a não-aceitação da transferência de competências à DGAL, como foi caso pelo Município de Albufeira. Em 2022, esta competência terá de ser aceite pelo Município.

1.5. Participação e protagonismo dos Municípios

Atualmente, o quadro legislativo que enquadra a participação do poder local na Educação remete-o para um papel mais ativo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa constitui um instrumento dinâmico e orientador que contribuiu decisivamente para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas do concelho de Albufeira.

O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (tal como já ocorria no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), refere a obrigatoriedade da revisão da carta educativa sempre que existam alterações no reordenamento da rede educativa, como a criação ou encerramento de novos estabelecimentos educativos, ou sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos. Caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão do documento deverá acontecer obrigatoriamente (de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro; de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro).

Para além desta obrigatoriedade legal de revisão do documento, existe um conjunto de fatores que devem ser igualmente equacionados:

- ▶ publicação dos censos de 2011, e as mais recentes estimativas anuais da população residente (2019) em que se observa uma tendência para o aumento populacional e aumento de efetivos em idade escolar;
- ▶ revisão do PDM, cuja deliberação da CM data de março de 2016;

- reorganização administrativa (de 2013), em que as freguesias de Albufeira e Olhos de Água foram agregadas, ficando 4 no total: União de Freguesias de Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras, Guia e Paderne.

No fundamental, este documento tem como principal objetivo a formulação de uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia, que se considere mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. A referida procura terá sempre em linha de conta as evoluções da política e a legislação respetiva, as oscilações da procura da educação e ensino bem como a necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Neste contexto, em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Albufeira que permita aos responsáveis concelhios desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho e tendo como objetivos gerais:

- Adequação das ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Detetar e corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Selecionar os critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Garantir a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Fomentar a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Consolidar os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Contribuir para o combate ao absentismo e abandono escolar.

Neste quadro de referência, parece indubitável que deverá continuar a caber à autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, continuando a assumir essa prioridade e estratégia durante os próximos anos. De igual modo, é neste sentido que a Revisão da Carta Educativa deverá traduzir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, mas em complementaridade e com um papel fundamental na prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Conforme referenciado anteriormente, a elaboração da Revisão da Carta Educativa emerge num contexto em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação (de que é exemplo paradigmático a transferência de competência da Administração Central para as autarquias locais). O próprio conceito de “Educação”, tem evoluído e não se limita a ser entendido como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida. Neste sentido, impõe-se como novo desafio à escola atual, a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, estabelecendo-se alianças e parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima.

É neste contexto que cada vez mais o tempo educativo se distingue do tempo escolar, este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação. Os diversos e contínuos desafios exigem uma educação permanente ao longo da vida, disputando o espaço escolar a sua influência educativa com outros espaços, reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância da educação inicial e a de adultos, a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Por outro lado, a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança. A Educação passa a abrigar uma dimensão social que diz respeito a todos os atores económicos, sociais e políticos uma vez que é cada vez mais um fator privilegiado, ao serviço do desenvolvimento sustentado da sociedade.

Assim, a Educação deve ser encarada como a principal condição do progresso humanizado das comunidades e da promoção da qualidade de vida das pessoas, colocando a escola no centro da ação ao nível das políticas educativas municipais.

Parece evidente a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica criando uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, de expandir e diversificar a formação dos jovens apostando na qualificação das novas gerações. A Escola deve ser entendida como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos, bem como a congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, pressupondo uma “convergência” com os Sistemas Educativos e Formativos.

Neste quadro de referência, o Município de Albufeira tem vindo a apostar na Educação, assumindo-a como uma prioridade e concedendo à Carta Educativa, em complemento com outros referenciais municipais (Projeto Educativo Municipal) o papel de instrumento privilegiado para a definição e implementação das políticas educativas locais. Como no passado, no exercício de Revisão, o Município de Albufeira assume um papel liderante, dinamizador e condutor do processo. Contudo, o seu papel como facilitador, potenciando novos/outros pontos de vista e gerando consensos, não o inibe de se constituir como um agente de mudança, lançando desafios, apontando respostas e soluções para as situações problemáticas diagnosticadas.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

A legislação que enquadra a Revisão da Carta Educativa é constituída por documentos legais de vários tipos, que refletem as transformações ocorridas nas últimas décadas no Sistema Educativo Português, tendo em vista a adequação e aproximação às tendências organizacionais que têm atravessado os Sistemas Educativos Europeus nos anos mais recentes, nomeadamente aqueles com os quais tem maiores afinidades culturais.

Dada a natureza do Sistema Educativo Português, influenciado por um conjunto de reformas significativas após a década de 70, estas transformações foram lentas, por vezes têm evoluído de forma contraditória entre si, e nem sempre respondendo eficazmente aos seus principais objetivos. Acresce ainda o facto de a legislação com implicações ao nível do Sistema Educativo ser frequentemente resultante do cruzamento de competências executivas e legislativas de diversas origens, que refletem consensos nem sempre concretizáveis de forma rápida e eficaz.

Conforme explanado, uma das mudanças mais significativas tem sido o crescente protagonismo das autarquias locais enquanto parceiros e responsáveis por vários níveis do sistema educativo. Tem-se registado um significativo aumento das competências dos órgãos municipais, nomeadamente na definição das políticas educativas do concelho, na organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, na gestão de pessoal não docente, nos transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, num primeiro momento, e o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, atualmente, visam enquadrar e responder a estas situações, transferindo efetivamente competências relativamente aos Conselhos Municipais de Educação (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho) e relativamente à elaboração da Carta Educativa (instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino). Em termos complementares, estes diplomas regulamentam as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

No que respeita à Carta Educativa, conforme exposto anteriormente, o diploma legal (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) define-a “como o instrumento, ao nível municipal de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

Neste contexto, o planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da Escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade. Nesta perspetiva, a Revisão da Carta Educativa deve continuar a visar a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- ▶ Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- ▶ Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Albufeira é um instrumento fundamental de planeamento, que permite aos responsáveis desenvolver uma atuação estratégica e informar a decisão, no sentido de:

- ▶ Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município de Albufeira;
- ▶ Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- ▶ Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- ▶ Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Tendo como referência o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPPP, 2000), importa promover o desenvolvimento de estruturas que viabilizem a integração dos diferentes ciclos do ensino básico, da educação pré-escolar à secundária, procurando atingir objetivos como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização do conceito de território educativo procura articular duas vertentes fundamentais – pedagógica e de ordenamento do território. Relativamente à vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. No que diz respeito à vertente de ordenamento do território deverá procurar-se responder às novas tendências de organização do território.

Os princípios atrás referidos remetem-nos para o conceito de escola nuclear que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Em face da organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos atualmente existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

O quadro legal em vigor reforça estes princípios orientadores ao assinalar que a Carta Educativa deve criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Neste sentido, definir a rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

Trata-se de uma visão para a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar as novas metodologias e princípios do planeamento estratégico ao domínio da educação, entendendo-se, assim, a Carta Educativa numa dupla vertente. A um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o concelho). A outro tempo, a Carta Educativa deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas no concelho assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

Em termos gerais a realização das Revisões das Cartas Educativas, deve ter como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), nomeadamente naqueles princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, o atual quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1º ciclo de quatro anos, 2º ciclo de dois anos e 3º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização educativa, aliada à progressiva generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, entre os 3 e os 5 anos, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Foram assim criadas as condições para o aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa estruturação do sistema educativo, baseado em critérios que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes. Indiciam ainda orientações de que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Dá ainda resposta à procura de generalização progressiva do acesso à educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário e do acesso ao ensino superior.

Outra consequência foi a progressiva territorialização das políticas educativas, que reconhece quer a escola como um local central de gestão quer a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisões de política educativa e a gestão da educação (questão da sociedade que envolve, além do Estado, todos os parceiros sociais, permitindo e incentivando, entre outros aspetos: a descentralização de competências e valorização da inovação ao nível local e da ligação da educação e da formação aos seus territórios geográficos e sociais). Neste contexto insere-se a organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que têm em vista que quem frequenta o ensino público possa iniciar e completar a escolaridade obrigatória num mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, criar condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. Antecedentes: A Carta Educativa de Albufeira

A Carta Educativa de Albufeira foi aprovada em 2006. O documento foi organizado em 3 partes:

- ▶ Parte I (Caracterização e evolução do sistema educativo no concelho de Albufeira);
- ▶ Parte II (Projeção demográfica e procura de ensino);
- ▶ Parte III (Balanço prospetivo);

O documento, da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira, elaborado tecnicamente pelo CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico, correspondeu a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais traduzindo, à data, a realidade da política educativa local e as propostas de resposta que se perspectivavam e consideravam imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

O reordenamento da rede educativa então proposto, que pressuponha a requalificação do parque escolar, pretendia “proporcionar a alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos”, em conjugação com uma adequada rede de transporte escolar e o reforço da Ação Social Escolar.

Complementarmente, como medidas de suporte à melhoria das ofertas educativas, importava “dotar as escolas de equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações educativas e acessos rápidos à *internet* e desenvolver nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação; Desenvolver atividades extracurriculares, nomeadamente tirando partido do alargamento do horário de funcionamento dos Jardins de Infância e escolas do 1º ciclo, promovendo a educação não-formal e as atividades lúdico-desportivas.”

No 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, especificamente, as medidas de combate ao insucesso, abandono e saída antecipada eram apontadas como de grande relevância para promover uma oferta educativa mais ajustada ao perfil, motivação e interesses dos jovens do concelho de Albufeira, o que passaria pelo desenvolvimento de ofertas formativas de cariz tecnológico e profissional.

O concelho registava taxas de saída antecipada e de abandono precoce consideráveis, apontando-se a necessidade da diversificação das ofertas educativas e formativas, porventura de carácter supramunicipal, num quadro de alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade. A promoção de currículos alternativos, nomeadamente para os 2º e 3º ciclos e para a Educação e Formação de Adultos, com curricula e regime de funcionamento, nomeadamente em horários ajustados às necessidades e motivações dos residentes no concelho. As ofertas de cariz tecnológico ou profissional seriam uma mais-valia significativa para atrair à escola aqueles que, por razões diversas, a abandonaram precocemente.



A maioria das intervenções foi realizada nos primeiros anos de execução da Carta Educativa (2007 a 2009), sendo que as mais recentes se prenderam com a Escola Básica da Guia (2012), a Escola Básica dos Olhos de Água (2019) e a Ampliação/Beneficiação dos Balneários do Pavilhão Polidesportivo (2021).

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), de 2018, enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- CEDRU | 38

- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Albufeira - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, nº1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio³, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM “(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)”.

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

Uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala local, com capacidade de resposta formativa inovadora é um dos pilares centrais para a prossecução dos ambiciosos objetivos definidos em sede de Revisão do PDM de Albufeira.

1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos

Atualmente é unanimemente reconhecida a importância de dotar o país e os concelhos de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível da dotação de equipamentos coletivos, por serem essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Compreende-se, portanto, a forte pressão para a manutenção de elevados níveis de investimento na dotação de novos equipamentos e na requalificação dos existentes. No entanto, a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económica e financeira coloca cada vez mais a tónica na equidade de acesso e utilização dos indivíduos aos equipamentos coletivos. Trata-se assim de promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades igualmente distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve igualmente conferir-se aos equipamentos educativos uma

³ Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a sua integração e priorizando o seu papel numa rede mais ampla de equipamentos que concorrem para o reforço da coesão social e territorial.

Na qualidade de fatores de diferenciação das particularidades e carências dos territórios importa destacar essencialmente dois fatores:

- ▶ Os comportamentos demográficos do concelho, importando conhecer o perfil populacional prevalecente (e da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), bem como as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- ▶ As dinâmicas socioeconómicas do concelho, o que contempla o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), aferido com recurso à inserção no mercado de trabalho e aos fenómenos da exclusão social, com base nos *deficits* de qualificação e formação.

Contemplando estas duas dimensões de análise, as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos constituem as determinantes da procura. Cada uma destas determinantes da procura revela problemas específicos, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

Na análise das dinâmicas demográficas assume particular centralidade a evolução populacional (perda/aumento de população residente), no decurso das últimas décadas. Num cenário de decréscimo das faixas etárias mais jovens e de diminuição dos jovens casais em idade fértil (com consequente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), serão geradas fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens. Registe-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com reflexos na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho de jovens ativos. Nos últimos anos, observa-se uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização, relativamente célere, tem permitido a geração de emprego qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, com um aumento considerável do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem/em dificuldade no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.10. Objetivos e Desafios

A Revisão da Carta Educativa reveste-se da maior pertinência, não só pela relevância da mesma no planeamento e gestão do território, mas sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas transformações económicas e sociais registadas recentemente, marcando incontornavelmente o quadro de vida dos municípios de Albufeira.

Conforme consagrado no normativo enquadrador, o processo de Revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta, em 2006. Contudo, o exercício de Revisão assume uma dimensão ambiciosa que se sustenta em quatro desafios principais:

- ▶ Manutenção/incremento da qualidade. A Carta Educativa vigente, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, permitiu a tomada de decisão informada;
- ▶ Compatibilização do cumprimento da lei com uma dimensão inovadora que projete uma maior integração intersectorial. Mantendo a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se este exercício de 2ª geração enquanto oportunidade para introdução de conceitos/abordagens inovadoras e fomentadoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas;
- ▶ Garantir eficácia à monitorização/avaliação. A Carta Educativa, enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- ▶ Mobilização dos atores-chave. Despoletar um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação. Momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

De modo a superar estes desafios, apontam-se algumas das dimensões inovadoras que se associaram ao processo de elaboração:

- ▶ Exercício amplamente participado e suportado em ferramentas tecnológicas. As ferramentas metodológicas são, sobretudo, de base tecnológica e intuitivas, facilitadoras da mobilização dos agentes e da sistematização de informação volumosa (inquéritos, plataforma de monitorização, ...).
- ▶ Abordagem holística e multidimensional. Uma abordagem multidimensional do Sistema Educativo, que permite potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial, relevando dimensões como a eficiência energética, a inclusão social, a refuncionalização/complementaridade de espaços, as causas do insucesso e abandono escolar, ... ;
- ▶ Alargamento do perímetro do objeto. Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino. Procura potenciar complementaridades e articulações com as restantes redes (privada, solidária, profissional) e estabelecer comparações que permitam enquadrar e suportar opções de melhoria das condições da rede pública num contexto de robustecer as relações inter-redes;

- Utilização de modelação matemática para as estimativas de procura potencial. Utilização do Modelo *Cohort-Survival* aberto, para a análise prospetiva da evolução da procura. Calibração do exercício de cenarização com as opções de política económica e urbana previstas;
- Recurso a informação de síntese. Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas, de intervenção e monitorização.

1.11. Metodologia de Trabalho

O processo de trabalho adotado, sustentado numa multiplicidade coerente, sequencial e integrada de abordagens e ferramentas metodológicas, assume um papel determinante para a prossecução dos objetivos e o sucesso dos resultados gerados.

Neste quadro, o Roteiro Metodológico desenhado estrutura-se em fases sequenciais, por sua vez subdivididas em etapas. Cada uma destas etapas visa responder a objetivos precisos e claramente identificados. Para os alcançar, foram realizadas diversas ações, através da aplicação de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também temporalmente organizado, de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Neste quadro, foram adotadas e potenciadas as premissas que anteriormente, no âmbito da elaboração da Carta Educativa, tinham suportado o processo. O exercício de Revisão foi, assim, amplamente:

- Participado, estimulando e incentivando, por diversos meios, a participação dos agentes educativos (por exemplo, em entrevistas semiestruturadas, com os Diretores de Agrupamento), mas também de outros atores estratégicos e da sociedade civil em geral;
- Co-construído, vertendo o contributo ativo dos agentes educativos, dos diversos departamentos municipais com atribuições e competências em dimensões complementares e de apoio ao Sistema Educativo;
- Mobilizador, potenciando a participação de atores estratégicos, através do desenvolvimento de diversas ferramentas e espaços de partilha de opiniões e reflexões, contribuindo para conhecer vontades e ambições e atrair recursos.

O Roteiro Metodológico contemplou duas fases: uma primeira fase de revisitação do diagnóstico (territorial e setorial) numa abordagem prospetiva, uma segunda de (re)definição da estratégia, do programa de intervenções e de garantir um processo de monitorização e avaliação regular da Carta Educativa.

Numa etapa preliminar procedeu-se a uma avaliação global do documento (Carta Educativa), nomeadamente no que respeita à prossecução dos objetivos e do conseqüente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuraram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas consignadas nos documentos, bem como a situação da rede escolar no concelho, nos anos letivos em causa (sobretudo em 2003-2004), que

suportaram algumas das decisões/opções assumidas e, em função da evolução verificada na rede e na procura, da adequação e oportunidade de proceder a reajustamentos e reorganização da rede.

Esta primeira abordagem permitiu ainda detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, limitadores ou potenciadores da execução, que potencialmente se poderiam revestir de fulcral importância para a operacionalização do “novo” programa de intervenção.

Assim, para além da revisitação/avaliação destes documentos, a primeira fase dos trabalhos, de contextualização e diagnóstico prospetivo, compreendeu quatro etapas principais. Uma primeira centrada no enquadramento geral do Concelho, em termos territoriais (inserção geográfica, sistema urbano municipal, demografia e base económica e social) e setoriais (diversas variáveis educativas). Uma segunda, focada na caracterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), uma terceira, direcionada para a caracterização da procura atual e potencial (incluindo cenários prospetivos de procura por nível de ensino) que procura relevar visões parcelares e as grandes conclusões e orientações para a abordagem estratégica.

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
Enquadramento geral do processo e do Concelho	▶ Recolha e análise de informação de fontes documentais, estatísticas e cartográficas: seleção e recolha de informação documental, estatística e cartográfica considerada essencial para os objetivos da tarefa. Foram privilegiadas fontes de informação oficiais (INE, outros organismos estatais e da UE, Município de Albufeira); ▶ Recolha e análise documental: seleção, recolha e análise de documentos estratégicos e estudos produzidos recentemente e considerados relevantes para compreender as mudanças em curso no território e para identificar alterações ocorridas nas políticas públicas (sobretudo setorial), com impacto na definição estratégica e nas opções/propostas de intervenção.	“Contextualização Geral” e “Quadro de Referência Territorial”
Caraterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), por níveis de ensino	▶ Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha de informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município de Albufeira e dos Agrupamentos de Escolas. ▶ Web Survey: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito online dirigido às escolas (rede pública). Aplicação de inquéritos por questionário a todos os equipamentos que constituem a rede educativa de Albufeira (online). O inquérito, desenvolvido numa aplicação web e difundido através de <i>mailing lists</i> serviu para obter informação quantitativa e qualitativa relevante, nomeadamente no que respeita à cobertura da rede, concretamente a taxa de ocupação dos equipamentos, a distribuição geográfica dos mesmos por diversas tipologias, bem como outras dimensões complementares importantes (transportes, rede viária e de mobilidade suave, ...);	“Caracterização e Diagnóstico da Oferta”

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
	▶ Fichas técnicas por equipamento: constam, por exemplo, a tipologia de edifício, dimensão, oferta de educação e ensino, nível/taxa de ocupação, ano de criação, recursos humanos existentes, tipologia de instalação, estado de conservação (edifício e infraestruturas), oferta de serviços, recursos/atividades e espaços complementares, condições de higiene, segurança e saúde/conforto, condições de acesso, consumo/eficiência energética.	
Caraterização da procura atual e potencial	▶ Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município de Albufeira, Agrupamentos de Escolas, Estabelecimentos da Rede Privada e Solidária. ▶ Web Survey: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito <i>online</i> dirigido às escolas (rede pública). O inquérito, desenvolvido numa aplicação <i>web</i> e difundido através de <i>mailing lists</i> serviu para obter informação quantitativa relevante, nomeadamente no que respeita à procura existente e sua evolução recente (n.º de alunos inscritos por nível: pré-escolar, básico - 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário). ▶ Elaboração de projeções demográficas/ estimativas da população escolar para os anos letivos de 2025-2026 e 2030-2031 - utilização do modelo de <i>cohort survival</i> aberto. As projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas para as diversas freguesias do concelho, segundo um cenário tendencial e um cenário expansionista moderado. Com base nestes dados de projeção demográfica, foi construído um cenário prospetivo de procura educativa por idade e grau de ensino, num quadro de ensino obrigatório de 12 anos de escolaridade, até aos 18 anos.	“Caracterização da Procura Atual e Potencial”

Assim, nesta primeira fase, na medida em que já tinham decorrido mais de 17 anos letivos sobre os dados de base utilizados na Carta Educativa, associado ao fato de algumas das dinâmicas demográficas e urbanas observadas recentemente, apontarem para transformações territoriais não plenamente consagradas na Carta Educativa, estabeleceu-se uma nova situação de referência, de suporte a um programa de intervenção eficaz e adaptado à realidade presente.

Assim, procurou refletir, entre outros, sobre: i) as tendências recentes e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes; ii) a oferta de equipamentos complementares potencialmente a associar à rede educativa; iii) a evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho.

Posteriormente, executaram-se três etapas principais. Uma primeira sustentada nos desafios, princípios e objetivos que concorrem para a definição da matriz estratégica de intervenção. A segunda, que correspondeu à definição do plano de ação. A terceira, focada no modelo de monitorização.

Nestas etapas, foram expostos os desafios colocados à Revisão Carta Educativa, nomeadamente:

- ▶ Adoção de estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades;
- ▶ Vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento;
- ▶ Melhoria da qualidade da prestação de serviços;
- ▶ Equidade de acesso aos equipamentos;
- ▶ Incremento e qualificação da rede de equipamentos existentes;
- ▶ Atração de novos atores e reforço da integração e posicionamento do município à escala regional.

Foram, igualmente, definidos os princípios e critérios de planeamento da rede. Enquanto princípios orientadores do padrão territorial da rede, relevam por exemplo: organização, territorialização, proximidade, utilização mais eficiente dos recursos, centralidade/policentrismo, correção de desigualdades e assimetrias. Nestas etapas, foi definida a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, as Linhas Estratégicas, o Plano de Ação da Rede de Equipamentos Educativos.

Sistematizadas as principais propostas apresentadas e ponderadas as opções alternativas e/ou complementares, foi criado um Programa de Intervenção, que contempla um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacte, bem como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.). Esta componente teve como principal objetivo o estabelecimento de prioridades de ação no horizonte da Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, assumindo que a Revisão da Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2032/2033), mas simultaneamente é um instrumento flexível (diversas variáveis que poderão levar à necessidade de reajustamentos: reorientações do Sistema Educativo, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras), contemplou-se um processo de monitorização e avaliação que inclui uma bateria de indicadores que permite efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que inclui uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

Designação do estabelecimento de ensino	
Carta Educativa	Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro
Escola Secundária de Albufeira	Escola Secundária de Albufeira
Escola Básica n.º 1 de Albufeira	Escola Básica n.º 1 de Albufeira
Jardim de Infância de Guia	Jardim de Infância de Guia, Albufeira.
Escola Básica de Sesmarias	Escola Básica de Sesmarias, Albufeira
Escola Básica de Vale Parra	Escola Básica de Vale Parra, Albufeira.
Escola Básica da Guia	Escola Básica da Guia, Albufeira
Escola Básica D. Martim Fernandes	Escola Básica D. Martim Fernandes, Albufeira.
Jardim de Infância de Vale Parra	Jardim de Infância de Vale Parra, Albufeira
Escola Básica de Ferreiras	Escola Básica de Ferreiras, Albufeira
Escola Básica de Brejos	Escola Básica de Brejos, Albufeira
Escola Básica de Fontainhas	Escola Básica de Fontainhas, Albufeira
Escola Básica de Olhos de Água	Escola Básica de Olhos de Água, Albufeira

Designação do estabelecimento de ensino	
Carta Educativa	Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro
Escola Básica de Vale Carro	Escola Básica de Vale Carro, Albufeira
Escola Básica de Paderne	Escola Básica de Paderne, Albufeira
Escola Básica Prof.ª Diamantina Negrão	Escola Básica Prof.ª Diamantina Negrão, Albufeira
Jardim de Infância de Vale Serves	Jardim de Infância de Vale Serves, Ferreiras, Albufeira
Jardim de Infância de Vale Carro	Jardim de Infância de Vale Carro, Albufeira
Jardim de Infância de Ferreiras	Jardim de Infância de Ferreiras, Albufeira
Escola Básica e Secundária de Albufeira	Escola Básica e Secundária de Albufeira
Escola Básica de Calijos	Escola Básica de Calijos, Albufeira
Escola Básica de Correeira	Escola Básica de Correeira, Albufeira
Escola Básica Vale de Pedras	Escola Básica Vale de Pedras, Albufeira
Escola Básica Dr. Francisco Cabrita	Escola Básica Dr. Francisco Cabrita, Albufeira

Nota: ao longo do documento as referências aos estabelecimentos de ensino são efetuadas de forma simplificada para facilitar a leitura (não integrando, no final, a referência ao concelho). Assim, no quadro anterior, associa-se a referência da designação utilizada no documento à que consta na portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro.

2. Quadro de Referência Territorial

2.1. Introdução

Este Capítulo tem como objetivo descrever e analisar a situação de referência territorial para a Revisão da Carta Educativa de Albufeira, estando focado num conjunto seletivo de domínios cuja compreensão é considerada crítica para a organização do Sistema de Ensino municipal, nomeadamente:

- ▶ Inserção territorial;
- ▶ Sistema urbano municipal (estrutura urbana, mobilidade e transportes);
- ▶ Demografia;
- ▶ Perfil socioeconómico da população;
- ▶ Educação.

Ao invés de um estudo de caracterização exaustiva do concelho de Albufeira, procurou-se sobretudo focar o trabalho de contextualização na identificação e síntese das principais características e tendências recentes de evolução do território, nas dimensões mais relevantes para os objetivos da Carta Educativa – tendo em consideração também que, noutros capítulos subsequentes, se procederá a um estudo mais aprofundado da oferta e da procura educativa.

Complementarmente, nos domínios e temas específicos para os quais existiam indicadores mais recentes disponíveis (sobretudo a partir dos Anuários Estatísticos da Região do Algarve, dos quais o mais recente foi publicado em 2019), procurou-se efetuar um retrato objetivo e global do concelho, procurando sobretudo avaliar os efeitos socioeconómicos da crise que o País tem atravessado e que, em grande medida, teve impactos mais significativos após 2011.

No mesmo sentido, procurou-se também atualizar as análises anteriores com base na mais recente configuração da Carta Administrativa Oficial de Portugal, tendo como referência a NUTS II Algarve, assim como no novo mapa das freguesias do concelho de Albufeira, resultante da reforma administrativa concretizada em 2013.

2.2. Inserção Territorial

O concelho de Albufeira está inserido na mais importante região turística de Portugal, o Algarve. Desta forma, na região que oferece a maior capacidade de alojamento e que acolhe o maior número de dormidas à escala nacional, Albufeira representava, em 2018, 37,7% da capacidade de alojamento e 40,6% das dormidas da NUTS II Algarve, o que traduz a grande importância da atividade turística na base económica concelhia. As condições naturais do concelho, que combina troços de arribas verticais e sistemas estuarino-lagunares fazem da praia o

recurso turístico de eleição no concelho, sendo intensamente explorado, à semelhança do que acontece na restante orla costeira do Barlavento algarvio (Lagos, Portimão, Lagoa e Silves).

O PROT Algarve (2009) demarcou quatro unidades territoriais, em função das particularidades biofísicas, edafo-climáticas e socioeconómicas, e das transformações estruturais na base económica, especificamente o desenvolvimento do turismo e declínio das atividades tradicionais. Albufeira enquadra-se na unidade “Litoral Sul e Barrocal”, a área de grande concentração populacional, de infraestruturas e equipamentos, e de atividades económicas. Neste espaço heterogéneo, mas centrado no turismo, a melhoria das acessibilidades e a crescente urbanização dificulta a distinção entre barrocal e litoral.

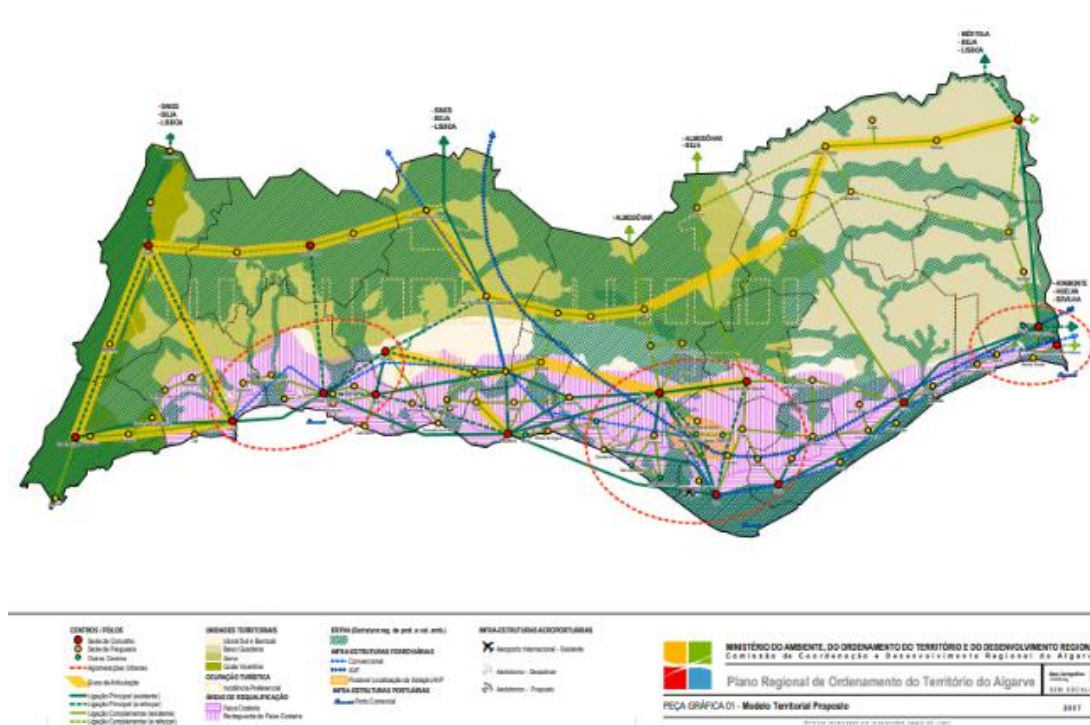


FIGURA 8. MODELO TERRITORIAL DO PROT ALGARVE.
FONTE: CCDR ALGARVE, PROT ALGARVE, 2009

Na área concelhia distinguem-se duas sub-unidades territoriais: “Albufeira” e “Guia/Tunes”. “Albufeira” é uma área urbana e turística central do Algarve, com uma faixa costeira densamente ocupada, desde a Galé a Oura/Olhos de Água, com exceção da zona da Falésia das Sesmarias. As estimativas do PROT apontavam para 70 mil habitantes em 2030. Devido à sua localização central no contexto regional, o concelho, concretamente o Eixo Albufeira-Guia, tem um papel fundamental na articulação entre o Algarve e o resto do país, com as aglomerações Faro-Loulé-Olhão e com o Barlavento. A subunidade territorial Guia-Tunes é servida por infraestruturas viárias de nível regional e nacional, que permitem a ligação nascente/ponte e norte/sul. Trata-se de um espaço com importantes áreas agrícolas e de indústria extrativa, com edificação dispersa, mais ou menos densa, com grandes áreas de indústria transformadora e serviços.

A atratividade do concelho deve-se em grande medida à sua localização central e às acessibilidades de que dispõe. O concelho é servido pelas principais vias rodoviárias de atravessamento do Algarve (A22 e EN125, ligação transversal à região e que permite a ligação à fronteira espanhola) e de ligação a norte/sul (A2/IC1), pela rede ferroviária nacional (estação ferroviária de Ferreiras, com ligação à linha do Sul - rede ferroviária nacional - e à

linha do Algarve - linha regional, que liga Lagos a Vila Real de Santo António) e encontra-se próximo do aeroporto internacional de Faro (a cerca de 30km de distância). Estão assim facilitadas as ligações à capital, mas também aos portos comerciais de Faro e Portimão, e ao Porto de Sines, bem como a várias cidades europeias.

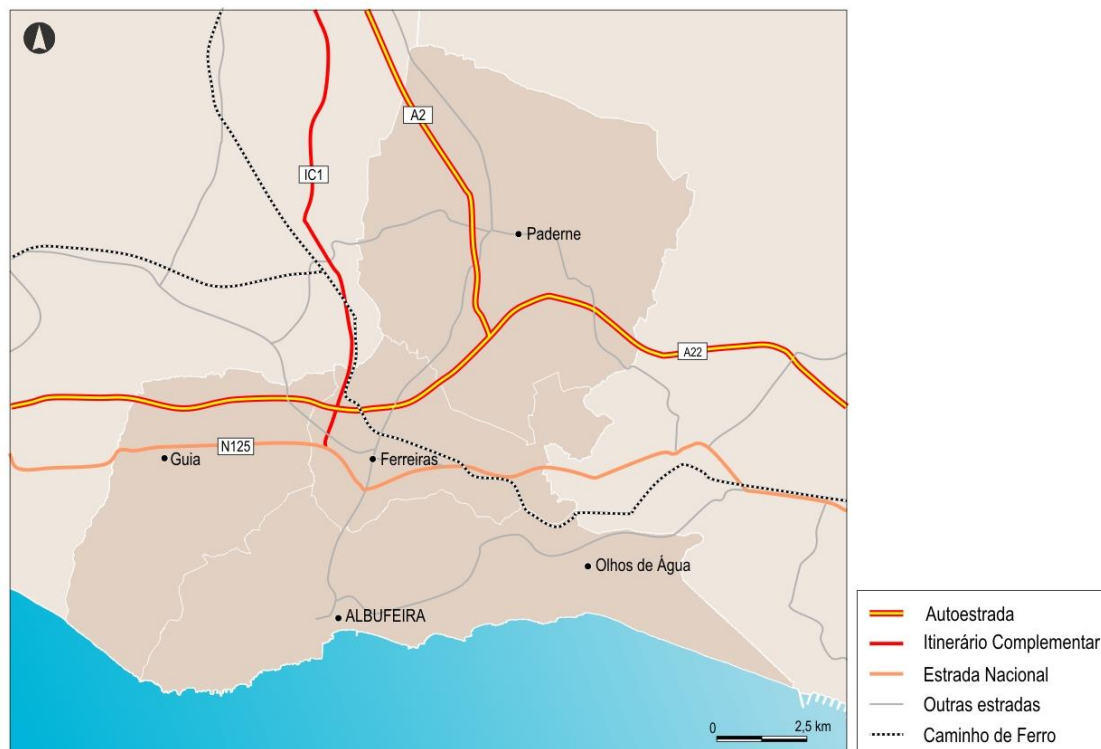


FIGURA 9. PRINCIPAIS ACESSIBILIDADE AO CONCELHO DE ALBUFEIRA

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

À semelhança da restante frente litoral meridional algarvia, a população de Albufeira, especificamente o seu centro urbano e as freguesias do litoral, tem vindo a aumentar. Os 44.164 residentes, em 2021, correspondem a 9,5% dos habitantes do Algarve, quando em 2011 o peso demográfico na NUT II era de 9,1% e, em 2001, 8%. Contudo, estamos em presença de um território indelevelmente marcado pela sazonalidade do turismo, em que a população pode atingir as 400.000 pessoas, quando aos residentes acrescentamos visitantes e turistas.⁴

Na base económica concelhia, a importância da pesca e da exportação de peixe e de frutos secos deu lugar, a partir dos anos 60, ao surgimento do fenómeno do turismo, com grande importância do mercado nacional, mas principalmente do inglês. O crescimento urbano deu-se fundamentalmente a partir da década de 80.

As quatro freguesias de albufeira são heterogéneas sob vários aspetos. Ferreiras, no centro do concelho, apresenta um povoamento misto, sendo a freguesia que mais cresceu no último período censitário (13,44%). Aqui localiza-se a estação ferroviária que serve o concelho.

⁴ Plano de Mobilidade e Transportes de Albufeira.

A Ribeira de Quarteira passa por Ferreiras. Com muitos solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN), o clima ameno permite o cultivo de sequeiro, como a amendoeira, a figueira, a alfarrobeira e a oliveira. A agricultura tem vindo a perder importância, com o envelhecimento da população agrícola, em favor do crescimento do setor secundário (indústria) e dos serviços, mas fundamentalmente do turismo, fruto da melhoria do sistema de mobilidade e acessibilidade.

Paderne, a norte do concelho, é uma freguesia rural, onde passam as ribeiras de Algibre e de Quarteira. Localizada no Barrocal Algarvio, está classificada como “Área de Baixa Densidade”⁵.

A freguesia da Guia é um dos principais polos turísticos do Algarve e do país, devido à grande diversidade da sua costa, mesclando paisagens cénicas de pomares de sequeiro e uma densa oferta hoteleira e de serviços turísticos.

Em “Albufeira e Olhos de Água”, as atividades agrícola e piscatória, bem como das indústrias nelas alicerçadas (indústria conserveira), com as crises económicas sucessivas, deram lugar, a partir dos anos 60, ao turismo. Os equipamentos e serviços associados ao turismo cresceram e tornaram este local dos destinos turísticos principais na Europa. Em Olhos de Água, as atividades tradicionais como a pesca, a exploração florestal e a produção vinícola continuam a ter grande importância na atividade económica local.



FIGURA 10. INSERÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA NA NUT II ALGARVE

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

⁵ Portaria 1467-A/2001- Identifica as áreas territoriais que beneficiam para efeitos do disposto na Lei n.º 171/99, de 18 de setembro (combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior).

2.3. Sistema Urbano Municipal

2.3.1. Estrutura Urbana

O sistema urbano do Algarve estrutura-se em função de um conjunto de centralidades:

- ▶ Faro-Loulé-Olhão, com interligações com S. Brás de Alportel, Quarteira/Vilamoura e Almancil;
- ▶ Portimão-Lagos-Lagoa, com interligações a Silves;
- ▶ Albufeira- Guia, em articulação com as duas polinucleações anteriores;
- ▶ Vila Real de Santo António-Castro Marim, com interligações com a Andaluzia;
- ▶ Tavira, na articulação do conjunto anterior com o conjunto centrado em Faro.

O Eixo Albufeira/Guia é identificado como um dos principais eixos de articulação, “com um papel crescente na área central da Região, corresponde a um espaço urbano que poderá atingir 70 mil habitantes presentes em 2030, fazendo a articulação com as aglomerações de Faro-Loulé-Olhão e do Barlavento, e entre o Algarve e o resto do país”⁶. São identificados mais 3 eixos: Eixo Silves/ Loulé/ S. Brás de Alportel; Eixo Aljezur/ Vila do Bispo/ Lagos e Eixo Transversal Serrano.

Albufeira tem verificado transformações notáveis no seu território ao longo das décadas, nomeadamente a distribuição da população residente por lugares. Entre 2001 e 2011, a transformação mais evidente foi o crescimento da população na cidade de Albufeira, que resultou numa concentração de 48,9% da sua população em lugares com mais de 10.000 habitantes, quando em 2001, 26,8% da população se encontrava na categoria 5.000-9.999 habitantes. Face a esta transformação, os lugares com menos de 2.000 habitantes também sofreram uma diminuição acentuada, passando a concentrar 65,2% da população em 2001 para 42,7% em 2011.

Entre 2011 e 2021, consolidaram-se as transformações assinaladas entre 2001 e 2011 pois verificaram-se mudanças percentuais muito residuais. Entre 2001 e 2021, os lugares isolados e os lugares entre 2.000-4.999 habitantes foram as categorias de lugares que menos se modificaram, tendo, em 2021, 0,2% e 8,8% da sua população a residir nestes lugares, respetivamente.

Albufeira apresenta uma distribuição da população ligeiramente mais concentrada do que a média da NUT III e nacional, em particular nos lugares com mais de 10.000 habitantes. Embora tenha uma distribuição mais concentrada, Albufeira tem vindo a acompanhar as tendências de distribuição regionais e nacionais.

⁶ Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve- PROT Algarve, 2009.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES (%)

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
2001	Albufeira	0,2	65,2	7,7	26,8	0,0
	Algarve	5,6	46,2	9,1	3,6	35,5
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2
2011	Albufeira	0,1	42,7	8,3	0,0	48,9
	Algarve	4,2	42,6	7,2	5,2	40,8
	Continente	1,7	36,9	9,1	9,0	43,3
2021	Albufeira	0,2	42,4	8,8	0,0	48,2
	Algarve	2,8	42,8	6,5	7,4	40,9
	Continente	1,5	37,0	10,3	9,4	41,8

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES (%)

FONTE: INE (RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO, 2001, 2011 E 2021)

Com base na análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes no concelho de Albufeira, verifica-se que os lugares que mais cresceram entre 2001 e 2011 foram os principais aglomerados urbanos e sedes de freguesia, como Albufeira, Olhos de Água, Patã de Baixo, Ferreiras e Guia, todos com crescimentos acima dos 135%. Os elevados valores deste crescimento poderão também ser explicados por alterações dos limites geográficos dos lugares. Ainda assim, a grande parte destas transformações vão de encontro ao crescimento populacional que o município registou neste período (o município cresceu 29,5% e a freguesia de Albufeira 40%).

Entre 2011 e 2021, esta evolução foi significativamente mais contida, sendo os lugares da Branqueira, Pinhal do Concelho, Ferreiras, Vale de Parra e Paderne que maior crescimento registaram, entre a 15 a 36%. Os lugares mais populosos em 2001 apresentaram um crescimento mais controlado, entre 6 e 15%, embora Olhos de Água tenha registado uma diminuição de 3,5%. O lugar de Paderne continua a ser a sede de freguesia com menor população, embora tenha aumentado 24,3% nos últimos 10 anos. De um modo geral, todas as freguesias registaram aumento de população nos seus lugares com mais de 300 habitantes superior a 60% nos últimos 20 anos, com exceção dos lugares da freguesia de Paderne, que perderam 2,5% da sua população, em grande parte explicado por ser a freguesia mais interior do município e ter menor capacidade de atração de população.

Unidade territorial	Lugar	Pop. 2001	Pop. 2011	Pop. 2021	Var. 2001-2011 (%)	Var. 2011-2021 (%)
Albufeira e Olhos de Água	Albufeira	8459	19975	21302	136,1	6,6
	Branqueira	425	514	699	20,9	36,0
	Mouraria	313	362	408	15,7	12,7
	Olhos de Água	389	1256	1212	222,9	-3,5
	Patã de Baixo	67	300	317	347,8	5,7
	Pinhal do Concelho	386	452	599	17,1	32,5
	Roja Pé	570	406	415	-28,8	2,2
	Sesmarias	603	951	914	57,7	-3,9
	Vale da Azinheira	420	466	452	11,0	-3,0
	Vale de Carro	452	634	700	40,3	10,4
Ferreiras	Canais	305	384	399	25,9	3,9
	Ferreiras	331	3372	3884	918,7	15,2
	Fontainhas	400	404	408	1,0	1,0
	Mosqueira	391	562	595	43,7	5,9
	Vale de Serves	807	345	372	-57,2	7,8
Guia	Cortelhas	459	417	423	-9,2	1,4
	Guia	449	1075	1182	139,4	10,0
	Vale de Parra	519	523	639	0,8	22,2
	Vale Rabelho	505	762	861	50,9	13,0
Paderne	Almeijoafras	359	341	370	-5,0	8,5
	Cerca Velha	250	298	332	19,2	11,4
	Cerro do Ouro	539	484	466	-10,2	-3,7
	Paderne	484	341	424	-29,5	24,3

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM LUGARES COM MAIS DE 300 HABITANTES NO CONCELHO DE ALBUFEIRA E VARIAÇÃO 2001-11/11-21

FONTE: INE (RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO, 2001, 2011, 2021)

A oferta de alojamento, embora em expansão, não está a conseguir responder às necessidades advindas do desenvolvimento económico, urbanístico e de fixação de recursos humanos no concelho. O custo da habitação, inflacionado pelos imóveis de função turística, torna-se muitas vezes proibitivo. No primeiro trimestre de 2023⁷, 40 municípios localizados maioritariamente no Algarve (2609 €/m²) e na Área Metropolitana de Lisboa (2288 €/m²) – as duas sub-regiões com preços mais elevados do país – apresentaram um preço mediano da habitação superior ao valor nacional (1565 €/m²). Em Albufeira o custo é de 2661 €/m²).

O mercado de arrendamento é inacessível. Para responder ao problema habitacional, a autarquia, atribui subsídios ao arrendamento e promove, a par com cooperativas locais e associações de moradores, a construção de fogos de habitação social. Em 2012, o total de fogos de habitação social no concelho de Albufeira era de 1.377⁸, 755 fogos cuja construção foi promovida diretamente pela CMA ou através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH) e 622 fogos construídos por cooperativas e associações do concelho.

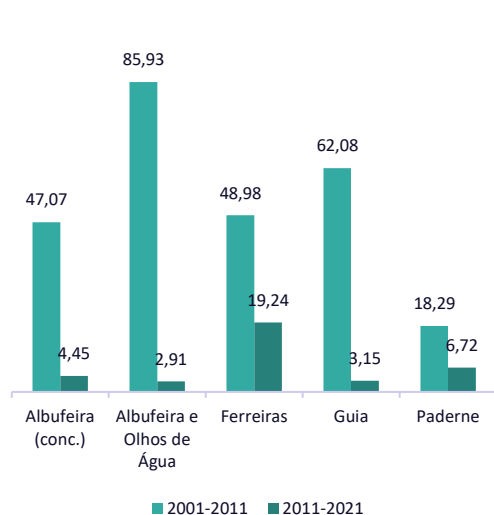


FIGURA 11. TAXA DE VARIAÇÃO DOS ALOJAMENTOS, CONCELHO E FREGUESIAS DE ALBUFEIRA (2001 - 2021) (%)

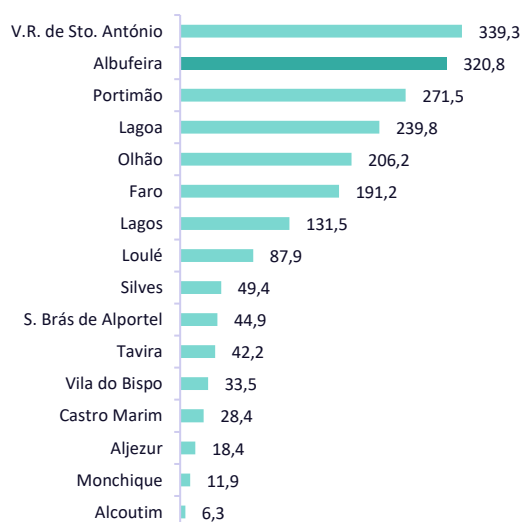


FIGURA 12. DENSIDADE DE ALOJAMENTOS, POR CONCELHO, 2021, Nº/km²

⁷ Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local, INE, agosto de 2023.

⁸ Atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Albufeira, Rede Social de Albufeira, 2013.

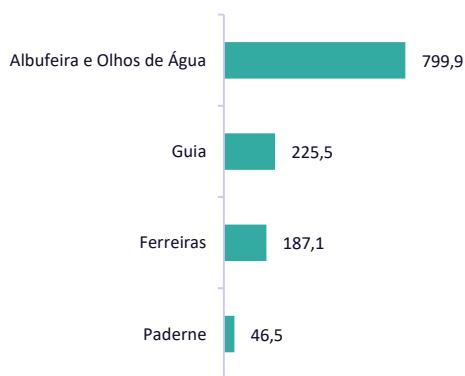


FIGURA 13. DENSIDADE DE ALOJAMENTOS, POR FREGUESIA, 2021, Nº/KM²

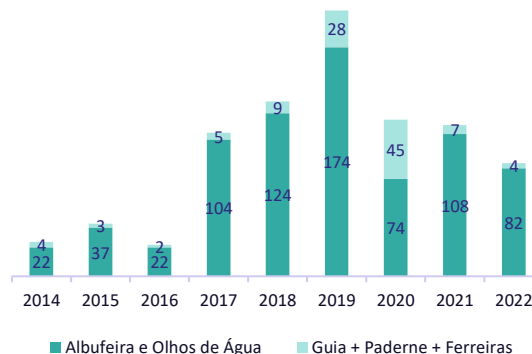


FIGURA 14. FOGOS LICENCIADOS (N.º) EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2014-2022

A construção dos edifícios de habitação social da responsabilidade do município teve início nos anos 80. O bairro da Quinta das Palmeiras, na freguesia de Albufeira é, de longe, o maior bairro de habitação social do concelho, com mais de 4 centenas de fogos. De seguida a freguesia de Ferreiras é a que agrega o maior número desta tipologia de fogos, com 110. Em 2020, estava prevista a construção de 40 fogos de habitação social em Paderne (atualmente habitados), 70 fogos em Ferreiras (Fontainhas) e 54 fogos em Albufeira (dois blocos com 28 fogos na Rua Samora Barros e de 26 fogos junto ao Mercado Municipal dos Caliços).⁹

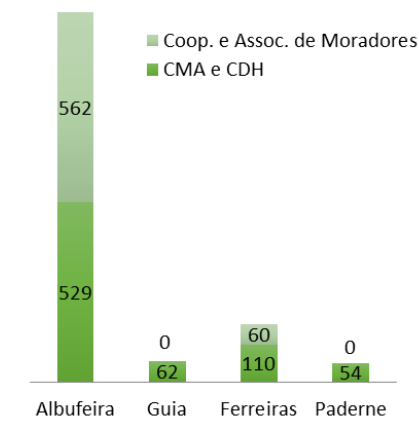


FIGURA 15. FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR FREGUESIA, 2012

FONTE: DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2013

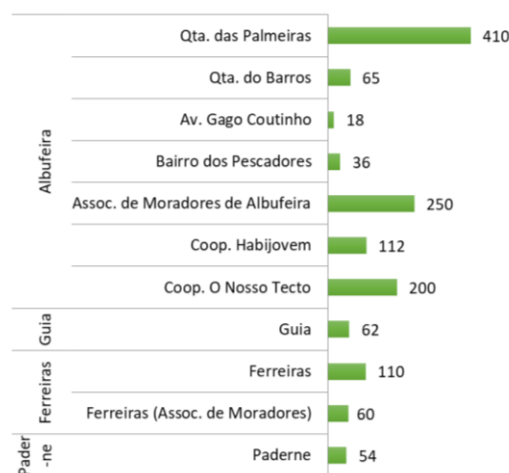


FIGURA 16. FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR FREGUESIA, 2012

FONTE: DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2013

⁹ <https://www.sulinformacao.pt/2020/09/albufeira-investe-39-milhoes-de-euros-na-construcao-de-40-fogos-de-habitacao-social-em-paderne/>

Os equipamentos educativos concentram-se nos locais mais populosos: Albufeira e Olhos de Água. No que trata às respostas sociais à primeira infância, 7 das 12 creches do concelho localizam-se em Albufeira e Olhos de Água. Com capacidade para 645 utentes, os equipamentos (creches) localizados no concelho estão com 97,7% de ocupação. Os 630 utentes das creches representam 10% do total do Algarve e 9,2% da capacidade instalada na região.

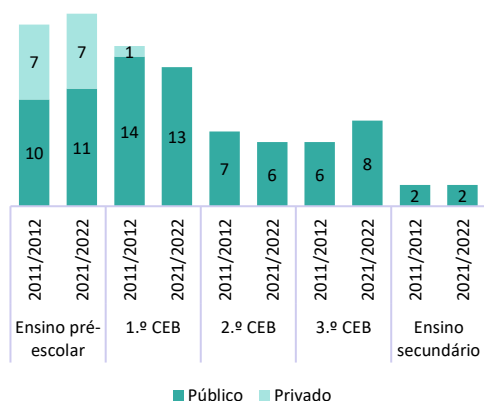


FIGURA 17. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º), TIPO DE ENSINO E NATUREZA INSTITUCIONAL, 2011/2012 E 2021/2022
FONTE: INE

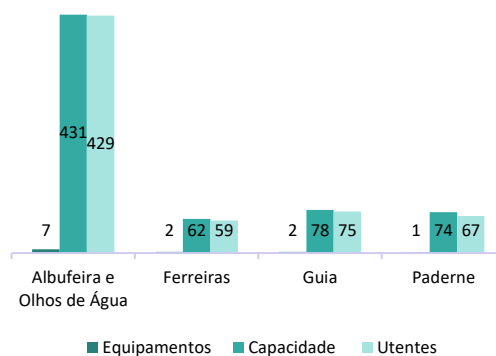


FIGURA 18. CRECHES NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2023
FONTE: CARTA SOCIAL – GEP/MTSSS, AGOSTO 2023

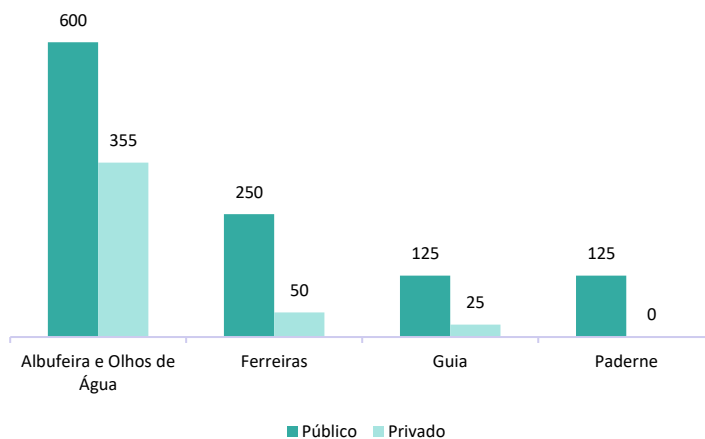


FIGURA 19. CAPACIDADE DO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, SEGUNDO A NATUREZA INSTITUCIONAL 2023
FONTE: CARTA SOCIAL – GEP/MTSSS, AGOSTO 2023

No que trata aos equipamentos para as Pessoas Idosas, designadamente nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), o concelho de Albufeira detém cerca de 5% da oferta e da capacidade instalada na NUTS II, o que corresponde a 5 equipamentos num total de 83 e a 198 lugares face a um total regional de 3816.

Internamente, a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e a freguesia da Guia têm a mesma oferta de ERPI (4 equipamentos, com uma capacidade para 158 utentes). Paderne tem apenas um equipamento com capacidade para 40 utentes, sendo que na freguesia de Ferreiras não existe nenhum equipamento deste tipo.

O impulso urbanístico dos anos 80 fez crescer a cidade para nascente. O sistema biofísico condiciona fortemente a ocupação do território. A presença da Ribeira de Quarteira (PTCON0038 - Ribeira de Quarteira), com 531 ha no concelho, e o sítio do Barrocal (PTCON0049 - Barrocal), que ocupa 1754 ha (12% do concelho) são elementos marcantes da paisagem. As áreas de proteção destes elementos condicionam o crescimento urbano e a implantação de equipamentos e contribuem para o atual desenho do povoamento concelhio.

2.3.2. Mobilidade e Transportes

As condições para a utilização de modos suaves de deslocação melhoraram significativamente nos últimos anos. As principais artérias rodoviárias intra-urbanas têm ciclovias, possibilitando a ligação entre as principais áreas, como a Marina, a Cidade Desportiva ou os Parques Urbanos, e em torno do centro histórico (ciclovias dos Descobrimentos). Para além do percurso concelhio da Ecovia do Litoral (Rota da Costa Atlântica, o EuroVelo 1), o concelho conta ainda com 8 ciclovias.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Centro Algarvio (PAMUS)¹⁰, destaca o concelho de Albufeira por ter uma das freguesias com maior peso da população ativa, em Albufeira e Olhos de Água (mais de 70% da população tem idade compreendida entre os 25 e os 64 anos). A freguesia de Ferreiras, por sua vez, destaca-se pelo forte dinamismo demográfico e pela estrutura etária jovem, com índices de envelhecimento demográfico menores.

O Plano de Ação lista os principais polos atratores e geradores de viagens, apontando diferentes tipologias de equipamentos (ensino, sociais, saúde, lazer...), mas também áreas empresariais, industriais, logísticas e comerciais. As áreas de comércio, indústria e serviços da Guia, emergem como um importante polo de atração logístico e comercial do centro e do barlavento algarvio, com capacidade de atração de novas empresas e serviços e geradores de um elevado número de viagens diárias, como é exemplo o “Algarve Shopping”. Estas áreas, no total, perfazem uma oferta de cerca de 2.000 postos de trabalho. O concelho de Albufeira posiciona-se como 3º maior empregador do centro algarvio, e um dos concelhos com menor peso do emprego público no total (14%), sendo responsável por 15.418 empregos¹¹ (dos quais mais de 10.000 em Albufeira e Olhos de Água).

¹⁰ Relatório da Fase 1 – Caracterização e Diagnóstico, outubro 2016. O PAMUS incide sobre os concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira, área onde residia 57% da população do Algarve, em 2011.

¹¹ Situação em agosto/setembro de 2016

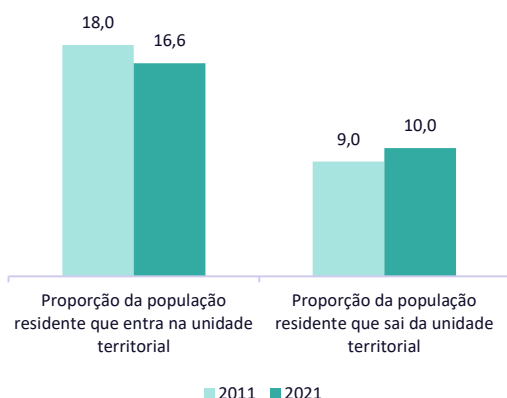


FIGURA 20. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE ENTRA NA UNIDADE TERRITORIAL (MOVIMENTOS PENDULARES) (%) (2021)
FONTE: INE

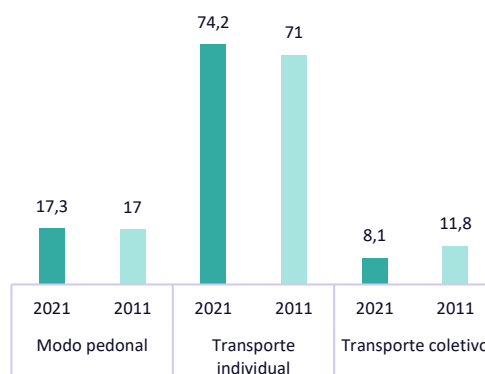


FIGURA 21. REPARTIÇÃO MODAL DAS VIAGENS INTRA-CONCELHIAS, 2011 E 2021
FONTE: INE

Recorrendo a informação dos recenseamentos de 2011 e 2021 é possível analisar os movimentos pendulares à escala concelhia. Neste período, houve uma diminuição das necessidades de mobilidade da população do concelho, sendo que, em 2011, 61,1% dos residentes realizavam deslocações pendulares e, em 2021, esse valor diminuiu para 49%. Em ambos os períodos de análise, predominavam as deslocações para trabalho ou estudo intra concelhias (85, 5% em 2011 e 82% em 2021).

A necessidade de garantir soluções de transportes intra concelhios que satisfaçam as necessidades de mobilidade dos residentes é relevante, apesar do número de residentes que exerce a sua atividade em Albufeira ter diminuído em 4172 residentes entre 2011 e 2021. Por outro lado, o número de residentes que exerce a sua atividade fora do concelho de residência aumentou em 915 residentes, pelo que soluções de transportes inter concelhios deve ser uma opção tida em consideração.

Albufeira apresentava um volume de entradas superior ao das saídas no concelho, em 2011 e 2021. O peso das saídas em 2021 era de 10%, enquanto as entradas representavam 16% de residentes de outros concelhos. As principais relações funcionais, pares origem/destino do concelho, para trabalho ou estudo, em 2021 realizavam-se principalmente com os concelhos de Loulé (34%), Faro (22,6%), Silves (16,4%) e Portimão (10%), que se mantiveram os mesmos desde 2011.

A análise da evolução da repartição modal das viagens realizadas tendo como destino os locais de trabalho ou estudo, no interior do concelho, entre 2011 e 2021, dava conta de um reforço da importância do transporte individual em detrimento dos restantes (74,2%, mais 3,2 p.p. do que em 2011).

Por outro lado, do inquérito à mobilidade dos residentes, realizado em fevereiro e março de 2012, aos maiores de 15 anos, no âmbito do Estudo de Mobilidade Interurbana do Algarve Central, Albufeira destaca-se por ser um dos concelhos com maior número de viagens geradas (63.767), com maior percentagem de viagens motorizadas (87%) e com menor número de viagens por habitante móvel (2,24). As viagens por motivo “estudo” representavam 8,4% (considerando apenas os maiores de 15 anos), e a deslocação para trabalho 44,5%.

Em 2016, o município de Albufeira assegurou o transporte escolar através de serviços regulares de transportes públicos rodoviários e ferroviários garantidos pelos diferentes operadores e ainda pelo serviço de transporte

urbano GIRO (cerca de 1.900 alunos); e de circuitos especiais assegurados por viaturas do município (cerca de 248 alunos). Em 2023, o transporte público urbano GIRO aumentou a sua oferta, ao desenvolver uma linha circular e alargar a sua área de influência a zonas do município que não tinham transporte público municipal, como as freguesias da Guia e Olhos de Água e reforço da oferta na freguesia das Ferreiras, garantindo assim uma maior mobilidade no interior do município.

2.4. Demografia

No Algarve, a tendência de crescimento populacional observada desde 2001, perdeu no último decénio alguma dinâmica (acréscimo de 16.469 residentes). Em Albufeira a variação também tem sido sempre positiva, quer no período 2001-2011 (+9.285 residentes) quer no período 2011-2021 (estimativa de +3.340 residentes).

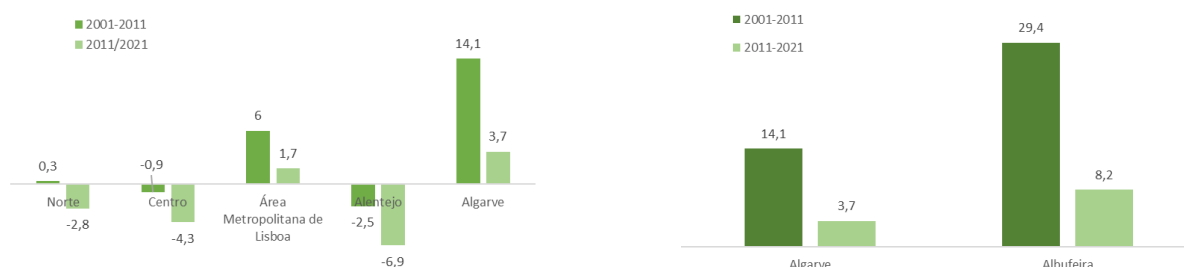


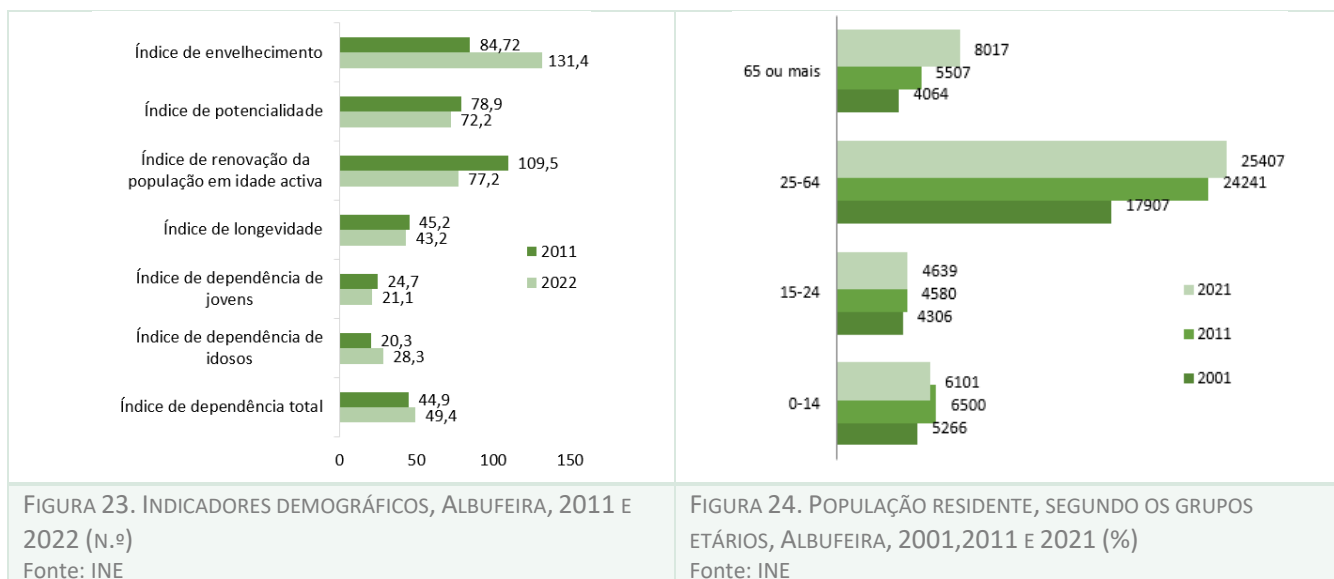
FIGURA 22. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, NUT III E CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2001/2011 E 2011/2021 (%)

FONTE: INE

Embora o envelhecimento populacional ainda não apresente forte manifestação no concelho, começam a surgir alguns sinais desta mudança demográfica. O índice de envelhecimento que era de 84,7, no ano de 2011, atingia os 131,4, segundo o recenseamento geral da população de 2021. Ou seja, a relação entre o número de pessoas com 65 e mais anos e os menores de 15 anos começa a ser menos favorável para os segundos.

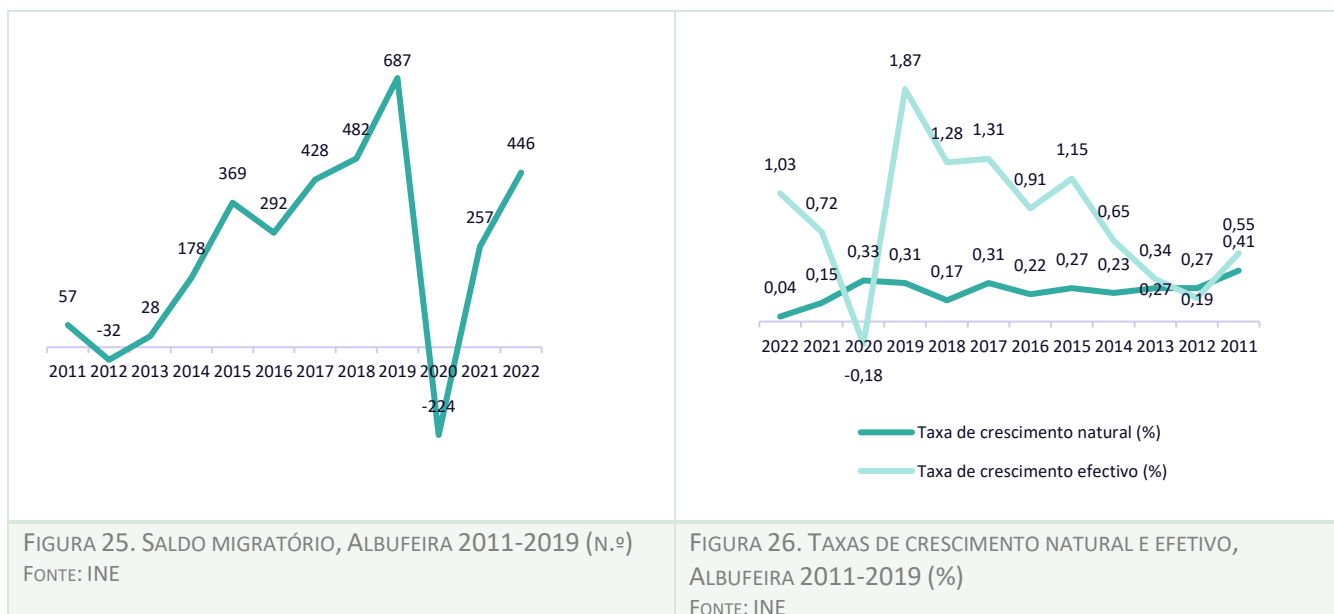
Uma análise à escala da freguesia, revela grandes disparidades, com as freguesias de Paderne e Guia, a registarem um índice de envelhecimento muito elevado (217 e 153, respetivamente, em 2021), comparativamente à freguesia de Albufeira¹² (131,4, quando em 2011, era de apenas 69,9). Em 2021, no concelho de Albufeira, a população com menos de 15 anos era de 6.101 residentes (6.500, em 2011), enquanto a população com 65 ou mais anos, era de 8.017 residentes (5.507, em 2011).

¹² Delimitação anterior a 2013.



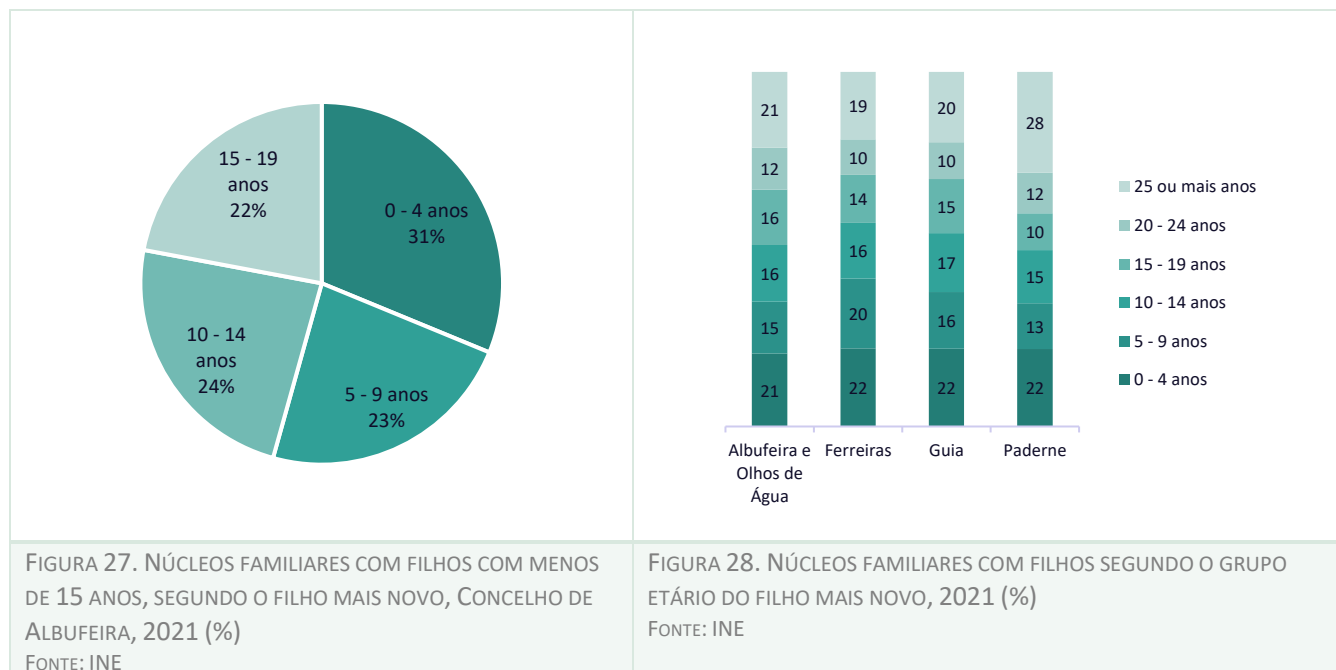
Desde 1992 que a taxa de crescimento efetivo do concelho é positiva, consequência do contributo do saldo migratório e de uma estabilização do saldo natural. Contudo, o ano de 2020 foi o único que registou um valor negativo, consequência da Pandemia Covid-19. Na região do Algarve, apenas Albufeira apresenta um saldo natural positivo em todos os anos entre 2011 e 2022 e, juntamente com Vila do Bispo, foram os concelhos com maior crescimento demográfico na região entre 2011 e 2021 (+8%).

A taxa de fecundidade registou pequenas oscilações 2011 e 2022, assinalaram um aumento entre 2013 e 2017, mas com uma tendência global para diminuir (41,6‰ em 2011, 43,2‰ em 2022). Contudo, situou-se sempre acima do valor médio nacional no período em análise (38‰, em 2022).



A dimensão média das famílias, em 2021, era de 2,46 indivíduos, inferior ao valor do registado em Portugal Continental (2,58). Apenas a freguesia de Ferreiras supera este último valor (2,60). Desde 1960, a dimensão

média das famílias tem vindo consistentemente a diminuir, em todas as freguesias. Os núcleos familiares com filhos menores de 15 anos eram 4.402, em 2021.



Com a reorganização administrativa de 2013, agregação das freguesias de Albufeira e Olhos de Água, esta passa a concentrar 65,5% da população do concelho, com perto de 27 mil residentes (Censos de 2011). Em 2021, esta freguesia possuía 28.645 residentes, continuando, contudo, a concentrar perto de 65% da população concelhia (64,9%, mais concretamente).

2.5. Perfil socioeconómico da população

O nível de qualificação da população residente observou uma evolução positiva nos últimos períodos intercensitário, nomeadamente o aumento da população com o ensino superior (9,6%, em 2011; 13,6%, em 2021), situando-se ainda assim abaixo da região do Algarve (13,3%, em 2011; 15,1%, em 2021).

A população residente sem nenhum nível de escolaridade completo era de 18,5%, em 2011, reduzindo-se para 17,5%, em 2021. A taxa de analfabetismo no concelho diminuiu consideravelmente, de 12,2% para 3,8%, entre 1991 e 2011, constituindo um progresso social bastante assinalável. Já em 2021, o valor atingiu os 2,5%. Persiste, no entanto, uma disparidade entre géneros, uma vez que a taxa de analfabetismo das mulheres era de 4,30%, enquanto a dos homens era de 3,26%, em 2011 e em 2021, esta disparidade mantém-se – 2,9% nas mulheres e 2% nos homens.

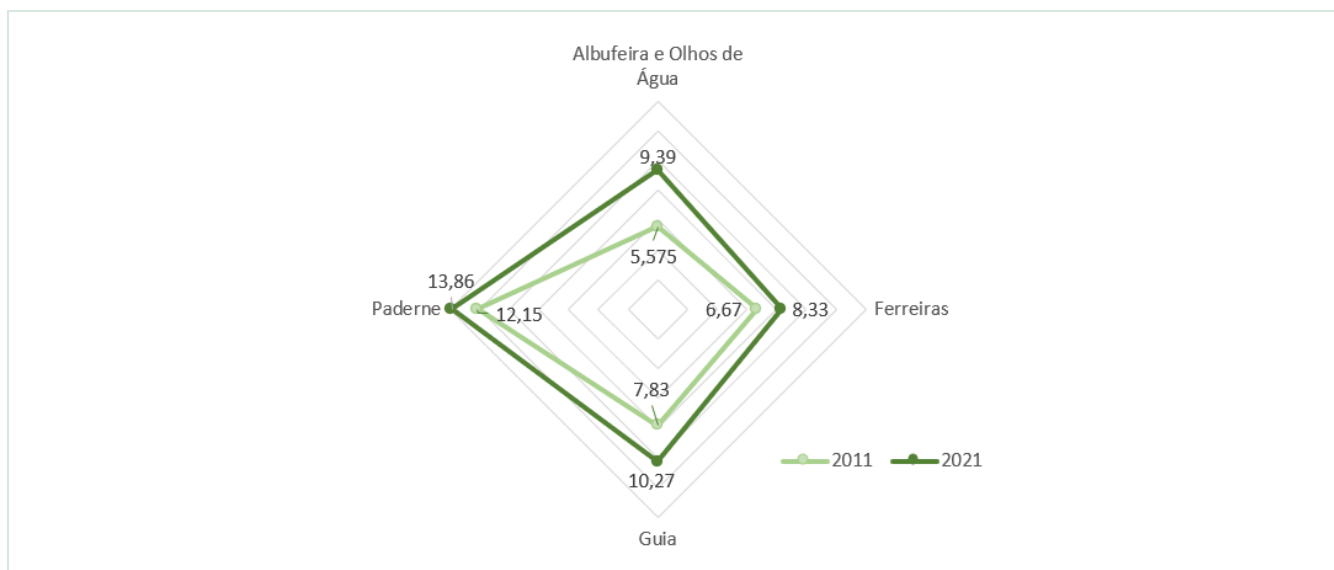


FIGURA 29. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS DE PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS DE IDADE (%), POR FREGUESIA, 2011 E 2021

FONTE: INE

As famílias unipessoais constituídas por pessoas idosas configuram uma realidade particularmente crítica em termos de análise socioeconómica, uma vez que ao aumento da idade está associado uma perda de autonomia significativa, perda de rendimentos disponíveis, a par de um crescente isolamento. Neste contexto, o concelho de Albufeira apresenta menor vulnerabilidade, detendo a menor proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (9,68%), em 2021, no contexto da Região do Algarve (13%) e abaixo, inclusive, do valor verificado em Portugal Continental (12,46%). No contexto concelhio, Paderne apresenta-se como a freguesia mais frágil (13,86%). Entre 2011 e 2021, a freguesia de Albufeira e Olhos de Água foi a que maior aumento registou, de 5,58 para 9,39%. A freguesia de Ferreiras é a freguesia com menor proporção de famílias unipessoais constituídas por pessoas idosas (8,33%).

Um dos grupos mais vulneráveis em situação de crise são os desempregados. Em 2001, a taxa de desemprego¹³ era de 6,1% em Albufeira e 6,2% na Região do Algarve. Dez anos mais tarde, esta situa-se acima dos 17%, mais elevada que a taxa registada na Região do Algarve. Contudo, vem-se assistindo a uma inversão deste agravamento, com o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego¹⁴ a diminuir entre 2013 até 2019, num claro sinal positivo, independentemente das variações resultantes da sazonalidade do emprego no turismo (maior desemprego na época baixa).

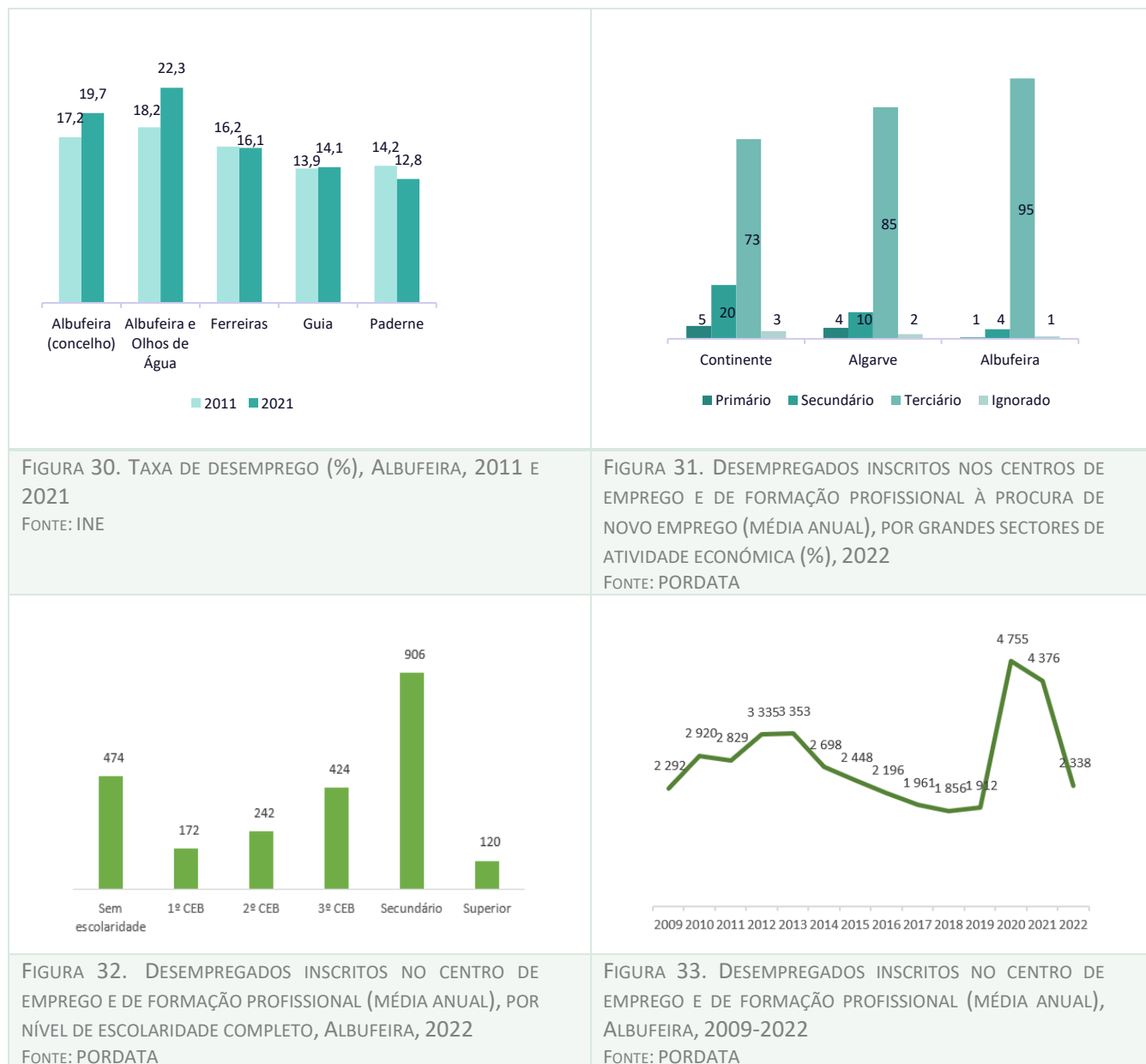
O ano de 2020 foi “atípico”, na tendência que se vinha a consolidar, com o efeito da Pandemia COVID 19 a fazer-se sentir fortemente no concelho, muito dependente da atividade turística. Neste ano, o número de desempregados inscritos no centro de emprego atingiu o valor mais alto desde 2009 (4.755). Contudo, desde

¹³ Taxa de desemprego em sentido lato.

¹⁴ Albufeira encontra-se na área de atuação do Centro de Emprego de Loulé.

2020 que tem vindo a recuperar e, em 2022, a média anual já havia atingido valores semelhantes a 2015 e 2016, demonstrativo de uma forte capacidade de recuperação dos valores registados em 2020.

A análise dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), por nível de escolaridade completo, mostra a preponderância dos desempregados com a escolaridade obrigatória completa (secundário) (38,7%) e sem escolaridade (20,3%)



O peso dos desempregados de longa duração (inscritos há mais de 1 ano) era diminuto em 2009, pois representavam 8% do total. Em 2019, registou um forte aumento, estando nos 19,3%, possivelmente explicado ainda pelos impactes negativos da Pandemia Covid-19 no emprego do município. Este constitui um indicador sensível, na medida em que é sintomático da forte sazonalidade do emprego ligado ao turismo, e dos contratos a prazo.

A par do aumento do número de desempregados inscritos nos centros de emprego, outro indicador importante na medição da vulnerabilidade social é o número de beneficiários da medida de Rendimento Social de Inserção (RSI). A proporção de beneficiários do RSI era de 3,1%, em 2010. Entre 2011 e 2019, esta proporção veio sempre

a diminuir, atingindo o valor mais baixo em 2017 (1,2%). Esta tendência começou a inverter em 2020, ao verificar-se um aumento para 2,1%, 2,7% em 2021, e em 2022, registou o valor mais elevado desde 2009, com 3,6% da população beneficiária deste apoio. Esta evolução, acompanhada pelos concelhos limítrofes poderá indiciar um declínio da qualidade de vida geral, face ao momento de crise despoletado pelo aumento da inflação.

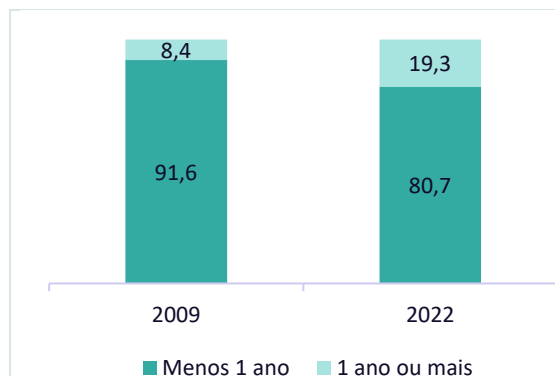


FIGURA 34. DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL) POR TEMPO DE INSCRIÇÃO (%), 2009 E 2022.

FONTE: PORDATA

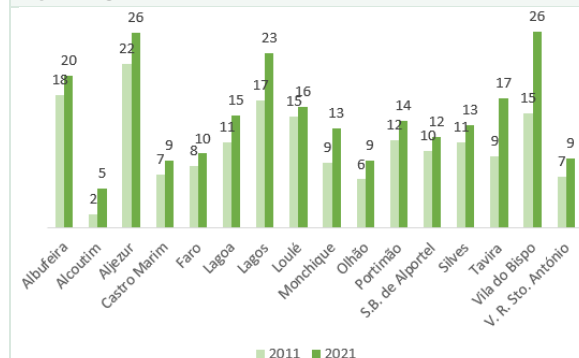


FIGURA 36. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, ALGARVE, EM 2011 E 2021 (%)

FONTE: INE

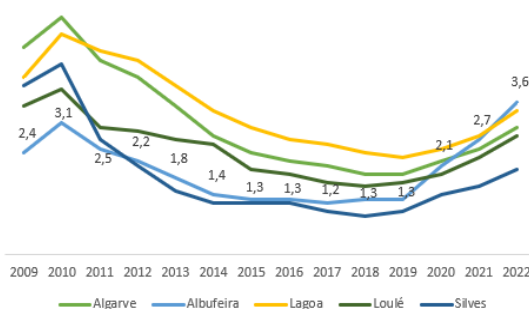


FIGURA 35. EVOLUÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS (%), 2010-2022

FONTE: PORDATA

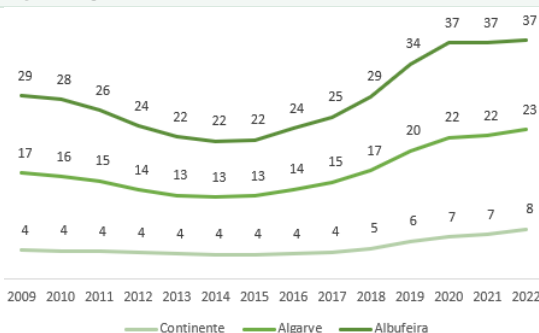


FIGURA 37. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE, 2009-2019

FONTE: PORDATA

A importância percentual da população estrangeira no concelho é notória (9,48% em 2001; 17,53%, em 2011; e 20% em 2021), com maior concentração em Albufeira e Olhos de Água (23%). A população estrangeira com estatuto legal de residente, face ao total da população era de 37%, em 2022 (o valor mais alto desde 2009), quando no Continente é de apenas 8%.

2.6. Situação Educativa

Sucesso escolar

Os principais núcleos de ensino da região do Algarve são Loulé, Faro e Portimão, que concentram 46,5% dos alunos. Do ponto de vista educativo, Albufeira é, ainda assim, um concelho atrativo para os

estudantes/trabalhadores dos concelhos vizinhos. Embora não existindo escolas próximas dos limites geográficos, dada a concentração no centro litoral, o concelho é local de trabalho/estudo para população dos concelhos vizinhos. Em 2021/2022, possuía cerca de 10,3% do total de alunos matriculados no Algarve, sendo o quarto concelho com maior número de alunos matriculados.

Contudo, o número de alunos matriculados tem vindo a diminuir: eram 8.428 os alunos matriculados no concelho em 2009/2010, ano em que este valor atingiu o seu máximo dos últimos 10 anos, sendo -509 (-6%) alunos no ano letivo de 2021/ 2022.

Embora se tenha verificado uma diminuição dos quantitativos globais, o peso do ensino pré-escolar tem vindo a aumentar, assumindo 17% do número de alunos matriculados (1.382), superior ao dos alunos inscritos no 2º CEB. Este aumento reflete o aumento do investimento político nesta área nos anos mais recentes, bem como a crescente sensibilização das famílias e da sociedade, em geral, para a sua relevância no desenvolvimento das crianças.

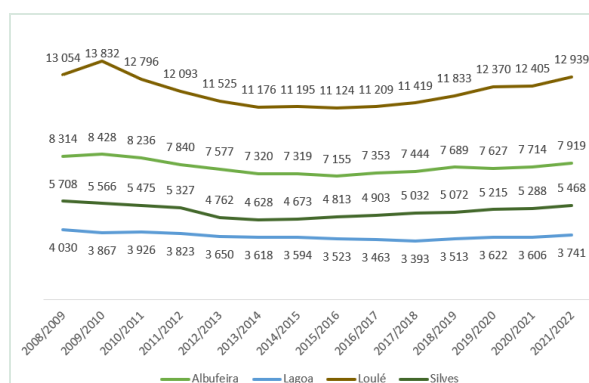


FIGURA 38 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO NÃO SUPERIOR, ALBUFEIRA E CONCELHOS LIMÍTROFES, 2008/2009 A 2021/2022

FONTE: INE

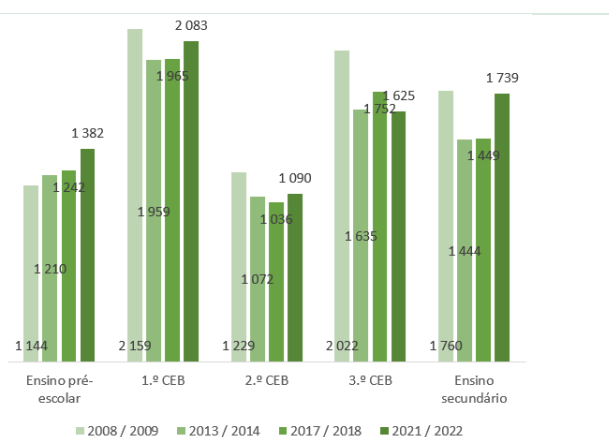


FIGURA 39. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (N.º), NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2008/2009, 2013/2014, 2017/2018 E 2021/2022

FONTE: INE

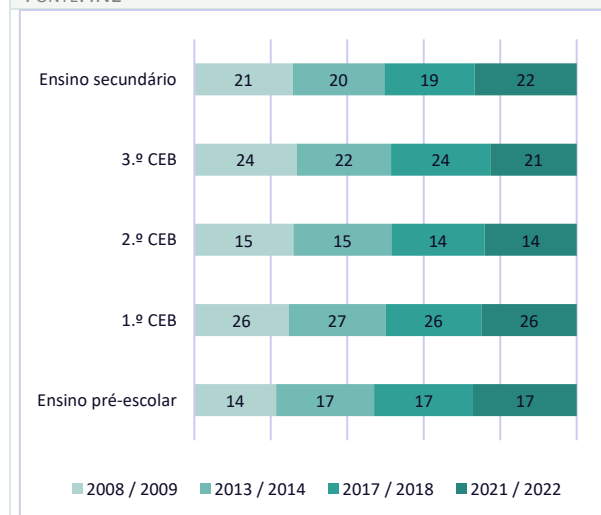


FIGURA 40. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (%), NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, 2008/2009, 2013/2014, 2017/2018 E 2021/2022

FONTE: INE

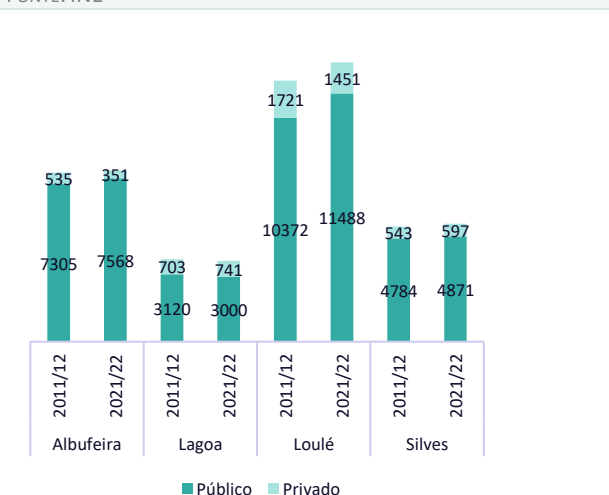


FIGURA 41. ALUNOS MATRICULADOS POR NATUREZA INSTITUCIONAL (N.º), EM ALBUFEIRA E CONCELHOS LIMÍTROFES, 2011/2012 E 2021/2022

FONTE: INE

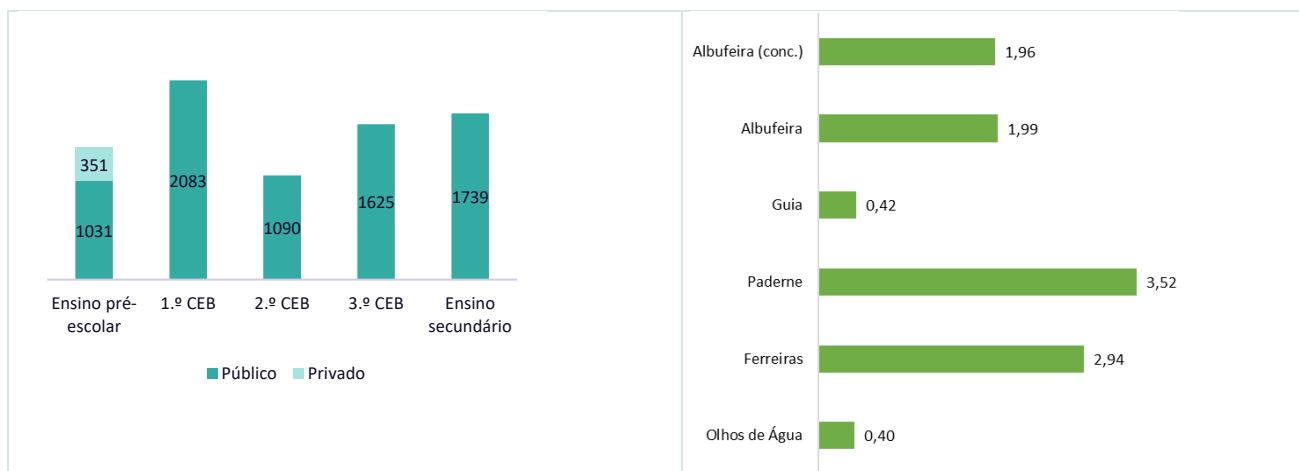


FIGURA 42. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO E NATUREZA INSTITUCIONAL (N.º), EM ALBUFEIRA, 2021/2022
FONTE: INE

FIGURA 43. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR DA POPULAÇÃO ENTRE OS 10 E OS 15 ANOS (%), EM 2011
FONTE: INE

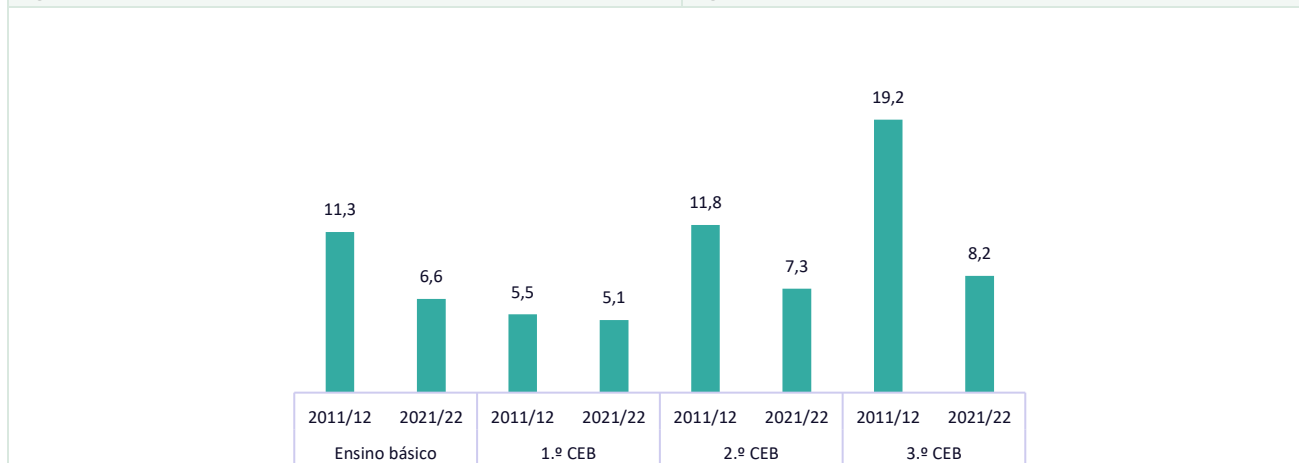
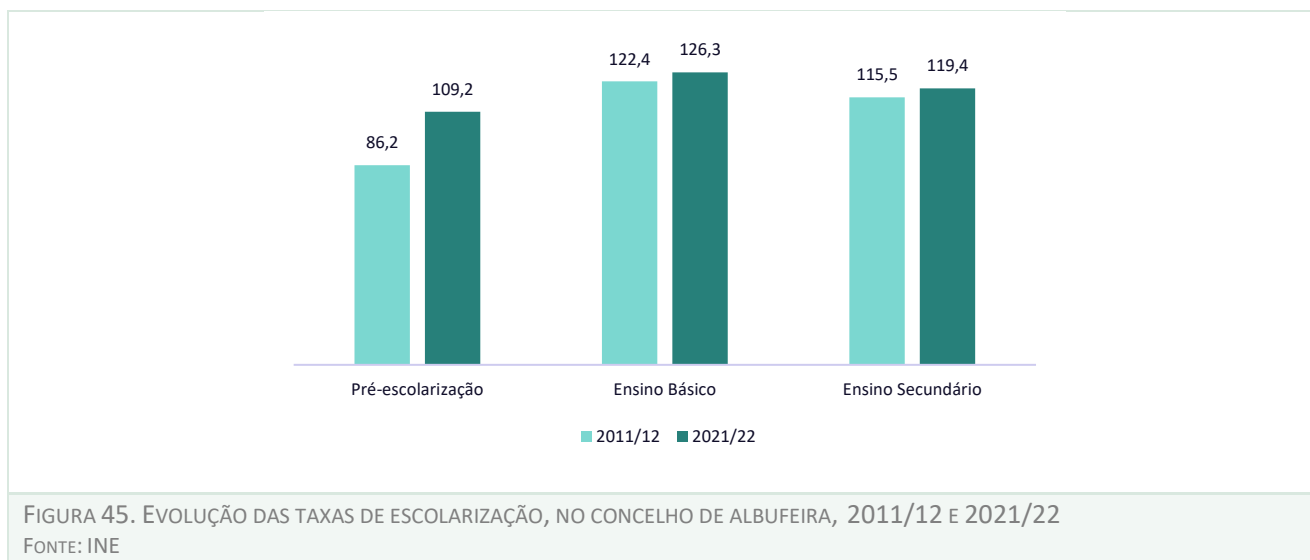


FIGURA 44. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO (%), POR NÍVEL DE ENSINO, 2011/2012 E 2021/2022
FONTE: INE

Por outro lado, a oferta de ensino no 1º e 2º e 3º ciclos é exclusiva dos estabelecimentos/oferta pública, estando a iniciativa privada representada apenas de forma evidente no ensino pré-escolar, em que a cobertura do ensino público não é suficiente para responder às necessidades da procura. A oferta privada corresponde a 25,4% do total de matriculado no pré-escolar, no ano letivo 2021-2022.

A taxa de abandono escolar, apesar de ainda elevada, tem evoluído de forma positiva. A freguesia de Paderne, é a que apresenta valores mais preocupantes (3,52%).

Considerando o período de dez anos letivos (2011/2012 e 2021/2022), observa-se que as taxas de retenção e desistência no segundo e terceiro ciclo têm vindo a evoluir favoravelmente, sendo cada vez mais baixas, principalmente no terceiro ciclo pois apresentou uma maior descida - de 19,2% para 8,2%. Quanto primeiro ciclo, teve uma evolução positiva menos expressiva. Contudo, estas taxas oscilam significativamente, de ano para ano, sendo mais elevadas no terceiro ciclo do ensino básico (24,7%, no ano mais problemático, 2012/2013).



Os valores das taxas brutas de pré-escolarização e de escolarização, acima dos 100%, indiciam a presença de alunos de outros concelhos nos equipamentos de ensino concelhios, nomeadamente no ensino básico (216%) secundário (119,4%). Tal dever-se-á à atratividade de Albufeira constituindo-se como local de trabalho e estudo para a população dos concelhos vizinhos.

Não há oferta de estabelecimentos de ensino superior no concelho de Albufeira. O ensino profissional, estava representado por um polo da Escola Profissional Agostinho Roseta, que cessou o seu funcionamento no ano letivo 2020/2021.

Em Albufeira existem 11 equipamentos de pré-escolar públicos e 7 privados. O primeiro ciclo está presente em 13 equipamentos, o segundo ciclo em 6 e o terceiro ciclo em 8 equipamentos públicos; o ensino secundário é disponibilizado em dois equipamentos públicos.

Áreas de influência dos Agrupamentos de Escolas de Albufeira

As áreas de influência dos agrupamentos de escolas de Albufeira, Albufeira Poente e de Ferreiras estão patentes na figura seguinte.

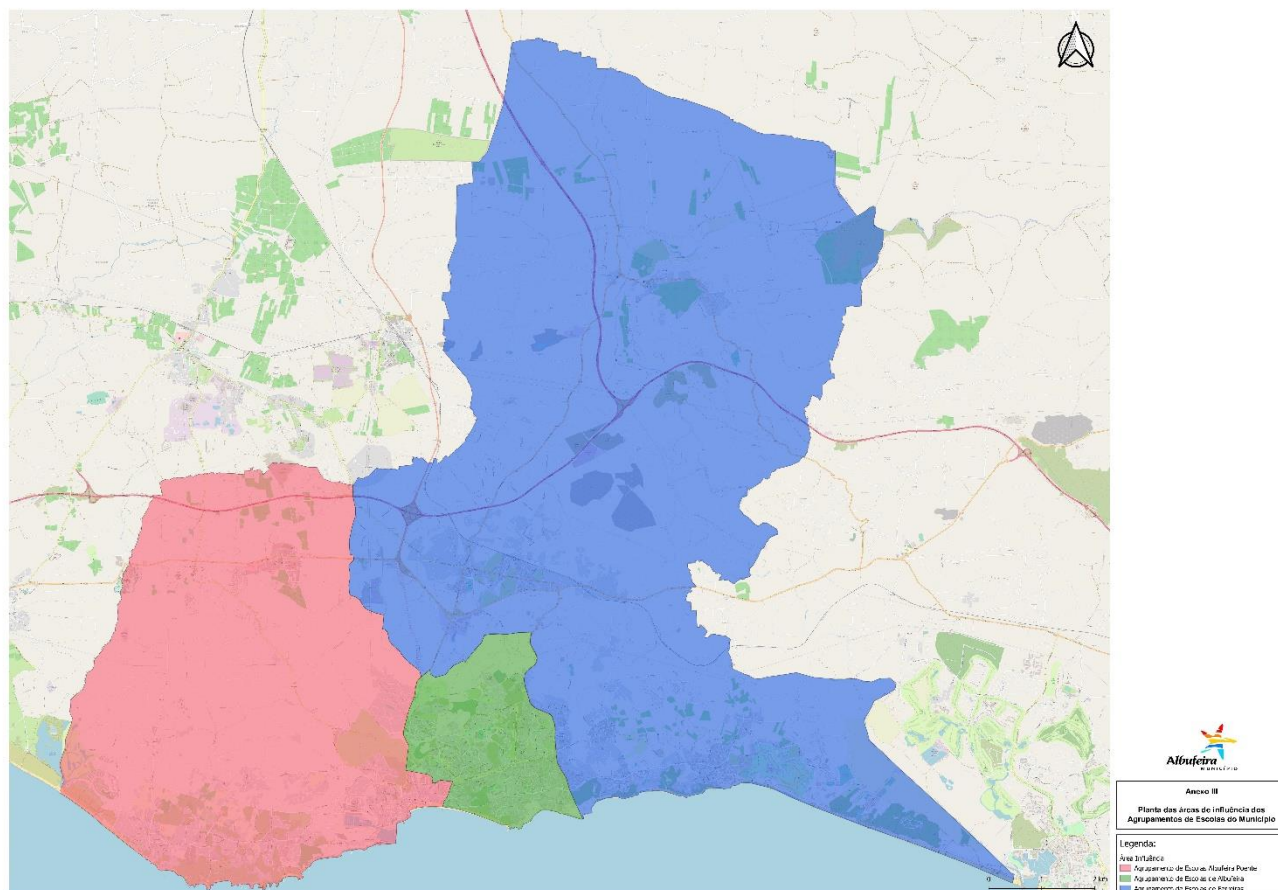


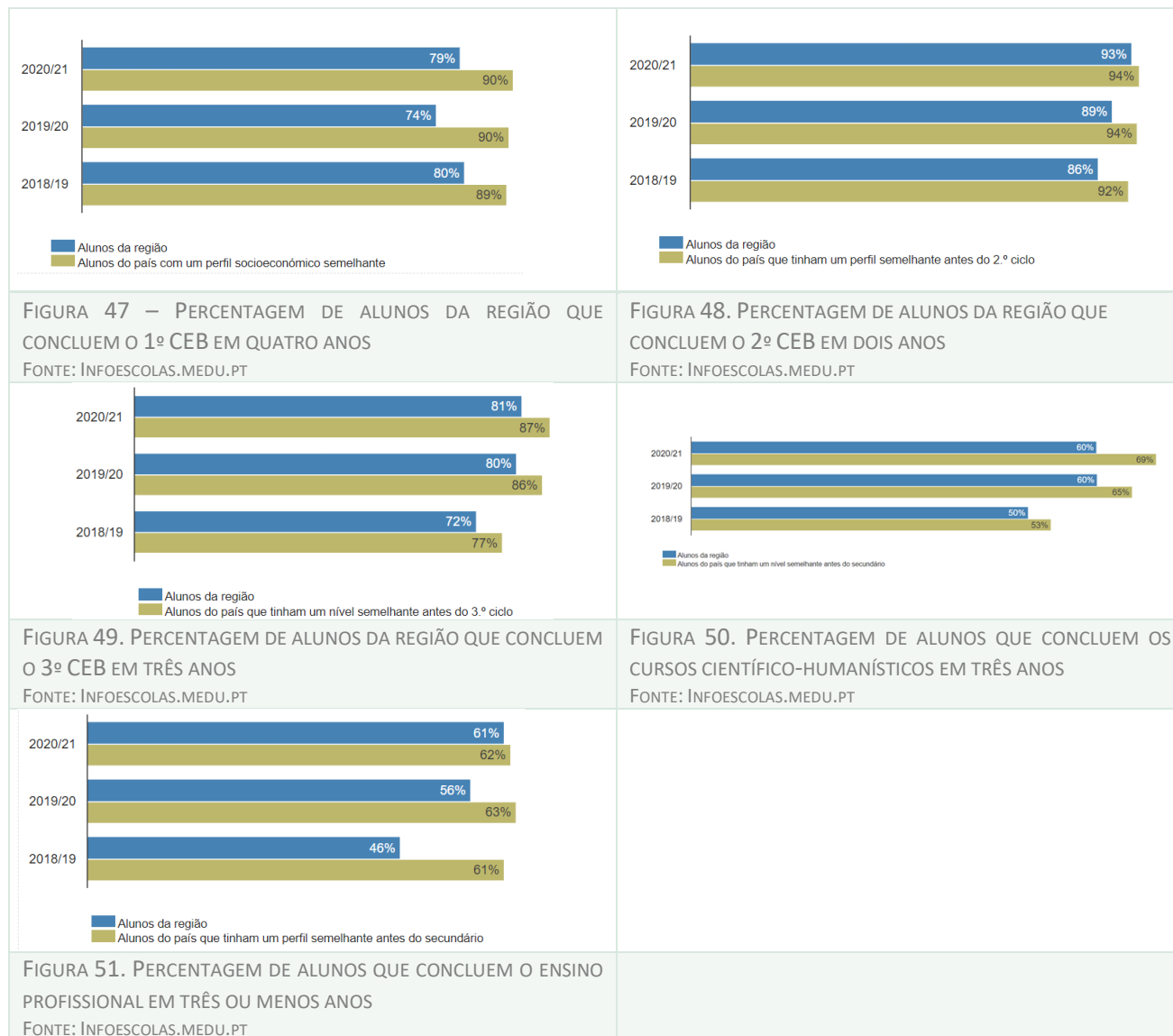
FIGURA 46. ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

FONTE: CM ALBUFEIRA

Avaliação externa das escolas¹⁵

A percentagem de alunos que concluem o ciclo de ensino (1º, 2º, 3º ou secundário) dentro do tempo normal são considerados percursos de sucesso (barras azuis)¹⁶.

Com exceção do 1º ciclo, em que a distância face ao valor nacional aumentou no período considerado (9pp de diferença, em 2018/19 e 11pp, em 2020/21), nos restantes níveis de ensino o posicionamento dos alunos do concelho melhorou face à média dos alunos do país. No ano letivo 2020/21, no 2º Ciclo os alunos de Albufeira têm apenas 1pp de diferença face aos alunos do país, no 3º ciclo 6pp, e nos cursos científico-humanísticos 9pp, sendo que houve sempre melhoria no triénio considerado.



15 Este capítulo é suportado em informação do Portal InfoEscolas, do Ministério da Educação (ME), que, por sua vez, tem por base dados reportados pelas escolas ao sistema de informação do ME, bem como Bases de dados do Júri Nacional de Exames.

16 O indicador mede a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região (Albufeira) e a média nacional (média calculada para os colegas do país com um nível anterior semelhante).

As provas de aferição são um instrumento de avaliação que permite recolher dados relevantes sobre os níveis de desempenho dos alunos no que respeita às aprendizagens adquiridas e competências desenvolvidas. Em 2022, as provas de Educação Física e de Educação Artística foram as que obtiveram melhores resultados entre os alunos de 2º ano de Albufeira, por sua vez a disciplina de português e matemática foram aqueles que obtiveram piores resultados, e onde a diferença face à situação do país é mais significativa.

ESCOLA	Ed. ARTÍSTICA		Ed. FÍSICA		PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		ESTUDO DO MEIO		Ed. Artística	Ed. Física	Português	Matemática	Est. do Meio
	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Diferença face à média do país				
EB da Guia	95	96	100	99	32	52	44	84	72	86	-1	1	-20	-40	-14
EB de Brejos	88	96	100	99	38	53	56	85	71	87	-8	1	-15	-29	-16
EB de Calços	97	96	100	99	53	56	89	87	93	88	1	1	-3	2	5
EB de Correeira	100	96	100	99	37	51	81	83	84	85	4	1	-14	-2	-1
EB de Ferreiras	79	96	100	99	25	53	74	85	76	86	-17	1	-28	-11	-10
EB de Fontainhas	83	96	100	99	50	53	91	85	81	87	-13	1	-3	6	-6
EB de Olhos de Água	74	86	95	99	44	54	56	85	72	87	-12	-4	-10	-29	-15
EB de Paderne	88	96	100	99	53	53	67	85	53	86	-8	1	0	-18	-33
EB de Sesmarias ¹⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
EB de Vale Carro	85	96	100	99	62	54	81	85	83	87	-11	1	8	-4	-4
EB de Vale Parra	91	96	100	99	38	56	85	87	90	88	-5	1	-18	-2	2
EB n.º 1 de Albufeira	97	96	100	99	44	55	78	86	74	87	1	1	-11	-8	-13
EB de Vale Pedras	99	96	100	99	41	51	83	84	78	86	3	1	-10	-1	-8
Média dos resultados das escolas	90	-	100	-	43	-	74	-	77	-					

TABELA 4 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 2º ANO, 2022 (%)

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

No que se refere ao 2º ciclo (5º ano), provas de aferição realizadas em 2022 (Ciências da Natureza e Ed. Visual e Tecnológica), foi na prova de ciências que houve maior distanciamento entre os resultados das escolas de Albufeira e os nacionais, sendo que a Escola Básica de Paderne obteve um resultado mais favorável (+11pp) que a média nacional.

¹⁷ Número de provas demasiado reduzido para apresentar estatísticas

ESCOLA	Ed. Visual e Ed. Tecn.		Ciências Naturais		Matemática		Ed. Física		Hist. e Geog. de Portugal		Português		Ed. Musical		Ed. Visual e Ed. Tecn.		Ciências Naturais		Matemática		Ed. Física		Hist. e Geog. de Portugal		Português		Ed. Musical	
	2022						2019				2018				2022		2019				2018							
	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País	Esc.	País														
EB D. Martim Fernandes	100	98	63	73	17	23	93	79	31	63	42	58	64	79	2	-10	-6	14	-32	-16	-15							
EB da Guia	100	98	63	73	13	23	84	79	36	62	48	60	66	79	2	-10	-10	5	-26	-12	-13							
EB de Ferreiras	98	98	66	70	11	21	50	78	55	58	45	60	25	79	0	-4	-10	-28	-3	-15	-54							
EB de Paderne	97	98	81	70	44	20	50	78	57	57	53	58	13	78	-1	11	24	-28	0	-5	-65							
EB Dr. Francisco Cabrita	100	98	74	72	20	22	84	79	52	62	46	57	76	77	2	2	-2	5	-10	-11	-1							
EB Prof. Diamantina Negrão	100	98	67	71	12	21	47	78	48	58	40	58	21	77	2	-4	-9	-31	-10	-18	-56							

TABELA 5 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 5º ANO, 2022

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

No 3º CEB, as provas de matemática e de português, e considerando a globalidade das escolas, os resultados oscilam significativamente, não se observando uma continuidade nos resultados, quer ascendente quer descendente, no período considerado.

	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2021/22
EB D. Martim Fernandes	39	30	71	55	40
EB da Guia	20	23	16	20	19
EB de Ferreiras	27	30	40	16	14
EB de Paderne	11	68	71	37	59
EB Dr. Francisco Cabrita ¹⁸	-	-	-	-	-
Escola Básica e Secundária de Albufeira	18	50	29	24	37
EB Prof. Diamantina Negrão	9	32	24	23	7
Média dos resultados das escolas	21	39	42	29	29

TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, NA PROVA DE MATEMÁTICA, 3º CICLO, 2015/16-2021/22

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

¹⁸ Não tem provas realizadas em 2022. Informação não disponível no portal InfoEscolas.

	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2021/22
EB D. Martim Fernandes	28	60	56	68	43
EB da Guia	16	12	46	16	52
EB de Ferreiras	46	41	70	10	17
EB de Paderne	43	79	47	42	43
EB Dr. Francisco Cabrita ¹⁹	-	-	-	-	-
Escola Básica e Secundária de Albufeira	35	24	19	40	49
EB Prof. Diamantina Negrão	29	75	44	35	11
Média dos resultados das escolas	33	49	47	35	36

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, NA PROVA DE PORTUGUÊS, 3º CICLO, 2015/16-2021/22

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

No ensino secundário, os percentis obtidos nas diferentes disciplinas são assinalados abaixo.

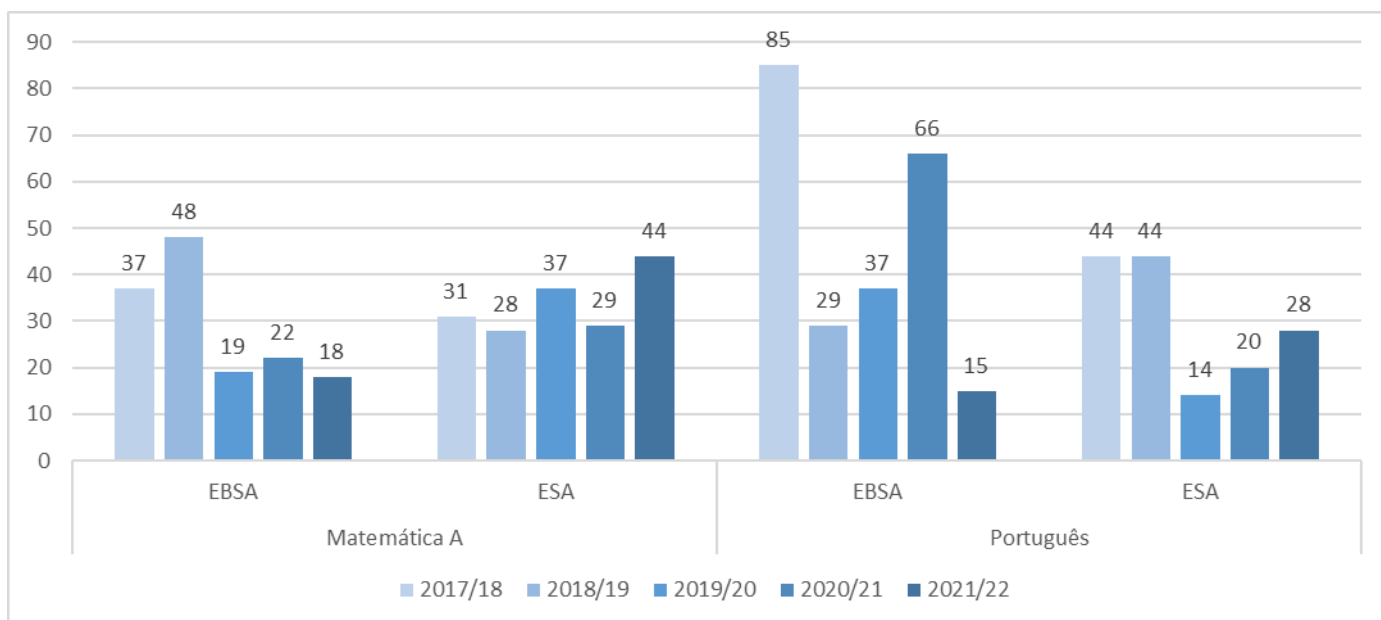


FIGURA 52. EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO, PROVAS DE PORTUGUÊS E DE MATEMÁTICA

¹⁹ Não tem provas realizadas em 2022. Informação não disponível no portal InfoEscolas.

	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Matemática A	37	48	19	22	18
Português	85	29	37	66	15
Biologia e Geologia	41	48	43	34	29
Física e Química A	37	27	6	22	38
Geografia A	14	41	62	66	11
Inglês	-	-	63	43	19
Economia A	-	12	36	16	8

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO – ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

Nota: Para as disciplinas de História A, Desenho A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Matemática B, Filosofia e Espanhol (iniciação e continuação), a amostra é demasiado reduzida para serem apresentadas estatísticas.

	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Biologia e Geologia	47	65	42	44	60
Matemática A	31	28	37	29	44
Português	44	44	14	20	28
Física e Química A	36	60	30	59	58
Filosofia	15	53	56	41	8
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	51	85	78	45	44
Economia A	84	51	48	73	80
Geografia A	80	83	87	67	61
História A	78	27	9	50	41
Inglês	-	-	28	45	72
História da Cultura e das Artes	18	61	15	60	23
Geometria Descritiva A	15	27	8	20	28

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO – ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

Nota: Para as disciplinas de Desenho A, Francês, Espanhol (iniciação e continuação) e Literatura portuguesa, a amostra é demasiado reduzida para serem apresentadas estatísticas.

Domínio	AE Albufeira Poente (2019-20)	AE de Ferreiras (2017-18)
Autoavaliação	Suficiente	-
Liderança e gestão	Bom	Suficiente
Prestação do serviço educativo	Bom	Suficiente
Resultados	Bom	Suficiente

TABELA 10 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO DE ALBUFEIRA POENTE- 2019-2020

FONTE: IGEC, AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Taxa de sucesso dos alunos inseridos nos Percursos Individuais de Educação e Formação e nos Cursos Profissionais

Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente

Direção de Turma:	1.1. N.º de alunos no final do ano letivo:	1.18. N.º de alunos que Concluíram/Transitaram:	1.19. Percentagem de sucesso da turma:
1.º CEF RB	14	12	85,7%
1.º EST-TAE	19	17	89,5%
1.º TD	28	18	76%
1.º TMU-TRE	19	16	80%
1.º TPSI	28	25	96,2%
1.º TT	19	13	68,4%
2.º TD1-TME	20	20	100%
2.º TD2	25	22	88%
2.º TPSI1-TGEI	24	22	91,7%
2.º TPSI2	25	23	92%
2.º TRB	10	8	90%
2.º TT	17	16	100%
3.º TAE	15	14	93,3%
3.º TD1	18	12	66,7%
3.º TD2	31	17	54,8%
3.º TIR	14	8	57,1%

TABELA 11 – TAXAS DE SUCESSO CURSOS PROFISSIONAIS (ANO 2022-2023), AE ALBUFEIRA POENTE

FONTE: AE ALBUFEIRA POENTE

Média	2020/21	2021/22	2022/23
1º ano	94%	88,7	82,0
2º ano	97,9%	99,1	92,3
3º ano	72,6%	71,6	-

TABELA 12 – MÉDIA DAS TAXAS DE SUCESSO CURSOS PROFISSIONAIS (ANO 2022-2023), AE ALBUFEIRA POENTE, COMPARANDO COM ANOS LETIVOS ANTERIORES

FONTE: AE ALBUFEIRA POENTE

Ano Letivo	Percurso Direto
2020/21	57%
2021/22	60%

TABELA 13 – PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO - ALUNOS DE CURSOS PROFISSIONAIS QUE COMPLETAM O CURSO EM 3 ANOS

FONTE: AE ALBUFEIRA POENTE

Ano Letivo	Estudo	Empregado	Desempregado	Ambas
2020/21	26%	56,2%	6,8%	11%
2021/22	38,8%	60%	1,2%	0%

TABELA 14 – INDICADORES DE EMPREGABILIDADE DOS CURSOS PROFISSIONAIS

FONTE: AE ALBUFEIRA POENTE

Agrupamento de Escolas de Ferreiras

No que se refere ao Agrupamento de Escolas de Ferreiras, os cursos CEF e PIEF tiveram taxa de sucesso de 100%.

Agrupamento de Escolas de Albufeira

A taxa de sucesso dos cursos profissionais, no ano letivo transato (2022/2023), dos alunos que frequentaram o último ano dos cursos profissionais foi de 74%.

Relativamente aos indicadores de empregabilidade dos cursos profissionais, os Agrupamentos de Escolas de Albufeira não têm informação sobre esta matéria, devendo no futuro equacionar-se a definição e adoção de ferramentas e metodologias de recolha de informação que permitam avaliar o do sucesso da oferta profissional ministrada.

Importa ainda referir a presença no concelho de um Centro Qualifica.

Albufeira é o concelho do Algarve com maior número de desempregados (taxa de desemprego de 19,65%, em 2021, quando no Algarve era de 11,80% e no Continente era de 8,06%). A taxa de desemprego entre as mulheres supera a taxa global (22,21%, segundo os Censos de 2021).

O Centro Qualifica de Albufeira-Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro (Albufeira), inaugurado em fevereiro de 2023, na freguesia de Ferreiras pretende contribuir para a melhoria das competências e qualificações da população, possibilitando aos formandos a obtenção de melhores postos de trabalho e com melhores remunerações, e fazendo a ligação com as necessidades de mão de obra dos empresários locais.

O Centro de Formação Profissional de Albufeira resulta do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Albufeira e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este polo de formação destinado a jovens e adultos, está particularmente vocacionado para a Hotelaria, Restauração e Turismo, mas também para outros setores em crescimento no concelho, e para a aprendizagem ao longo da vida.

Conforme referido anteriormente, as políticas governamentais para a Educação procuram responder a diversos objetivos específicos. Desde logo, apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades, mas também combater as desigualdades à entrada e à saída da escola e promover o acesso à formação e qualificação ao longo da vida. Da análise efetuada, conclui-se que, nos últimos anos, observa-se uma evolução muito positiva em termos dos resultados escolares, com redução das taxas de abandono escolar e das taxas de repetência e, progressivamente, melhores resultados escolares nos diversos níveis de ensino. Esta evolução, resulta, em parte, da aplicação de diversas medidas estruturadoras da ação governativa e do papel dos Agrupamentos e dos professores, na melhoria dos processos e metodologias de ensino e aprendizagem.

O combate às desigualdades através da educação, a inclusão de todos os alunos (a escola inclusiva), estabelecida no Plano 21|23 Escola+, foram determinantes nesta trajetória. Também o reforço das políticas de Ação Social Escolar, foi fundamental. Acresce que a aposta no reforço do ensino experimental das ciências, bem como na modernização do ensino profissional e a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas foi muito importante.

(página propositadamente deixada em branco)

3. Caracterização e Diagnóstico da Oferta

3.1. Enquadramento Geral

De modo a efetuar um aprofundamento do diagnóstico e caracterização da oferta de equipamentos escolares no concelho foi solicitado a cada um dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública de Albufeira, o preenchimento de um conjunto considerável de matrizes contendo informação relevante. O processo de inquirição abrangeu um total de 23 estabelecimentos de ensino: 11 com ensino pré-escolar; 13 com primeiro ciclo do ensino básico, 8 com o 2/3 Ciclos e ou Secundário. Estes 23 estabelecimentos compreendem a totalidade da rede pública, mas não cobrem o universo da oferta privada e solidária, composta por 7 estabelecimentos com pré-escolar e 1 estabelecimento com ensino secundário, segundo dados do INE. A rede de estabelecimentos de ensino público no concelho de Albufeira distribui-se por 3 Agrupamentos de escolas: Albufeira; Albufeira Poente e Ferreiras.

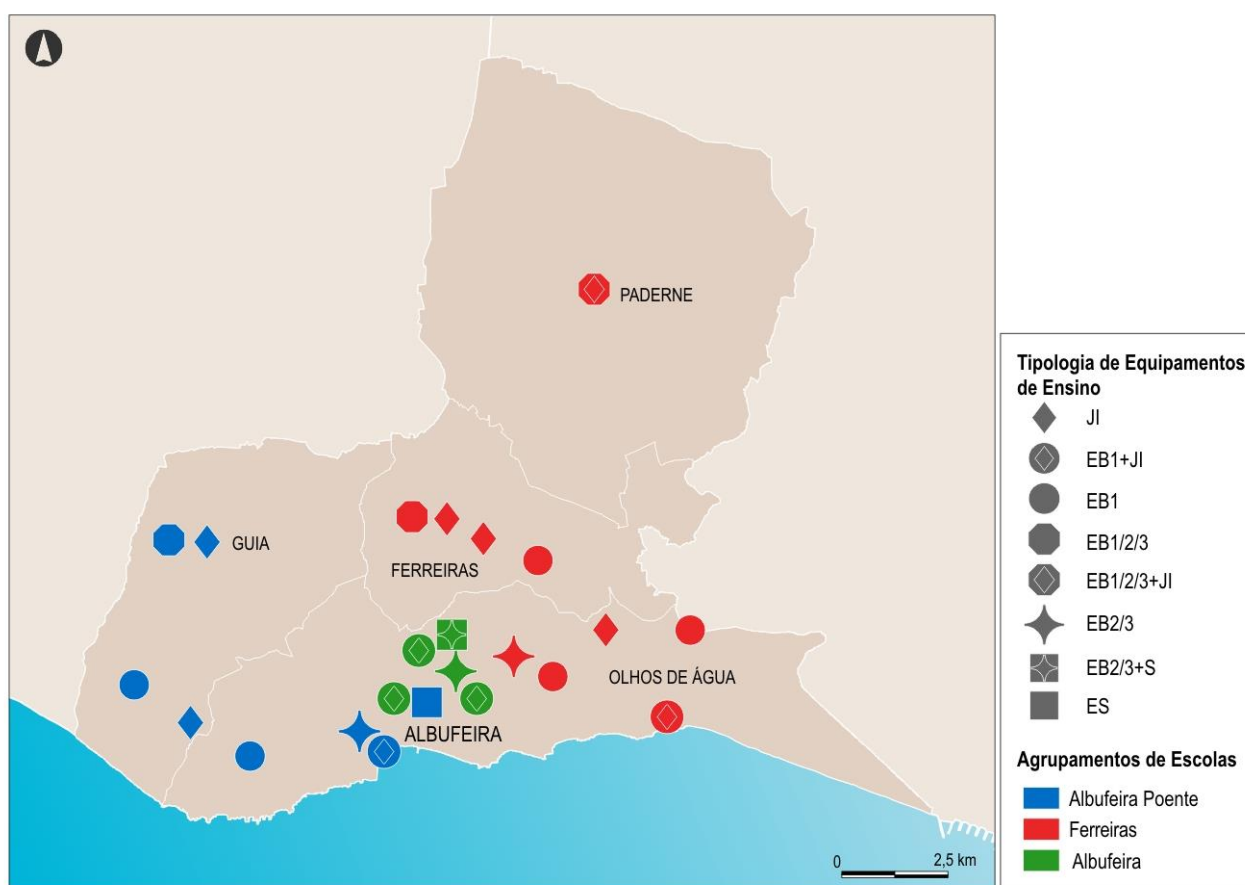


FIGURA 53. DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS
 FONTE: CEDRU, 2021

Na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a mais extensa, estão localizados estabelecimentos de ensino dos 3 Agrupamentos, 14 no total. Os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Albufeira estão todos localizados nesta freguesia. O Agrupamento de Escolas Albufeira Poente tem estabelecimentos escolares na freguesia de Albufeira e Olhos de Água bem como na freguesia da Guia. Por sua vez, o Agrupamento de Escolas de Ferreiras, possui escolas nas freguesias de Albufeira e Olhos de Água, de Ferreiras e de Paderne.

A distribuição dos equipamentos por freguesia é a seguinte: 14 em Albufeira e Olhos de Água, 4 na Guia, 4 em Ferreiras e 1 em Paderne.

TIPOLOGIA	JARDIM DE INFÂNCIA		ESCOLA BÁSICA				ESCOLA SECUNDÁRIA	
			EB1	EB 2/3	EB 2/3 +ES	ES		
FREGUESIA	Jl	EB1	Jl+EB1	EB 2/3	Jl+EB1	EBI	EB 2/3 +ES	ES
Albufeira e Olhos de Água	1	3	5	3			1	1
Ferreiras	2	1				1		
Guia	2	1				1		
Paderne					1			
CONCELHO	5	5	5	3	1	2	1	1

TABELA 15 – TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA (REDE PÚBLICA)

FONTE: CEDRU, 2021

As tipologias dos estabelecimentos de ensino são variadas, sendo que as tipologias Jl, EB1 e EB1 com Jardim de Infância são as mais frequente (5 estabelecimentos cada). O Agrupamento de Escolas de Ferreiras não tem oferta de ensino secundário.

TIPOLOGIA	JARDIM DE INFÂNCIA		ESCOLA BÁSICA				ESCOLA SECUNDÁRIA	
			EB1	EB 2/3	EB 2/3 +ES	ES		
AGRUPAMENTO	Jl	EB1	Jl+EB1	EB 2/3	Jl+EB1	EBI	EB 2/3 +ES	ES
Albufeira			3	1			1	
Albufeira Poente	2	2	1	1		1		1
Ferreiras	3	3	1	1	1	1		
CONCELHO	5	5	5	3	1	2	1	1

TABELA 16 – TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO (REDE PÚBLICA)

FONTE: CEDRU, 2021

Quanto ao período de construção dos edifícios originais, dos 23 estabelecimentos de ensino, 9 estão a funcionar em edifícios construídos após 2000.

Ao nível do ensino pré-escolar, 2 estabelecimentos apresentam uma assinalável longevidade. A Escola Básica n.º 1 de Albufeira, datada de 1948, embora tenham sido construídos novos edifícios em 2005, e o Jardim de Infância de Ferreiras (1950), que foi alvo de importante reabilitação, em 2017. Os edifícios de pré-escolar construídos nas décadas de 80 e 90 do séc. XX são 3, sendo que a maioria dos estabelecimentos apresentam uma construção recente, pós 2000 (6 estabelecimentos).

As escolas com 1º ciclo são 13. Destas, destaque para a Escola Básica n.º 1 de Albufeira (1948), para a Escola Básica de Vale Parra (1949), para a Escola Básica de Brejos (1950) e Escola Básica de Fontaínhas (1950), sendo que as três últimas foram alvo de obras de reabilitação em 2009, 2007 e 2004, respetivamente.

Os equipamentos onde funcionam o 2º e 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário apresentam anos de construção dos edifícios originais mais recentes. O estabelecimento mais antigo, datado de 1971, é a Escola Básica D. Martim Fernandes, que foi reabilitada em 2020. A maioria das escolas foram construídas nos anos 80 e 90 (5 estabelecimentos). Os estabelecimentos mais recentes são a Escola Básica da Guia e a Escola Básica e Secundária de Albufeira, construídas em 2012 e 2003, respetivamente.

A reabilitação e requalificação dos estabelecimentos escolares ao longo dos tempos constitui-se como uma dimensão essencial, com vista à sua contínua adaptação e valorização física e funcional, tendo em conta as dinâmicas demográficas e socioculturais, bem como enquanto resposta às necessidades de reordenamento da rede escolar. No concelho de Albufeira 6 edifícios foram alvo de ações de reabilitação entre 2004 e 2009, ou seja, há mais de uma década, e 3 entre 2017 e 2020. Referem-se a escolas básicas: 3 de 1º ciclo e 3 estabelecimentos com 2º e 3º ciclos.

Dos edifícios onde se encontra em funcionamento o ensino pré-escolar (11), apenas um foi intervencionado recentemente, em Ferreiras), facto que não pode, no entanto, ser dissociado de uma parte importante da oferta ser relativamente recente, uma vez que a construção original ou de novos edifícios data do início do Séc. XXI.

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, 5 dos 13 equipamentos foram intervencionados após 2000, enquanto os equipamentos onde funcionam o 2º e 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário foram os menos intervencionados nas duas últimas décadas (3 em 8), o que estará intrinsecamente associado ao facto de apresentarem os edifícios originais mais recentes.

Os 2 edifícios com ensino secundário datam do final dos anos 80, no caso da Escola Secundária de Albufeira, e de 2003, no que se refere à Escola Básica e Secundária de Albufeira.

Nos últimos 15/16 anos, foram realizadas intervenções de reabilitação, de maior ou menor dimensão, nos estabelecimentos de ensino da rede pública, conforme consta na tabela seguinte.

AGRUPAMENTO	NÍVEL DE ENSINO	ESCOLA	ANO DA ÚLTIMA REQUALIFICAÇÃO
Albufeira	2º e 3º Ciclo	Escola Básica Dr. Francisco Cabrita	2018
Albufeira Poente	1º ciclo	Escola Básica de Sesmarias	2009
	1º ciclo	Escola Básica de Vale Parra	2009
	2º e 3º Ciclo	Escola Básica D. Martim Fernandes	2020
	2º e 3º Ciclo	Escola Básica da Guia	2012
Ferreiras	Pré-escolar	Jardim de Infância de Ferreiras	2017
	1º ciclo	Escola Básica de Brejos	2004
	1º ciclo	Escola Básica de Fontaínhas	2007
	1º ciclo	Escola Básica de Vale Carro	2005
	2º e 3º Ciclo	Escola Básica de Paderne	2004

TABELA 17 – ANO DA ÚLTIMA REQUALIFICAÇÃO, POR AGRUPAMENTO E ESCOLA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Conforme expresso anteriormente, de modo a aprofundar o conhecimento da oferta de equipamentos educativos existente no concelho de Albufeira, compreender e potenciar a relação inter-redes, num contexto de elevada diversificação dos níveis e das demais características da oferta, procedeu-se à aplicação de um inquérito a todos os equipamentos escolares da rede pública. A partir do tratamento da informação reportada pelos diretores dos Agrupamentos /coordenadores dos diversos estabelecimentos de ensino, apresenta-se seguidamente uma análise detalhada por níveis de ensino.

3.2. Educação Pré-escolar

REDE PÚBLICA

3.2.1. EQUIPAMENTOS

A rede pública de ensino pré-escolar compreende 11 estabelecimentos. Os estabelecimentos com educação pré-escolar encontram-se presentes nas quatro freguesias do concelho, muito embora registem uma concentração mais acentuada em Albufeira e Olhos de Água, com 6 equipamentos, precisamente onde reside 65% da população do concelho. Ferreiras e Guia possuem dois Jardins de Infância cada e Paderne, a freguesia menos populosa, com 8% da população residente no concelho em 2021, com apenas um estabelecimento desta tipologia.

Conforme expresso nas fichas de caracterização por estabelecimento (volume autónomo, Anexos), na avaliação do edificado, redes e meio envolvente, os diretores de Agrupamento em matéria de estado de conservação geral do edificado efetuaram uma avaliação globalmente positiva, com 36% dos equipamentos a apresentarem uma classificação de “Bom” ou “Excelente” (correspondente a 4 equipamentos), todos pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Albufeira.

Entre os restantes, em 6 equipamentos foi efetuada uma avaliação de “Razoável” e um equipamento do Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente foi avaliado como “Deficiente” (Jardim de Infância de Vale Parra).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ESTABELECIMENTO	FREGUESIA	ANO DE CONSTRUÇÃO EDIF. ORIGINAL (EDIF. MAIS RECENTE)	N.º DE EDIFÍCIOS	TIPO DE CONSTRUÇÃO	Nº TOTAL DE SALAS	Nº DE SALAS OCUPADAS
Albufeira	Escola Básica de Caliços	Albufeira e Olhos de Água	1980 (1990)	2	Raiz	6	6
	Escola Básica de Correeira		2008	1	Raiz	5	5
	Escola Básica Vale Pedras		2007	2	Raiz	4	4
Ferreiras	Escola Básica de Paderne	Paderne	2004	1	Raiz	4	4
	Jardim de Infância de Ferreiras	Ferreiras	1950	3	Raiz	7	7
	Jardim de Infância de Vale Serves		2000	1	Raiz	3	3
	Escola Básica de Olhos de Água	Albufeira e Olhos de Água	2000 (2018)	2	Raiz e adaptada	4	5
	Jardim de Infância de Vale Carro		2000	1	Raiz	3	2
Albufeira Poente	Escola Básica n.º 1 de Albufeira	Guia	1948 (2005)	3	Raiz	2	2
	Jardim de Infância de Vale Parra		1989	2	Raiz	3	3
	Jardim de Infância de Guia		1998	1	Raiz	4	3

TABELA 18 – ANO DE CONSTRUÇÃO, Nº DE EDIFÍCIOS E Nº DE SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Quanto ao estado de conservação dos espaços exteriores, dois equipamentos de ensino com pré-escolar possuem uma avaliação negativa (Jardim de Infância de Vale Parra e Jardim de Infância da Escola Básica de Paderne).

Os diretores de Agrupamentos efetuaram uma avaliação positiva dos equipamentos de ensino pré-escolar no que trata às acessibilidades, avaliando o acesso em geral como “Bom” ou “Excelente” (4 equipamentos). Em 7 equipamentos essa avaliação foi de “Razoável”.

Em matéria de eficiência energética dos estabelecimentos, a análise efetuada pelos diretores dos Agrupamentos de Escolas sobre a evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, indica que na maioria dos equipamentos se mantiveram os níveis de consumo (8 equipamentos), e em 3 deles verificou-se uma redução do consumo, devido à adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética, tais como a substituição de luminárias mais eficientes, optando por soluções LED, de que são exemplos a Escola Básica de Olhos de Água e o Jardim de Infância de Vale Carro.

3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS

Os 11 estabelecimentos de ensino compreendem 46 salas de atividade ocupadas com turmas de educação pré-escolar. A repartição destas salas por freguesia decalca a oferta de equipamentos de educação pré-escolar, com a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a deter 70% da oferta (32 salas).

A maioria dos estabelecimentos que disponibiliza a educação pré-escolar apresenta carência de salas (9 equipamentos sinalizaram a necessidade um total de 20 novas salas de pré-escolar). Apenas 2 equipamentos não sinalizaram essa necessidade.

Esse défice é mais significativo na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, onde nos 3 equipamentos do Agrupamento de Escolas de Albufeira se assinala a necessidade de 13 salas de jardim de infância (Escolas Básicas de Calijos, Correeira e Vale Pedras), para a componente letiva/educacional, mas também para garantir a distribuição das crianças com educação especial por grupos mais pequenos (11 da Escola Básica de Calijos).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ESTABELECIMENTO	CARÊNCIA DE SALAS	FINALIDADE
Albufeira Poente	Jardim de Infância de Vale Parra	1	Desenvolver as AAAF
Albufeira	Escola Básica de Calijos	6	Distribuir as crianças com educação especial por grupos mais reduzidos
	Escola Básica de Correeira	3	Letiva/educacional
	Escola Básica de Vale Pedras	4	Letiva/educacional
Ferreiras	Escola Básica de Paderne	1	Atividade letiva
	Jardim de Infância de Ferreira	2	Sala de AAAF e de trabalho
	Jardim de Infância de Vale Serves	1	Atividade letiva
	Escola Básica de Olhos de Água	1	Atividade letiva
	Jardim de Infância de Vale Carro	1	Sala de aula e ou AAAF

TABELA 19 – CARÊNCIA DE SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Esta lacuna assume considerável transversalidade nos diversos agrupamentos de Escolas. Na maioria dos casos esta necessidade prende-se com a componente letiva, mas também para dotar de melhores condições a resposta global prestada às crianças, nomeadamente possibilitando o desenvolvimento de atividades complementares.

Atualmente, não se verifica a cedência de salas/espços à comunidade, o que poderia ter efeitos positivos bidirecionais, por um lado, para a comunidade educativa, na medida em que reforça o sentido de pertença à comunidade exterior e a importância do papel da escola enquanto espaço e tempo educativo e formativo da maior importância e, por outro lado, para a comunidade externa, na medida em que promove uma maior integração dos vários atores (encarregados de educação, famílias, agentes económicos e sociais), garantindo níveis de desenvolvimento superior.

A quase totalidade dos equipamentos de ensino pré-escolar do concelho dispõe de serviço de almoço (9). Destes equipamentos, 7 têm uma unidade de confeção de refeições própria (apenas duas dispõem de confeção para o exterior). A Escola Básica de Paderne e o Jardim de Infância de Vale Carro, ambas do Agrupamento de Escolas de Ferreiras, não servem almoços, recorrendo a unidades de confeção de refeições externa.

O ensino pré-escolar tem afetos 121 recursos humanos, sendo que a maioria estava integrada nos quadros (71%). A maior parte destes recursos são educadores de infância (51) e assistentes operacionais (52), correspondendo a 42% e 43% do total de recursos humanos, respetivamente.

FREGUESIA	TOTAL	EDUCADORES DE INFÂNCIA		ASSISTENTES TÉCNICOS		ASSISTENTES OPERACIONAIS		OUTROS RECURSOS HUMANOS	
		QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS
Albufeira e Olhos de Água	58	24	6	0	0	23	1	2	2
Ferreiras	28	9	2	0	7	3	7	0	0
Guia	22	5	0	3	0	13	1	0	0
Paderne	13	4	1	0	4	0	4	0	0
Total	121	42	9	3	11	39	13	2	2

TABELA 20 – CARÊNCIA RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018-2019, POR FREGUESIA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

A distribuição dos recursos humanos por freguesias acompanha a oferta de equipamentos pelo território concelhio e, por essa razão, a freguesia de Albufeira e Olhos de Água tem quase metade do total de recursos humanos (58 recursos, correspondentes a 48% do total), distanciando-se substancialmente da dotação de recursos humanos observada nas demais unidades territoriais (28 recursos na freguesia de Ferreiras, 22 na freguesia da Guia e 13 na freguesia de Paderne).

Quanto à distribuição dos recursos humanos por agrupamento de escolas, destaca-se o Agrupamento de Escolas de Ferreiras, aquele com maior número de estabelecimentos escolares, com 46% dos recursos humanos .

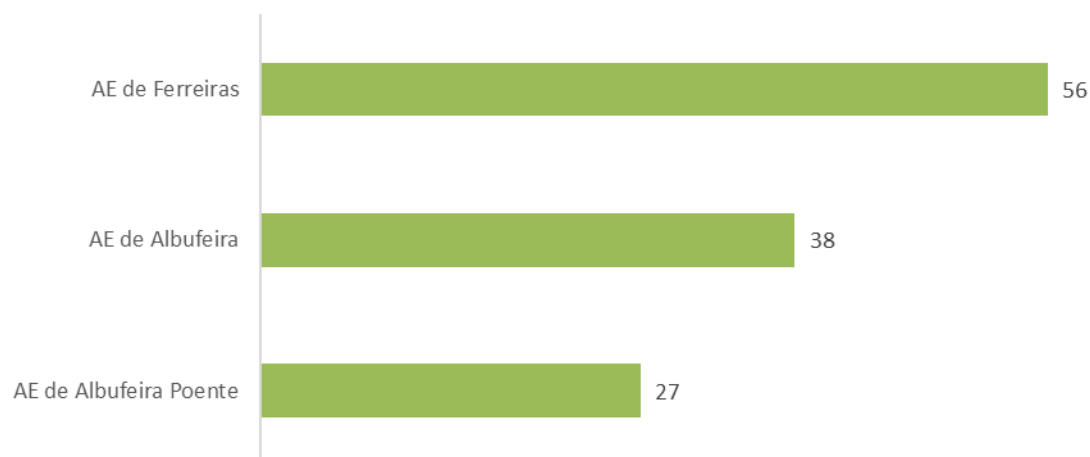
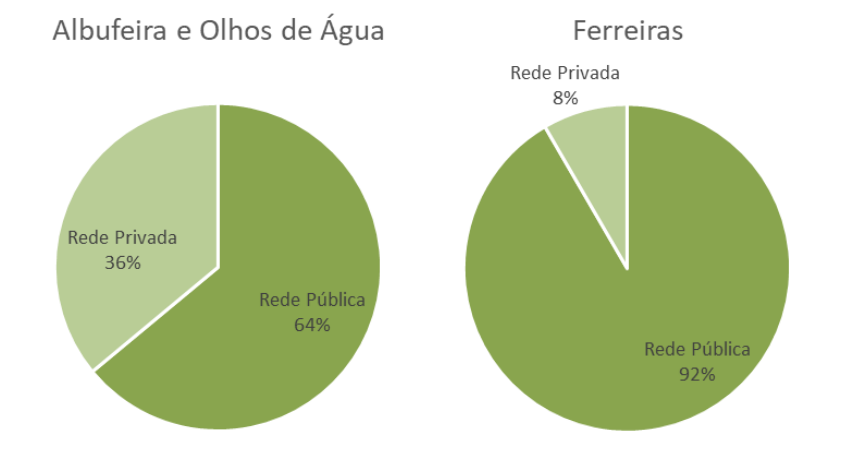


FIGURA 54. RECURSOS HUMANOS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020/2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA

Os sete equipamentos da rede privada lucrativa e da rede solidária distribuem-se por três das quatro freguesias do concelho, cinco equipamentos na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, um em Ferreiras e um equipamento em Guia. A importância da rede solidária é maior na freguesia sede do concelho, assegurando assim maiores níveis de resposta em complementaridade com a rede pública.



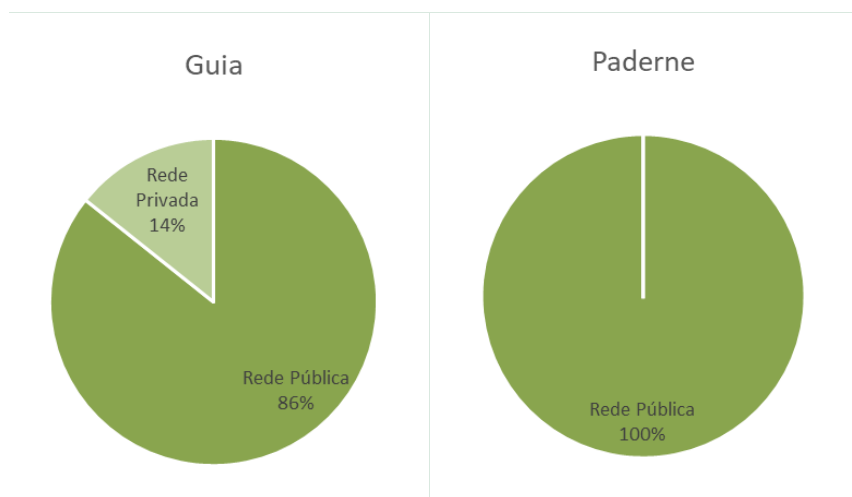


FIGURA 55. ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS REDE PÚBLICA/REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (%)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA E CARTA SOCIAL DO MTSSS

Os dois Centros Infantis “O Búzio” e a “Quinta dos Pardais” e a Academia dos Marinheiros têm, no seu conjunto, capacidade para 255 crianças (59% da oferta privada). Globalmente, a rede privada e solidária é responsável por 26% da oferta de pré-escolar concelhia. Releva, igualmente, a presença no concelho (nas Fontainhas) da *Eden Montessori International School*, com oferta ao nível do pré-escolar e 1-º ciclo.

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	CAPACIDADE	UTENTES	TAXA DE OCUPAÇÃO
Albufeira e Olhos de Água	Jardim de Infância Grãozinho de Areia	Entidade Lucrativa	50	50	100%
	Centro Infantil O Búzio – Pré-Escolar	Fundação de Solidariedade Social	105	105	100%
	Infantário dos Piratas - Cooperativa de Trabalhadores da Câmara Municipal de Albufeira	Associação de Solidariedade Social	50	47	94%
	Centro Infantil Quinta dos Pardais	Irmandade da Misericórdia / SCM	75	50	67%
	Academia dos Marinheiros	Entidade Lucrativa	75	75	100%
Ferreiras	Jardim de Infância A Turma dos Traquinas	Entidade Lucrativa	50	22	44%
Guia	Jardim de Infância “O Jardim dos Palhacinhos”	Entidade Lucrativa	25	20	80%
			430	369	86%

TABELA 21 – EQUIPAMENTOS DA REDE PRIVADA LUCRATIVA E SOLIDÁRIA DE PRÉ-ESCOLAR, EM 2020, POR FREGUESIA

FONTE: IGEFE, IP E CARTA SOCIAL, 2020

3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

3.3.1. EQUIPAMENTOS

A rede pública de ensino é composta por 13 equipamentos com 1º ciclo do ensino básico. A oferta deste nível de ensino apresenta uma repartição relativamente assimétrica pelo território concelhio, embora esteja presente em todas as freguesias. Com a oferta de equipamentos do 1º ciclo do ensino básico a oscilar entre um mínimo de um equipamento, na freguesia de Paderne, e um máximo de 8 equipamentos, na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a repartição territorial encontra-se amplamente marcada pela distribuição populacional no concelho

(freguesia de Albufeira e Olhos de Água tem mais de 2/3 da população residente). Nas freguesias de Ferreiras e Guia, a dotação de equipamentos de 1º ciclo do ensino básico apresenta-se semelhante (2).

A distribuição dos equipamentos segundo os agrupamentos é também desigual, embora o diferencial seja reduzido. O Agrupamento de Escolas de Ferreiras é o que tem maior número de equipamentos (6), seguido pelo Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente (4). Já o Agrupamento de Escolas de Albufeira é o que apresenta a oferta mais circunscrita, com três equipamentos a lecionar este ciclo de ensino.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	ALBUFEIRA E OLHOS DE ÁGUA	FERREIRAS	GUIA	PADERNE
Albufeira	Escola Básica de Correeira	1			
	Escola Básica Vale de Pedras	1			
	Escola Básica de Caliços	1			
Albufeira Poente	Escola Básica de Sesmarias	1			
	Escola Básica de Vale Parra			1	
	Escola Básica n.º 1 de Albufeira	1			
	Escola Básica da Guia			1	
Ferreiras	Escola Básica de Brejos	1			
	Escola Básica de Ferreiras		1		
	Escola Básica		1		
	Escola Básica de Olhos de Água	1			
	Escola Básica de Paderne				1
	Escola Básica de Vale Carro	1			
	Total	8	2	2	1

TABELA 22 – EQUIPAMENTOS DA REDE PÚBLICA DE 1º CICLO, EM 2020/2021, POR FREGUESIA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

O acesso geral aos equipamentos foi classificado na maioria dos equipamentos entre “Razoável” (5 equipamentos) e “Bom” (5 equipamentos), tendo-se verificado duas situações com a classificação de “Excelente” (Escola Básica de Correeira e Escola Básica de Vale Pedras). Acresce notar que na Escola Básica de Olhos de Água o acesso geral foi classificado como “Deficiente”.

Analisando os anos de construção dos edifícios originais, onde funcionam os equipamentos de 1º Ciclo do Ensino Básico, verifica-se que estes apresentam maioritariamente uma elevada antiguidade, com 4 a serem construídos até 1950 e 3 no período entre 1970 e 1980. Entre os mais antigos, datando sobretudo da primeira metade do século XX, estão os estabelecimentos localizados na freguesia de Albufeira e Olhos de Água (5 equipamentos), um equipamento na freguesia da Guia e outro em Ferreiras.

Desde então, e já em pleno século XXI, foram edificados 6 equipamentos, designadamente, a Escola Básica de Olhos de Água e a Escola Básica de Paderne, em 2004, a Escola Básica de Ferreiras, em 2006, a Escola Básica de Correeira e a Escola Básica Vale de Pedras, em 2008 e, a mais recente, Escola Básica da Guia, em 2012.

No decurso dos últimos 20 anos, cinco dos equipamentos de 1º Ciclo de Ensino Básico foram alvo de intervenções de reabilitação, primordialmente concentrados na freguesia de Albufeira e Olhos de Água (a Escola Básica de Brejos, em 2004, a Escola Básica de Vale Carro, em 2005, e a Escola Básica de Sesmarias, em 2009. No caso das

restantes freguesias, a Escola Básica de Fontaínhas, foi intervencionada em 2007 (Ferreiras) e a Escola Básica de Vale Parra, em 2009 (Guia).

Relativamente à avaliação realizada pelos diretores de Agrupamentos quanto ao estado de conservação geral dos edifícios, destaca-se o facto de aproximadamente metade ter considerado um estado “Razoável” ou “Deficiente” (7 em 13 equipamentos), o que indicia debilidades importantes, que deverão ser colmatadas nos próximos anos.

Relevam-se algumas escolas que, não tendo sido alvo de reabilitação desde a sua construção, apresentam um estado de conservação avaliado como razoável ou deficiente, com destaque para a Escola Básica n.º 1 de Albufeira, construída em 1948 (AE Albufeira Poente) e as Escola Básica de Olhos de Água e Escola Básica de Paderne, construídas em 2004 (AE Ferreiras).

A Escola Básica de Olhos de Água (AE Ferreiras), cujo edifício datado de 2004 sofreu obras de adaptação em 2018, destaca-se por ser a que apresenta um estado de conservação avaliado como “Deficiente”, pelo Diretor de Agrupamento, que aponta necessidade de requalificação geral do edificado. Por outro lado, a Escola Básica de Vale Parra, construída em 1948 (AE Albufeira Poente) e as Escolas Básicas de Brejos e de Fontaínhas, construídas em 1950 (AE Ferreiras), embora tenham sido já reabilitadas, apresentam um estado de conservação avaliado como “Razoável”.

O Agrupamento de Escolas de Albufeira é o que apresenta um edificado avaliado como em melhores condições (“Bom” na Escola Básica de Calijos e “Excelente” na Escola Básica de Correeira e Escola Básica Vale Pedras).

Não existe um padrão no tipo de deficiências/debilidades apontadas, até porque o estado de conservação geral é maioritariamente razoável. Com exceção da Escola Básica de Olhos de Água que apresenta um estado de conservação geral avaliado como deficiente sendo apontadas diversas deficiências ao nível das salas de aula, paredes, revestimentos, sanitários, a Escola Básica de Sesmarias apresenta também alguns problemas ao nível das paredes interiores (fendas) do edifício construído em 2009, mas também nos campos de jogos e na instalação da rede de água. Quatro escolas referem uma rede de Wi-Fi deficiente. O que sobressai, no panorama geral, é a existência de muitas situações em que a apreciação do estado de conservação de edifícios, espaços de apoio, redes e instalações é razoável, ou seja, cujas necessidades de intervenção se tornarão prementes a médio prazo.

Já a avaliação à qualidade do espaço exterior, ainda que maioritariamente positiva (3 diretores de Agrupamentos classificaram-no como “Bom”, 2 como “Excelente” e 7 como “Razoável”), recebeu uma classificação de “Deficiente” no caso da Escola Básica de Olhos de Água.

Na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico registou-se uma evolução neutra em termos de consumo energético nos últimos 3 anos (em 8 equipamentos manteve-se o consumo). Entre os 6 equipamentos em que foram adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética, verifica-se que um deles não observou diminuição do consumo, apesar da instalação de painel solar na cantina (Escola Básica de Vale Parra); em 4 escolas foram substituídas as lâmpadas por opções energeticamente mais eficientes (Escola Básica de Ferreiras, Escola Básica de Fontaínhas, Escola Básica de Brejos, Escola Básica de Olhos de Água), gerando uma redução do consumo; na Escola Básica de Vale Carro foi instalado um painel solar na cantina, com o consequente diminuição do consumo energético.

3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS

Existem nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico da rede pública 92 salas de aulas ocupadas com turmas, sobretudo concentradas nos Agrupamentos de Albufeira e Ferreiras (83%).

AGRUPAMENTO	SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º)	Nº DE ESTABELECIMENTOS COM 1º CICLO
Albufeira	38	3
Albufeira Poente	16	4
Ferreiras	38	6
Total	92	13

TABELA 23 – SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º) E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

A repartição das salas ocupadas com turma, por freguesia, acompanha a distribuição espacial dos equipamentos, com a freguesia de Albufeira e Olhos de Água a deter a maior oferta (67% da oferta de salas e 62% dos equipamentos de 1º ciclo do ensino básico), enquanto a freguesia de Paderne se constitui como a que detém a oferta mais circunscrita, com apenas um equipamento e 7% da oferta das salas ocupadas com turma.

Na totalidade das escolas do Agrupamento de Escolas de Albufeira foi reportada a carência de 10 salas, para atividades letivas e de ensino especial. Na Escola Básica de Fontaínhas, em Ferreiras, foi reportada a necessidade de uma sala adicional.

À semelhança do verificado no ensino pré-escolar, também ao nível dos equipamentos do 1º ciclo do ensino básico se verifica a ausência de prática de cedência de salas/espços à comunidade exterior,

A totalidade dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico assegura serviço de refeições. De acordo com as características específicas dos refeitórios escolares, as refeições são asseguradas por duas tipologias de serviço, o serviço de confeção de refeições próprias e o serviço de confeção de refeições externa (transportadas). Entre os estabelecimentos abrangidos pelo serviço de confeção de refeições externa incluem-se a Escola Básica Vale de Pedras, Jardim de Infância de Vale Carro e Escola Básica das Sesmarias, que recebem refeições das cantinas da Escola Básica de Calixos, Escola Básica de Brejos e Jardim de Infância de Vale Parra, respetivamente.

Dos 17 refeitórios de gestão municipal, atualmente 11 encontram-se sob gestão direta e 6 estão concessionados a uma empresa de restauração coletiva, são eles a Escola Básica de Vale Carro, a Escola Básica de Olhos d'água, a Escola Básica da Guia e o Jardim de Infância de Ferreiras, que funcionam sob o sistema de confeção local. As refeições para os refeitórios do Jardim de Infância de Vale Serves e do Jardim de Infância de Guia são confeccionadas, respetivamente, nas cantinas do Jardim de Infância de Ferreiras e da Escola Básica da Guia e transportadas pela empresa concessionária.

De referir que a capacidade da maioria dos refeitórios não comporta a totalidade dos alunos, o que leva a que exista a necessidade de reposição dos lugares nalguns refeitórios, situação esta que foi agravada com a pandemia pela necessidade de ser mantido o devido distanciamento social.

No ano letivo 2020/2021 estavam afetos 228 recursos humanos aos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico, dos quais 87%, correspondentes a 198 recursos humanos, integravam os quadros. De notar que 64,5% são docentes e 32% assistentes operacionais, apresentando-se as demais categorias como residuais (0,4% correspondem a assistentes técnicos e 3,1% a outros recursos humanos).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	TOTAL	RH/ESTAB.	RH/TURMA	DOCENTES		ASSISTENTES TÉCNICOS		ASSISTENTES OPERACIONAIS		OUTROS RECURSOS HUMANOS	
				QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS
Albufeira	94	31	2,5	65	6	0	0	21	0	2	0
Albufeira Poente	36	9	2,3	11	7	0	0	13	2	0	3
Ferreiras	98	16	2,6	53	5	1	0	32	5	0	2
Total	228	18	2,5	129	18	1	0	66	7	2	5

TABELA 24 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Os recursos humanos alocados ao Agrupamento de Escolas de Albufeira, apresentam rácios superiores por estabelecimento de ensino (31 pessoas), embora seja o Agrupamento de Escolas de Ferreira que apresenta o maior número de recursos humanos por turma (2,6).

3.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

3.4.1. EQUIPAMENTOS

O processo de inquirição à rede de estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico compreendeu sete equipamentos da rede pública. Entre estes, apenas a Escola Básica e Secundária de Albufeira não dispõe do 2º ciclo do ensino básico (agrupa o 3º CEB e o ensino secundário), todos os restantes seis equipamentos apresentam os dois ciclos de ensino.

A oferta de equipamentos de 2º e 3º ciclos do ensino básico existe em todas as freguesias, mas está sobretudo concentrada na freguesia de Albufeira, que tem 3 equipamentos desta tipologia e um equipamento com 3º ciclo e secundário. Nas restantes freguesias a oferta compreende um equipamento, em cada, com ambos os níveis de ensino.

Relativamente à acessibilidade, na Escola Básica D. Martim Fernandes (AE Albufeira Poente), a direção do Agrupamento avalia o acesso como “Deficiente”. Em 2 estabelecimentos, o acesso foi classificado como “Razoável”, mais especificamente a Escola Básica Profª Diamantina Negrão e a Escola Básica de Paderne, que integra o Agrupamento de Escolas de Ferreira, e em 4 estabelecimentos o acesso (geral) foi classificado como “Bom”. De notar a ausência da classificação “Excelente”.

No que trata ao ano de construção dos edifícios originais, quatro equipamentos são dos anos 90 do Séc. XX. A escola mais antiga, Escola Básica D. Martim Fernandes, foi construída em 1971 (AE Albufeira Poente). Por sua vez,

as escolas de construção mais recente, pós 2000, são a Escola Básica da Guia e a Escola Básica e Secundária de Albufeira.

Nos últimos 20 anos, quatro equipamentos registaram intervenções de reabilitação: a Escola Básica D. Martim Fernandes (AE Albufeira Poente), reabilitada em 2020, a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita (AE Albufeira), intervencionada em 2018, a Escola Básica de Paderne (AE de Ferreiras), em 2004 e a Escola Básica Profª Diamantina Negrão.

Da avaliação realizada pelos diretores de Agrupamentos de Escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios dos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º ciclo, destaca-se a Escola Básica de Ferreiras, com a classificação “Deficiente”, e uma concentração de opiniões em classificações intermédias, com apenas dois estabelecimentos a serem avaliados como “Bom” (a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita e a Escola Básica de Paderne).

Já no que concerne ao estado de conservação geral dos espaços exteriores observa-se uma maior heterogeneidade de opiniões, com três diretores de Agrupamentos de Escolas a efetuarem avaliações negativas (classificação de “Deficiente” na Escola Básica D. Martim Fernandes, na Escola Básica e Secundária de Albufeira, e na Escola Básica de Ferreiras). Somente na Escola Básica Dr. Francisco Cabrita foi efetuada uma avaliação de “Bom”, associada ao facto de o equipamento ter sido reabilitado em 2018. Os restantes equipamentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico o espaço envolvente foi classificado como “Razoável”.

Quanto à evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, na maioria dos equipamentos o consumo manteve-se estável nesse período (5 estabelecimentos) e em 2 houve uma evolução positiva. A redução do consumo verificou-se na Escola Básica de Ferreiras e na Escola Básica Profª Diamantina Negrão, ambas pertencentes ao AE de Ferreiras, estabelecimentos onde foram adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética, centradas na substituição da iluminação e no aquecimento solar de águas sanitárias (cozinha). Nas restantes escolas não foram adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética.

3.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS

Existem 176 salas de aulas ocupadas com turmas de 2º e 3º CEB²⁰. A maior oferta de salas de aulas ocupadas com turma situa-se na UF de Albufeira e Olhos de Água (77%, correspondente a 136 salas), facto indissociável da maior concentração dos equipamentos de 2º e 3º CEB nesta unidade territorial. A freguesia de Ferreiras concentra 10% da oferta, correspondente a 17 salas, enquanto as restantes (Guia e Paderne), têm apenas 7% e 6% da oferta, correspondente a 13 e 10 salas, respetivamente.

A oferta de salas de aulas ocupadas com turma oscila entre as 13 e as 30 salas. A Escola EB 2,3 Dr. Francisco Cabrita, que conjuga os 2º ciclos de ensino (2º, 3º), tem o maior número de salas de aulas ocupadas com turma. Uma análise da oferta de salas de aulas ocupadas com turma nestes estabelecimentos, por agrupamento de escolas, revela a notoriedade do Agrupamento de Escolas Albufeira Poente, que tem o quantitativo mais elevado (71).

²⁰ Contabilizando também as salas com turmas de secundário da Escola Básica e Secundária de Albufeira.

AGRUPAMENTO	SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º)
Albufeira	59
Albufeira Poente	71
Ferreiras	46
Total	176

TABELA 25 – SALAS OCUPADAS COM TURMA (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

A carência de salas representa uma problemática transversal aos vários estabelecimentos de 2º e 3º ciclos do ensino básico, constituindo exceções apenas a Escola Básica da Guia e a Escola Básica de Paderne. As necessidades de salas são de dimensão e objetivo variável, com a Escola Básica e Secundária de Albufeira e a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita, ambas do Agrupamento de Escolas de Albufeira a apresentarem maiores carências de salas de aula (14 salas cada). A Escola Básica de Ferreira apresenta uma necessidade específica: salas para unidades de autismo.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	SALAS EM FALTA (N.º)	FINALIDADE
Albufeira	Escola Básica e Secundária de Albufeira	14	Cursos Profissionais e aulas normais
	Escola Básica Dr. Francisco Cabrita	14	Aulas regulares e específicas/TIC
Albufeira Poente	Escola Básica D. Martim Fernandes	2	Aulas
Ferreiras	Escola Básica de Ferreira	4	Sala de aula e unidades de autismo
	Escola Básica Profª Diamantina Negrão	6	Aulas
Total		40	

TABELA 26 – CARÊNCIA DE SALAS PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO NORMAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Contrariamente ao observado no ensino pré-escolar e no 1º CEB, no 2º e 3º CEB há dois equipamentos com prática de cedência de espaços à comunidade exterior: a Escola Básica D. Martim Fernandes e a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita. Foi mencionada a cedência à câmara municipal e a associações/clubes desportivos.

Na totalidade dos estabelecimentos de 2º e 3º CEB, é assegurado serviço de almoço. Todos os equipamentos têm uma unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior.

No concelho de Albufeira estão afetos 601 recursos humanos aos estabelecimentos de 2º e 3º CEB²¹, a maioria dos quais pertencentes aos quadros (85%). A maioria destes recursos são docentes (60%), seguindo-se os assistentes operacionais (21%). Quanto à distribuição por freguesias, destaca-se a freguesia de Albufeira e Olhos

²¹ Contabilizando também as salas com turmas de secundário da Escola Básica e Secundária de Albufeira.

de Água, com cerca de 70% dos recursos humanos do concelho (correspondendo a 419 recursos humanos). A freguesia de Ferreiras é que apresenta a segunda maior dotação, com 15% dos recursos humanos, enquanto Guia e Paderne se situam abaixo dos 10%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	TOTAL	DOCENTES		ASSISTENTES TÉCNICOS		ASSISTENTES OPERACIONAIS		OUTROS RECURSOS HUMANOS	
		QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS	QUADRO	OUTROS
Albufeira	288	198	35	10	0	45	0	0	0
Albufeira Poente	112	44	28	0	0	35	3	2	0
Ferreiras	201	118	19	9	0	48	2	3	2
Total	601	360	82	19	0	128	5	5	2

TABELA 27 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Por Agrupamento destacam-se o Agrupamento de Escolas de Albufeira, com quase metade dos recursos humanos nos estabelecimentos de ensino desta tipologia (48%, correspondente a 288 recursos humanos) e o Agrupamento de Escolas de Ferreiras (33%, correspondendo a 201 recursos humanos). O AE de Albufeira Poente tem 19% do total dos recursos humanos neste nível de ensino.

3.5. Ensino Secundário

3.5.1. EQUIPAMENTOS

O processo de inquirição ao ensino secundário no concelho de Albufeira contemplou 2 estabelecimentos de ensino integrados na rede pública. A Escola Secundária de Albufeira que ministra exclusivamente o ensino secundário e a Escola Básica e Secundária de Albufeira que agrega também o 3º Ciclo do Ensino Básico, ambas situadas na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, mas pertencentes a agrupamentos diferentes, ao AE Albufeira Poente e ao AE Albufeira, respetivamente.

FREGUESIA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ESTABELECIMENTO DE ENSINO
Albufeira e Olhos de Água	Albufeira	Escola Básica e Secundária de Albufeira (EBSA)
	Albufeira Poente	Escola Secundária de Albufeira (ESA)
Ferreiras	-	-
Guia	-	-
Paderne	-	-

TABELA 28 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, INTEGRADOS NA REDE PÚBLICA, NO ANO LETIVO 2020/2021, POR FREGUESIA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No que trata ao acesso geral ao edificado, na Escola Secundária de Albufeira foi avaliado como “Razoável”, enquanto na Escola Básica e Secundária de Albufeira foi classificado como “Bom”. A caracterização do meio envolvente acompanha o padrão de avaliação anterior.

Os dois equipamentos são de construção relativamente recente: a Escola Secundária de Albufeira foi construída em 1986/1987, enquanto a Escola Básica e Secundária de Albufeira data de 2003. Nenhum dos equipamentos foi alvo de ações de reabilitação nas últimas duas décadas.

A avaliação realizada pelos diretores de agrupamento sobre o estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino secundário, reflete a ausência de intervenções de reabilitação, ou seja, enquanto a primeira, de construção mais antiga, apresenta um estado de conservação “Deficiente”, dos edifícios e dos espaços exteriores, a segunda apresenta um estado de conservação “Razoável” dos edifícios, que contrasta com o estado de conservação dos espaços exteriores que se avalia como “Deficiente”.

Os dois estabelecimentos tiveram uma evolução neutra do consumo energético, nos últimos 3 anos, não tendo sido adotadas medidas específicas para o aumento da eficiência

3.5.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS

Nos 2 equipamentos existiam 67 salas de aulas ocupadas com turmas, 38 salas na Escola Secundária de Albufeira e 29 na Escola Básica e Secundária de Albufeira, sendo que a segunda tem salas afetas ao 3º ciclo do ensino básico.

Enquanto a Escola Secundária de Albufeira não apresenta carência de salas, a Escola Básica e Secundária de Albufeira carece de 14 salas, quer para os cursos profissionais, quer para os cursos não profissionais.

A cedência de salas/espacos à comunidade exterior ao nível do ensino secundário, faz-se apenas na Escola Secundária de Albufeira, que sede as suas instalações ao Clube de Basquete de Albufeira.

As duas escolas com ensino secundário disponibilizam oferta de cursos profissionais de nível 4, com 6 cursos na ESA, e 7 cursos na EBSA. Os cursos ministrados inserem-se maioritariamente na área do turismo (4) e desporto (3). Os cursos profissionais ocupam 23 salas, o que representa cerca de ¼ das salas ocupadas com turma nestes equipamentos de ensino.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 4 DO QUADRO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES
Escola Secundária de Albufeira (ESA)	• Técnico de Turismo • Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos • Técnico de Desporto • Técnico de Gestão e Instalação de redes • Esteticista • Técnico Auxiliar de Gestão Desportiva
Escola Básica e Secundária de Albufeira (EBSA)	• Cozinha e Pastelaria (2T e 3T) • Restaurante e Bar (2T e 3T) • Técnico Desportivo • Comunicação e Marketing • Turismo e Receção • Apoio à Infância

TABELA 29 - CURSOS PROFISSIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, INTEGRADOS NA REDE PÚBLICA, NO ANO LETIVO 2020/2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

As duas escolas dispõem de serviço de refeições (almoço), unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior.

No concelho estão alocados ao ensino secundário 391 recursos humanos, todos concentrados na freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Uma análise por equipamento de ensino evidencia que a Escola Básica e Secundária de Albufeira é a que apresenta maior alocação de recursos humanos (229 recursos humanos, correspondentes a 59% do total).

À semelhança do observado nos outros ciclos de ensino, os docentes são o grupo mais significativo dos recursos humanos (303), sendo que destes são particularmente expressivos os que integram os quadros (240). Na categoria de assistentes, destacam-se os operacionais (58, no total) face aos técnicos (27).

Agrupamento	Escola	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros	
			Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Albufeira	Escola Básica e Secundária de Albufeira	229	164	33	10	-	22	-	0	
Albufeira Poente	Escola Secundária de Albufeira	162	76	30	17	-	36	0	2	1
		391	240	63	27	-	58	0	2	1

TABELA 30 - RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Importa salientar que a EBSA acumula a oferta de 3º ciclo do ensino básico e secundário pelo que, neste contexto, a dotação de recursos humanos apresentada é partilhada com este ciclo de ensino.

3.6. Ensino Profissional e Artístico

Para além das duas escolas com ensino secundário que disponibilizam oferta de cursos profissionais, atualmente, com o encerramento da Escola Profissional Agostinho Roseta, não existem no concelho de Albufeira outras entidades/estabelecimentos a disponibilizar o ensino profissional.

O ensino artístico está representado pelo Conservatório de Albufeira.

- O Centro de formação “Bussola” da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, de momento, incide em 3 domínios:
- -Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade;
- -Formação profissional: curso de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, curso de Atualização em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e noções básicas de informática;
- -Formação à medida para empresas.

Além da atividade formativa, no Centro de Formação também funciona o Centro de Recursos para pessoas com deficiência e incapacidade, com intervenção direcionada para a avaliação e inserção socioprofissional destes cidadãos.

4. CARATERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL

4.1. Procura Atual por Tipologia de Equipamento/Nível de Ensino

4.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL

Ao contrário da tendência nacional, o número de alunos matriculados na generalidade dos níveis de ensino ministrados no concelho de Albufeira aumentou nos anos mais recentes. Segundo dados do INE, entre 2000/01 e 2018/19, a população escolar aumentou em 1.519 alunos (6.170, em 2001, para 7.689, em 2019). No Algarve, este aumento foi de 3.019 alunos no mesmo período, enquanto no Continente os alunos diminuíram em 229.113.

Não se observam alterações significativas nos diversos níveis de ensino, com exceção do 2º ciclo do ensino básico, que sofreu um ligeiro decréscimo no período 2015/2018. Nos últimos anos, nomeadamente após a definição da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, observaram-se alterações importantes, sobretudo associadas à recuperação do número de alunos a frequentar o ensino secundário.

		2000/01	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2000/2018 Variação (n.º)	2015/2018 Variação (n.º)	2015/2018 Variação (%)
Total	Total	6170	7 155	7353	7444	7689	1519	534	7,5
	Público	5824	6 671	6872	6986	7291	1467	620	9,3
	Privado	346	484	481	458	398	52	-86	-17,8
Ensino pré-escolar	Total	803	1 243	1257	1242	1304	501	61	4,9
	Público	509	929	923	919	970	461	41	4,4
	Privado	294	314	334	323	334	40	20	6,4
Ensino básico - 1.º ciclo	Total	1872	1 825	1876	1965	1993	121	168	9,2
	Público	1820	1 825	1876	1965	1993	173	168	9,2
	Privado	52	-	-	-	-	-	-	-
Ensino básico - 2.º ciclo	Total	828	1 101	1108	1036	1004	176	-97	-8,8
	Público	828	1 101	1108	1036	1004	176	-97	-8,8
	Privado	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino básico - 3.º ciclo	Total	1311	1 590	1621	1752	1813	502	223	14,0
	Público	1311	1 590	1621	1752	1813	502	223	14,0
	Privado	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino secundário	Total	1356	1 396	1491	1449	1575	219	179	12,8
	Público	1356	1 226	1344	1314	1511	155	285	23,2
	Privado	-	170	147	135	64	-	-106	-62,4

TABELA 31 - ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2000/01, 2016/17 E 2018/19 (N.º/%)

FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS, INE

O ensino secundário e, principalmente, o 3º CEB observaram os maiores aumentos (variação positiva de 12,8% e de 14%, respetivamente). Para este fenómeno concorrem múltiplos fatores (para além da obrigatoriedade de frequência do ensino até ao 12º ano), entre os quais se destaca o facto da atratividade do concelho se verificar nos níveis de ensino mais elevados, uma vez que com o aumento da idade e da autonomia torna-se mais viável a realização de deslocações dos jovens em áreas de influência maiores, mas também se verificam maiores pendularizações motivadas pela procura de determinados estabelecimentos de ensino e de cursos.

4.1.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Com base na mesma fonte de informação (Anuários Estatísticos Regionais, INE), o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho de Albufeira tem vindo a aumentar (variação positiva de 5%, entre 2015 e 2018), quer nos estabelecimentos inseridos na rede pública, quer privados. Esta dinâmica evolutiva da procura manifesta, por um lado o investimento realizado ao nível da rede pública, que detém a maior oferta no concelho, mas também uma preferência cada vez maior do lado da procura, motivada entre outros fatores por ter custos associados mais reduzidos, o que assume um impacto significativo no orçamento das famílias.

Considerando os dados da Carta Social, do MTSS (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), na rede privada, a freguesia com mais crianças inscritas neste nível de ensino é Albufeira e Olhos de Água (327). Na freguesia de Ferreiras e na freguesia da Guia a oferta apresenta-se relativamente idêntica, com 22 e 20 crianças inscritas, respetivamente.

FREGUESIA	N.º DE CRIANÇAS
Albufeira e Olhos de Água	327
Ferreiras	22
Guia	20
Total	369

TABELA 32 – NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NA REDE PRIVADA LUCRATIVA E SOLIDÁRIA DE PRÉ-ESCOLAR, EM 2021, POR FREGUESIA
FONTE: IGEFE, IP E CARTA SOCIAL, 2021

Apenas 3 dos 7 equipamentos da rede privada lucrativa e solidária, apresentam uma lotação de 100%, todos eles localizados na freguesia de Albufeira e Olhos de Água.

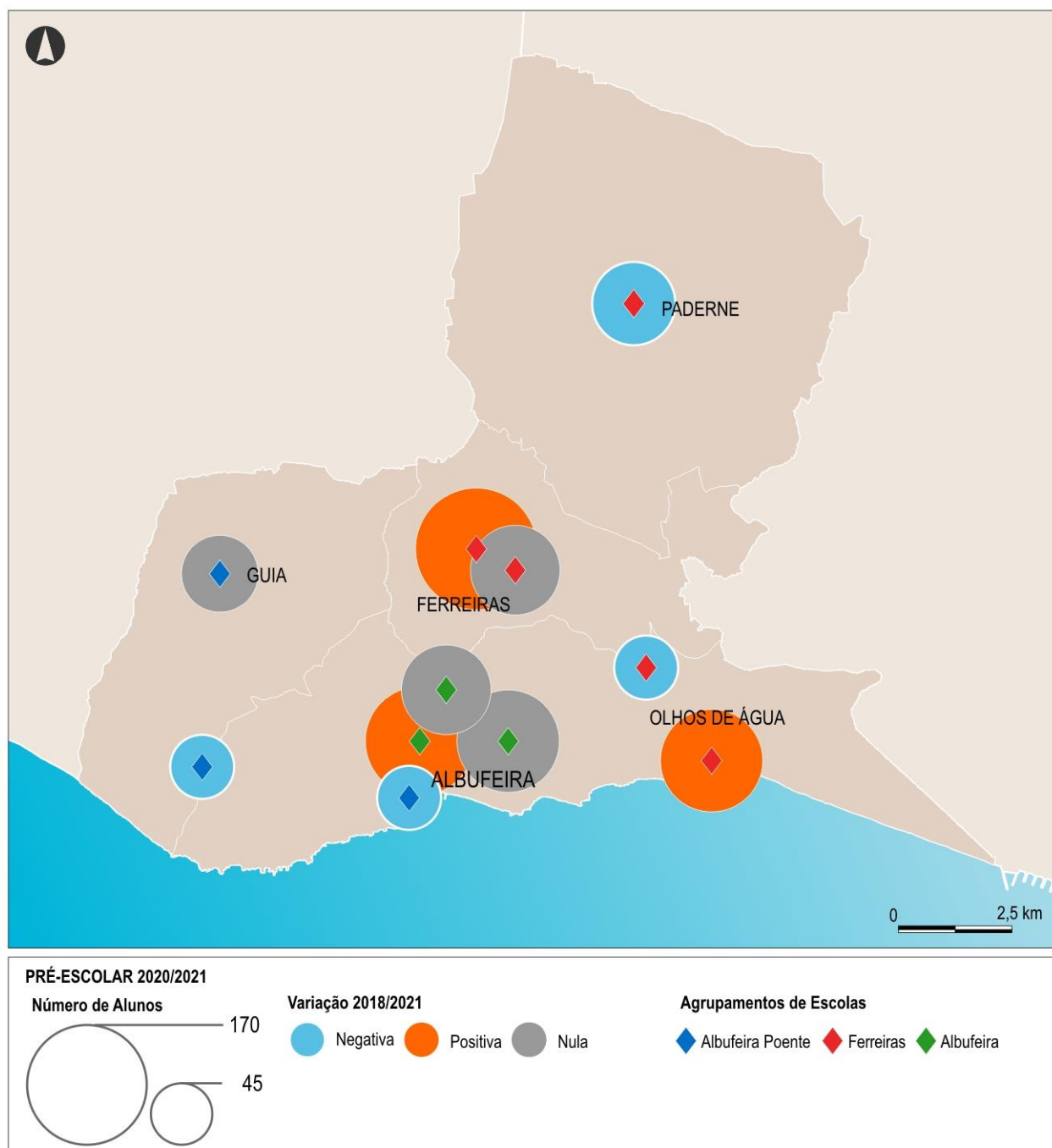


FIGURA 56. CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA
 FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Segundo a informação recolhida no processo de inquirição, a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, apresenta a maior procura efetiva, com 581 alunos registados, correspondente a 57% do total dos alunos matriculados. A freguesia de Ferreiras, com 240 alunos (23% do total), é a segunda maior, enquanto Guia e Paderne, assumem um papel menos expressivo com apenas 120 e 84 alunos inscritos (as duas somam 20% do total de crianças no pré-escolar público).

O agrupamento de escolas com mais crianças inscritas é o AE de Ferreiras, com 49% do total de crianças matriculadas nos estabelecimentos da rede pública. Segue-se o AE de Albufeira (36%) e o AE de Albufeira Poente (16%). Estes valores refletem e são indissociáveis da oferta instalada em cada agrupamento.

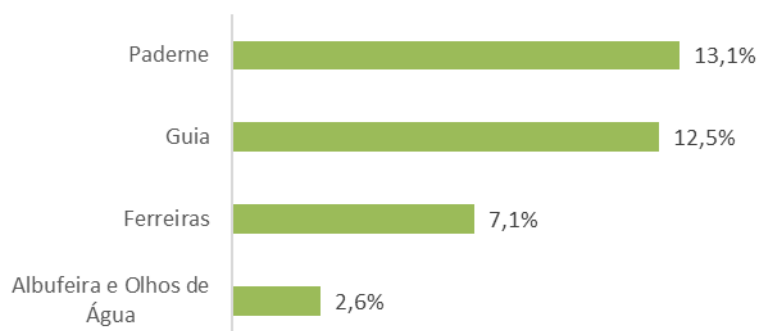


FIGURA 57. PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR FREGUESIA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Conforme referido anteriormente, com base na informação resultante do processo de inquirição (diretores de agrupamento) acerca do local de residência dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, verifica-se uma maior incidência de alunos residentes no concelho a frequentar o ensino pré-escolar (94%), evidenciando-se, desta forma, uma prevalência da procura interna, uma vez que, em todas as freguesias, a incidência de alunos residentes no concelho situa-se acima dos 87%.

Tendo por base a informação disponibilizada pelos diretores de agrupamento sobre o local de residência dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, importa notar que apenas 6% dos alunos é proveniente de fora do concelho, não se verificando uma grande pressão nos equipamentos de pré-escolar. As freguesias da Guia (Jardim de infância da Guia) e de Paderne (Escola Básica de Paderne), destacam-se pelo maior número de crianças provenientes de outros concelhos, com uma proporção superior a 12,5%.

Agrupamento de Escolas	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Residentes no concelho de Albufeira 2020/2021 (n.º)	
Albufeira	365	369	369	362	98,1
Albufeira Poente	171	164	165	145	87,9
Ferreiras	444	490	491	460	93,7
Total	980	1023	1025	967	94,3

TABELA 33 – CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES NO CONCELHO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018/2019 A 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são disponibilizadas em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública. Estas componentes são asseguradas antes e depois da componente letiva,

por todos os estabelecimentos do pré-escolar. Antes da componente letiva, são assegurados pelas assistentes operacionais dos respetivos estabelecimentos e, depois da componente letiva, são asseguradas pelas assistentes técnicas e assistentes operacionais das AAAF da autarquia.

No total encontram-se inscritas nas AAAF, depois da componente letiva, 617 crianças, correspondente a 60% das crianças que frequentam este nível de ensino. A procura significativa por este tipo de atividades atesta a sua pertinência no apoio às famílias, pelo que deverá manter-se e/ou intensificar-se enquanto investimento do Município. Refira-se que no AE Albufeira Poente são mais as crianças a frequentar estas atividades antes da componente letiva (165) do que depois da componente letiva (97).

No concelho, 75 crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar apresentam necessidades especiais no âmbito da educação inclusiva²², o que corresponde a 7% dos alunos matriculados no ano letivo 2020/2021. O número de crianças sinalizadas oscila entre 0 e 33, valor máximo verificado na Escola Básica de Calijos. Na Escola Básica de Calijos funcionam diferentes componentes/valências do ensino especial (multideficiência e surdocegueira congénita, educação bilingue de alunos surdos; educação de alunos cegos e com baixa visão; Intervenção precoce na infância). Para além dos Calijos, também a Escola Básica da Correeira, no mesmo Agrupamento, presta apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita e tem a valência de intervenção precoce.

A distribuição dos alunos com necessidades especiais segundo os agrupamentos de escolas da rede pública permite destacar o Agrupamento de Escolas de Albufeira, com 84% do total (63 alunos, que representam 17% do total de alunos inscritos no Agrupamento). Os restantes agrupamentos têm uma incidência muito semelhante entre si, contabilizando-se 9 crianças no Agrupamento de Escolas de Ferreiras e 3 no AE Albufeira Poente.

4.1.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Os alunos inscritos no 1º CEB registaram um acréscimo entre 2015/16 e 2018/19 (INE), sendo esse aumento de 9,2% neste período (passando de 1.825 alunos, para 1.993 alunos). Essa tendência consolidou-se nos anos mais recentes, a avaliar pela informação disponibilizada pelos diretores dos agrupamentos, pois registou-se um acréscimo de 3% dos alunos matriculados entre os anos letivos de 2018/2019 e de 2020/21.

Não obstante, identificaram-se algumas disparidades: maiores acréscimos na freguesia de Albufeira e Olhos de Água (4%), enquanto as restantes tiveram um crescimento ténue da procura, ou mesmo negativo, no caso da freguesia da Guia.

No ano letivo de 2020/2021, a UF de Albufeira e Olhos de Água é a que apresenta um maior número de alunos, com 71% da procura efetiva (1.545 alunos), seguida da freguesia de Ferreiras, com 15% (correspondente a 338

²² A Lei n.º 116/2019, 13 setembro, constitui a primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. O regime jurídico da educação inclusiva vem abolir a designação “Necessidades Educativas Especiais” com origem no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro). A anterior lei de 2008 (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro) dirigia-se a alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente, enquanto a nova lei abrange todos os alunos/estudantes, através de medidas universais que poderão ser acrescidas por medidas “seletivas” e “adicionais”. Na prática, poderá dizer-se que os alunos com NEE foram substituídos pelos alunos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE), aqueles que apresentam dificuldades mais profundas.

alunos) e da freguesia da Guia, que registava 9% da procura efetiva (192 alunos). A freguesia de Paderne apenas possuía 5% do total de alunos matriculados (112 alunos).

Ao nível dos agrupamentos registaram-se dinâmicas semelhantes nos AE de Albufeira e Albufeira Poente, com aumento da procura efetiva entre os anos letivos de 2018/2019 e 2020/2021 (mais 65 alunos inscritos). Por sua vez, o AE de Ferreiras manteve o quantitativo de alunos inscritos (796).

Face às ténues alterações na procura, no ano letivo 2020/2021, os 2.187 alunos inscritos no 1º CEB repartiam-se de forma muito assimétrica pelos vários agrupamentos de escolas. O AE de Albufeira (975 alunos) e o AE de Ferreiras (796 alunos) tinham as maiores proporções de alunos matriculados no 1º CEB (correspondendo a 45% e 36%, respetivamente). O AE Albufeira Poente (416 alunos, correspondente a 19%), registava os mais baixos valores de procura.

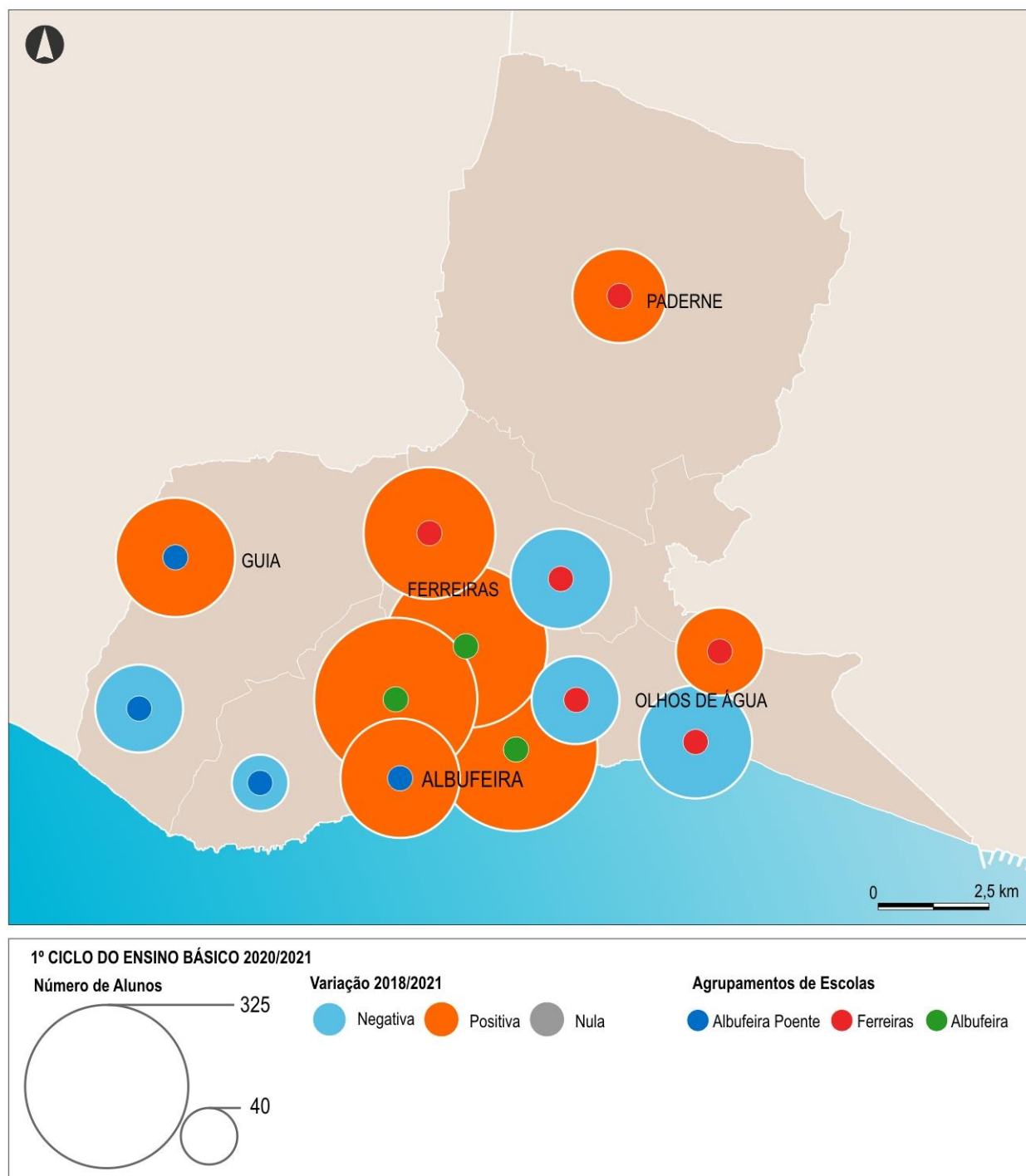


FIGURA 58. ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No ano letivo 2020/2021, 91% dos alunos matriculados (correspondente a 1.993 alunos) nos estabelecimentos de 1º CEB residiam no concelho de Albufeira, o que indica que 9% eram provenientes de outros concelhos, proporção reveladora da importante atratividade do concelho sobre os fluxos e as pendularizações centradas no trabalho (bacia de emprego), que faz com que muitas vezes se opte por estabelecimentos educativos próximos dos locais de trabalho dos encarregados de educação.

Uma análise à escala das freguesias revela que a freguesia da Guia é a que regista maior número de alunos matriculados residentes fora do concelho (27 alunos, correspondente a 14%), seguida da freguesia de Paderne (13 alunos, correspondentes 11,6%). A análise por agrupamento evidencia o AE Albufeira Poente a destacar-se dos restantes por apresentar uma proporção de alunos matriculados residentes fora do concelho (18,8%) substancialmente acima dos restantes agrupamentos e da média do concelho (8,9%). Tal deve-se ao facto da Escola Básica da Guia, deste Agrupamento, ter 23% dos seus alunos a deslocarem-se de outros concelhos (relevância das grandes unidades comerciais aqui instaladas – importante bacia de emprego, gerando uma elevada procura dos encarregados de educação por este estabelecimento).

Quanto aos serviços prestados pelos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública, a totalidade presta Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e a maioria assegura ainda Componente de Apoio à Família (CAF), sendo que apenas 2, de um total de 11 estabelecimentos, não assegura este serviço: a Escola Básica de Brejos e a Escola Básica de Vale Carro, na UF de Albufeira e Olhos de Água (ambas do AE de Ferreiras). Como alternativa ao CAF, existem ludotecas nas Escola Básica de Vale Carro e na Escola Básica de Brejos que dão resposta aos alunos destas escolas e respetivas famílias.

No ano letivo 2020-2021, frequentavam as AEC 1.256 alunos (57% dos alunos do 1º CEB) e a CAF 508 alunos (23% dos alunos).

Não obstante a relevância da existência de AEC, manifestam-se constrangimentos significativos. O alargamento de horário escolar continua a não dar resposta às famílias, seja porque a resposta privada de ATL é insuficiente (existem espaços privados em todas as freguesias, e alguns com transporte, mas em número insuficiente face à procura), seja porque a oferta pública é insuficiente e desfasada da realidade (2h/dia; ausência de retaguarda familiar).

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos 2020/2021	Alunos em AEC (%)	Alunos em CAF (%)
Albufeira	975	32,8	32,8
Albufeira Poente	416	50,0	21,2
Ferreiras	796	91,5	12,6
Total	2.187	57,4	23,2

TABELA 34 – ALUNOS QUE FREQUENTAM AS AEC E CAF NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Nesse ano letivo, frequentavam os estabelecimentos de 1º CEB 117 alunos com necessidades especiais no âmbito da educação inclusiva, correspondendo a 5% do total de alunos matriculados, neste nível de ensino. A Escola Básica de Caliços e a Escola Básica de Sesmarias assumem neste contexto elevada relevância, na medida em que a primeira tinha 30% destes alunos (35 alunos) neste ciclo de ensino, e a segunda tem a maior percentagem de alunos no total de alunos inscritos por escola (33%, 13 num total de 40). A incidência de alunos com necessidades especiais no âmbito da educação inclusiva é maior no AE Albufeira, que tinha 55% dos alunos nesta condição (correspondendo a 64 alunos matriculados), enquanto o AE de Ferreiras tinha 27% e o AE Albufeira Poente, cerca de 18%.

No ano letivo 2019/2020 ficaram retidos 40 alunos do total de alunos matriculados no 1º CEB, o que face aos 2.141 alunos matriculados neste ano letivo conduziu a uma taxa de retenção residual (1,9%). As taxas de retenção apresentaram comportamentos diferenciados em termos da sua expressão por freguesia, com a freguesia de Paderne a atingir a maior proporção de retenções (8%), e a UF de Albufeira e Olhos de Água a menor (1,1%). Numa análise por Agrupamento, destaca-se o AE de Ferreiras, como aquele que apresenta uma maior taxa de retenção (4%).

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos retidos 2019/2020 (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos que abandonaram 2019/2020 (n.º)
Albufeira	950	1	0,1%	0
Albufeira Poente	383	6	1,6%	0
Ferreiras	808	33	4,1%	9
Total	2.141	40	1,9%	9

TABELA 35 – ALUNOS RETIDOS/ABANDONARAM NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Por fim, importa destacar que, entre os anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020, 22 alunos abandonaram a frequência educativa, 18 dos quais no AE Ferreiras (a Escola Básica de Ferreiras e a Escola Básica de Paderne apresentam-se com o maior número total de abandonos nestes 3 anos), o que representa um facto preocupante para as políticas educativas municipais e para o sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho. Pela positiva, verifica-se a ausência de abandonos no AE Albufeira Poente e no AE de Albufeira em 2019/2020.

4.1.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Segundo a informação do INE, a tendência de aumento do quantitativo de alunos matriculados verificada nos níveis de ensino anteriores não aconteceu no 2º CEB (variação negativa de 9% dos alunos, entre 2015/2016 e 2018/2019, passando de 1.101 alunos, para 1.004 alunos). O 3º CEB registou uma dinâmica inversa, dado o crescimento da procura efetiva em 14%, ao passar em igual período de 1.590 alunos, para 1.813 alunos.

Agrupamentos de Escolas de	2º Ciclo				3º Ciclo			
	Alunos inscritos 2018/19 (n.º)	Alunos inscritos 2019/20 (n.º)	Alunos inscritos 2020/21 (n.º)	Var. 2018/19-2020/21 (%)	Alunos inscritos 2018/19 (n.º)	Alunos inscritos 2019/20 (n.º)	Alunos inscritos 2020/21 (n.º)	Var. 2018/19-2020/21 (%)
Albufeira	350	364	361	3,1	599	623	672	12,2
Albufeira Poente	283	292	298	5,3	480	467	434	-9,6
Ferreiras	403	414	463	14,9	690	705	628	-9,0
Total	1.036	1.070	1.122	8,3	1.769	1.795	1.734	-2,0

TABELA 36 – ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NOS ANOS LETIVOS 2018/2019, 2019/2020 E 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

De acordo com a informação disponibilizada pelos diretores de agrupamento para os 3 anos letivos mais recentes (2018/2019 a 2020/2021), o aumento da procura manteve-se de forma paulatina nos 6 estabelecimentos com 2º CEB, traduzida num acréscimo de 8,3% de alunos entre os anos letivos de 2018/2019 e 2020/2021 (passando de 1.036 alunos para 1.122 alunos). A variação da procura efetiva registou, no entanto, contrastes internos, com a freguesia da Guia a conhecer um crescimento de 32% dos alunos matriculados (passou de 82 para 108 alunos), e a freguesia de Paderne a experienciar um decréscimo de 6% (passando de 69 para 65 alunos). A desagregação por agrupamento de escolas, evidencia uma realidade homogénea, em que os três agrupamentos registaram um crescimento do número de alunos matriculados, designadamente o AE de Ferreira (14,9%).

Nos três anos letivos em análise, os 7 estabelecimentos com 3º CEB registaram uma diminuição do número de alunos matriculados de -2%, passando de 1.769 alunos, em 2018/2019, para os 1.734 alunos, em 2020/2021 (no ano intermédio atingiu o número mais elevado, 1.795 alunos). Contudo, numa análise por agrupamento de escola, ressalta que dos três agrupamentos, dois registaram um decréscimo de alunos de cerca de 9%, designadamente o AE Ferreira e o AE Albufeira Poente), enquanto no AE de Albufeira a procura aumentou (+12%).

Agrupamento de Escolas	2º Ciclo 2020/2021		3º Ciclo 2020/2021	
	Alunos (n.º)	Turmas (n.º)	Alunos (n.º)	Turmas (n.º)
Albufeira	361	14	672	29
Albufeira Poente	298	13	434	19
Ferreiras	463	22	628	33
Total	1.122	49	1.734	81

TABELA 37 – ALUNOS INSCRITOS/TURMAS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NOS ANOS LETIVOS 2018/2019, 2019/2020 E 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No ano letivo de 2020/2021, os 1.122 alunos inscritos no 2º ciclo distribuíam-se por 49 turmas, enquanto os 1.734 alunos inscritos no 3º ciclo estavam repartidos por 81 turmas.

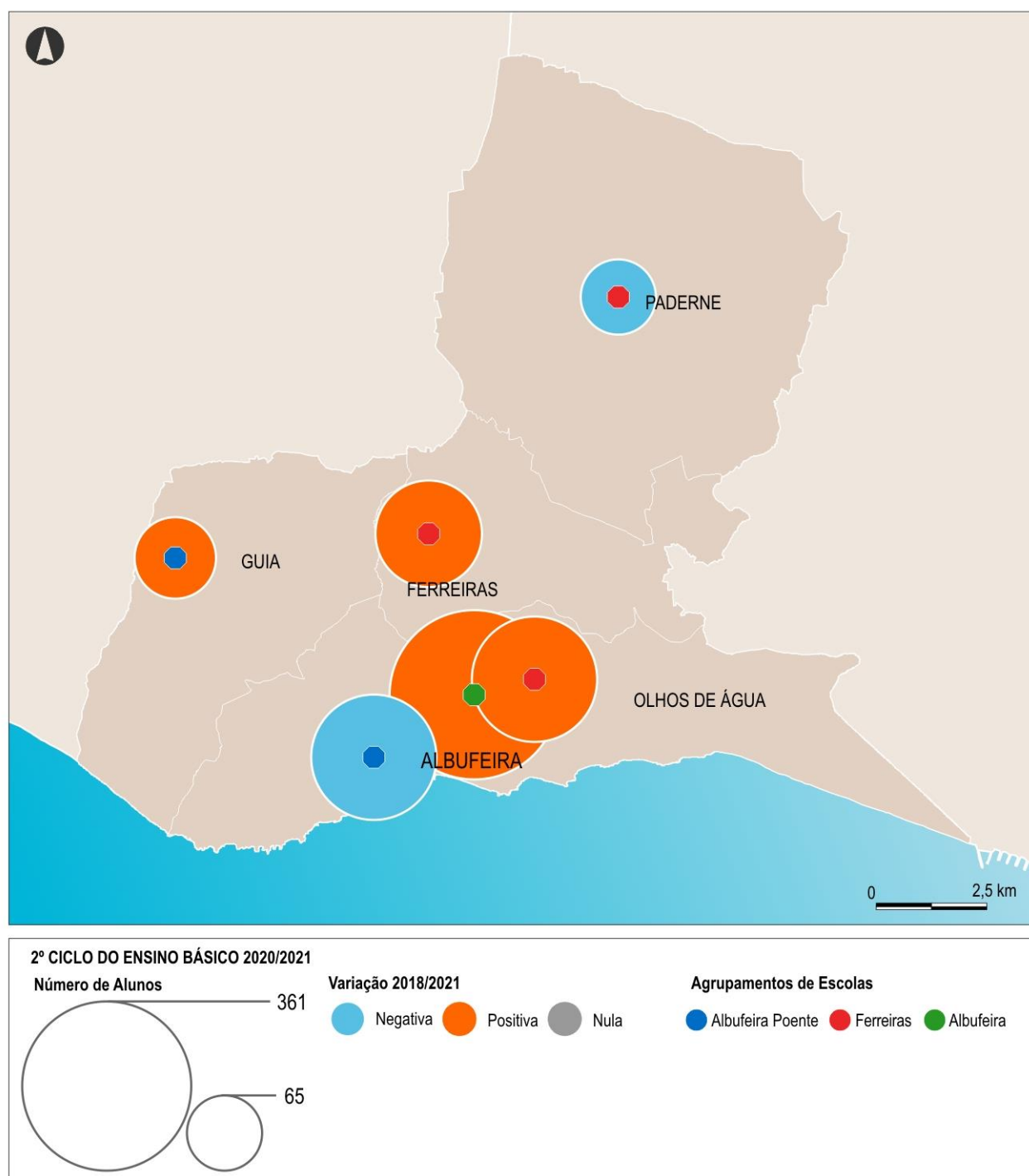


Figura 59. Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º do ensino básico da rede pública no concelho de Albufeira, por agrupamento de escolas

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

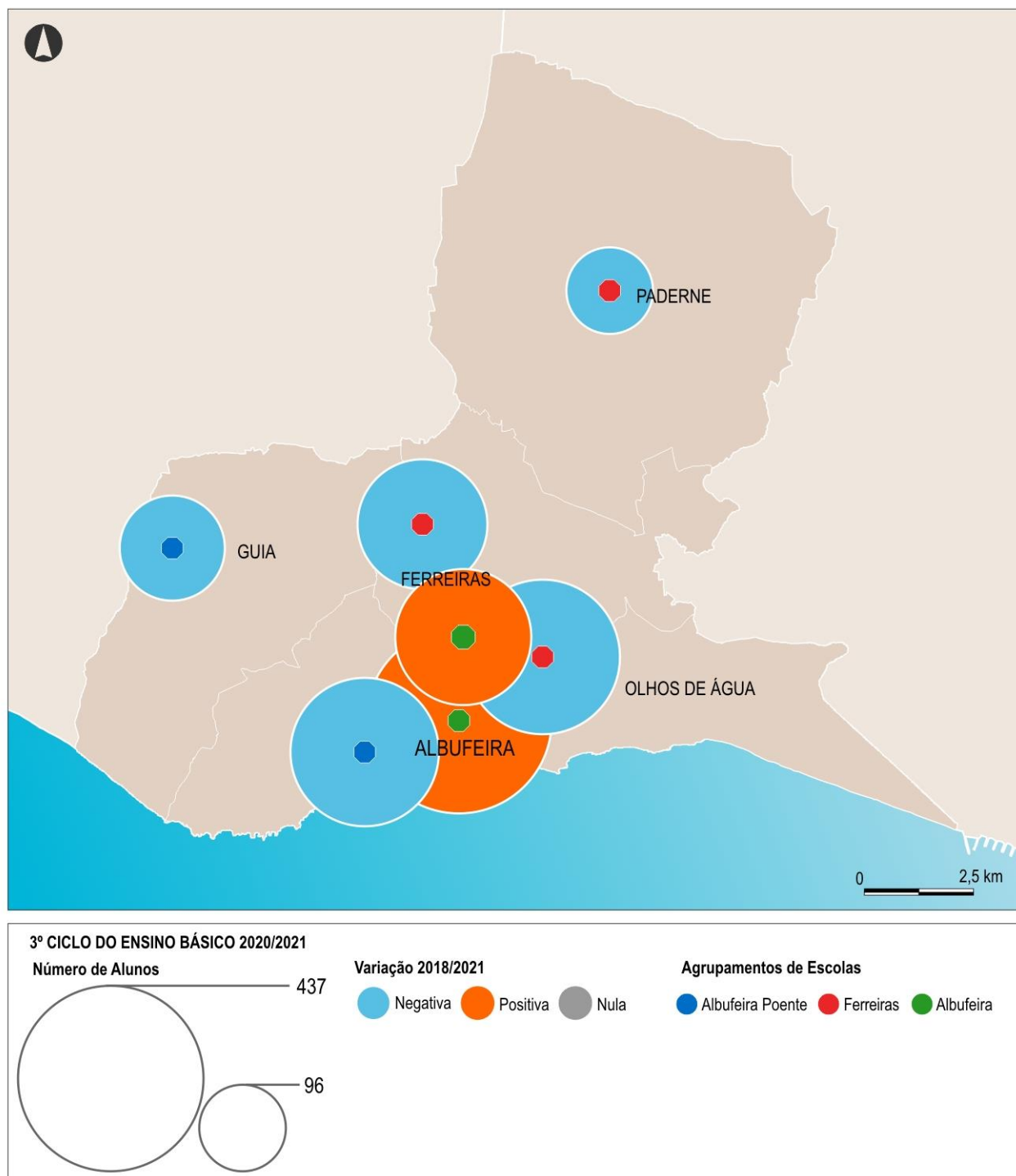


Figura 60. Alunos inscritos nos estabelecimentos do 3º do ensino básico da rede pública no concelho de Albufeira, por agrupamento de escolas

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Em ambos os ciclos de ensino, a proporção de alunos residentes no concelho apresenta-se semelhante, em torno dos 90% (mais precisamente 92,5%, correspondente a 1.038 alunos, no 2º CEB; 91,1%, correspondente a 1.580 alunos, no 3º CEB). Os alunos residentes representam a maioria, sendo que 238 provêm de outros concelhos.

Entre agrupamentos as diferenças não são significativas, com menos de 10% de alunos de proveniência exterior ao concelho, no 2.º ciclo. No 3.º ciclo, o AE Albufeira Poente destaca-se por ter 15% dos seus alunos a deslocarem-se de concelhos limítrofes. Numa análise por freguesia, verificou-se uma clara prevalência de alunos residentes do concelho em todas as freguesias, embora no 3.º CEB, nas freguesias da Guia e de Paderne, cerca de 24% da população estudantil seja proveniente de outros concelhos.

O Agrupamento de Escolas de Albufeira é o único que aponta a existência de atividades complementares. A Escola Básica e Secundária de Albufeira tem um projeto de canto/instrumental onde estão inscritos 28 alunos, enquanto a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita desenvolve um atelier de artes, com 30 alunos inscritos, um projeto de educação para a saúde dirigido a toda a sua população escolar, a par de uma Unidade de Multideficiência.

Com exceção deste agrupamento, os restantes estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB não mencionam outros serviços, atividades complementares de ensino, o que é revelador de uma ainda reduzida valorização da prática de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens e dos seus efeitos multiplicadores com impactes ao nível do ensino e da aprendizagem ou da ausência/insuficiência de espaços que possam permitir o desenvolvimento de novas abordagens e metodologias de aprendizagem.

No ano letivo 2020/2021, num contexto de educação inclusiva, o número de crianças com necessidades especiais no âmbito da educação inclusiva era de 70 alunos no 2.º CEB e de 142 alunos no 3.º CEB, correspondendo a 6,2% e a 8,2% do total de alunos matriculados, respetivamente. No âmbito dos dois ciclos de ensino é a UF de Albufeira e Olhos de Água que tem o maior número de alunos matriculados com necessidades especiais (136 alunos), seguida das freguesias de Ferreiras (52 alunos), Paderne (18 alunos) e Guia (6 alunos). Uma análise por agrupamento de escolas permite individualizar o AE de Ferreiras (60% e 40% dos alunos nos 2.º e 3.º ciclos). Na Escola Básica Dr. Francisco Cabrita destaca-se a existência de uma unidade de multideficiência.

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos com necessidades especiais no âmbito da educação inclusiva (n.º)	
	2.º CEB	3.º CEB
Albufeira	23	55
Albufeira Poente	5	21
Ferreiras	42	66
Total	70	142

TABELA 38 – ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Relativamente às retenções de alunos, entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020, regista-se um decréscimo significativo no 2.º Ciclo, como menos 22 retenções (passou-se de 66 para 44 alunos retidos), e menos significativo no 3.º CEB com apenas menos um aluno retido. Contudo, o ano de 2019/2020 foi de recuperação no 3.º Ciclo, que tinha observado um importante aumento do número de alunos retidos entre 2017/2018 e 2018/2019 (+32 alunos).

No 2.º CEB em todos os Agrupamentos de Escolas houve progresso, tendo diminuído os alunos retidos, sendo o maior ganho sido registado no AE de Albufeira (-10 alunos). Quanto ao 3.º CEB, o AE de Albufeira Poente revelou uma trajetória negativa com o aumento de 16 alunos em situação de retenção. Neste último ciclo de ensino, o

Agrupamento de Escolas de Albufeira destacou-se pela positiva (redução de 16 alunos retidos). No AE de Ferreiras não houve alterações substanciais, com menosum aluno retido).

Assim, no ano letivo mais recente, para o qual se dispõe de dados para as retenções (2019/2020), registaram-se no concelho de Albufeira 44 alunos retidos no 2º CEB e 116 no 3ºCEB. No 2º CEB destaca-se o Agrupamento de Escolas de Albufeira por ter a mais alta taxa de retenção (5,8%), enquanto no 3º CEB, o Agrupamento de Escola Albufeira Poente apresenta a taxa mais elevada (9,4%).

Agrupamento de Escolas	2º Ciclo		3º Ciclo	
	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Albufeira	21	5,8%	29	4,7%
Albufeira Poente	13	4,5%	44	9,4%
Ferreiras	10	2,4%	43	6,1%
Total	44	4,1%	116	6,5%

TABELA 39 – ALUNOS RETIDOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 as situações de abandono escolar variaram entre os 4 e os 6 casos, no 2º CEB, todos eles no AE Ferreiras. Em 2019/2020, 4 crianças estiveram nessa situação, menos uma que em 2017/2018. No 3º CEB, face ao ano letivo 2017/2018, 12 crianças abandonaram a escola, mais 7 do que em 2017/2018.

Neste quadro, a taxa de abandono apresenta-se bastante favorável, não atingindo 1% (0,4%, no 2º CEB, e 0,7%, no 3º CEB). No contexto destes dois ciclos de ensino, apenas o AE Ferreiras registou abandonos no último ano disponível (2019-2020).

Agrupamento de Escolas	2º Ciclo		3º Ciclo	
	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Albufeira	0	0	0	0
Albufeira Poente	0	0	0	0
Ferreiras	4	1	12	1,7
Total	4	0,4	12	0,7

TABELA 40 – ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTABELECIMENTOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

4.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO

No ano letivo 2020/2021 estavam inscritos 1.564 alunos nos estabelecimentos de ensino secundário localizados em Albufeira, o que correspondeu a um acréscimo de 1,8% dos alunos matriculados face ao ano letivo 2018/2019, em que se registavam 1.536 alunos.

O ensino secundário concentra-se na sua totalidade na freguesia sede de concelho, UF Albufeira e Olhos de Água, onde frequentam este nível de ensino 1.564 alunos (2019/2020).

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos inscritos 2020/2021 (n.º)	Turmas em 2020/2021 (n.º)
Albufeira	633	655	616	30
Albufeira Poente	903	877	948	42
Ferreiras	-	-	-	-
Total	1.536	1.532	1.564	72

TABELA 41 – ALUNOS INSCRITOS /TURMAS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

A Escola Secundária de Albufeira (AE Albufeira Poente) e a Escola Básica e Secundária de Albufeira- EBSA (AE de Albufeira) são as duas escolas com oferta deste nível de ensino. Enquanto a primeira observou um acréscimo do número de alunos, de 5%, face a 2018/2019, a EBSA registou uma diminuição neste quantitativo, de -2,7%.

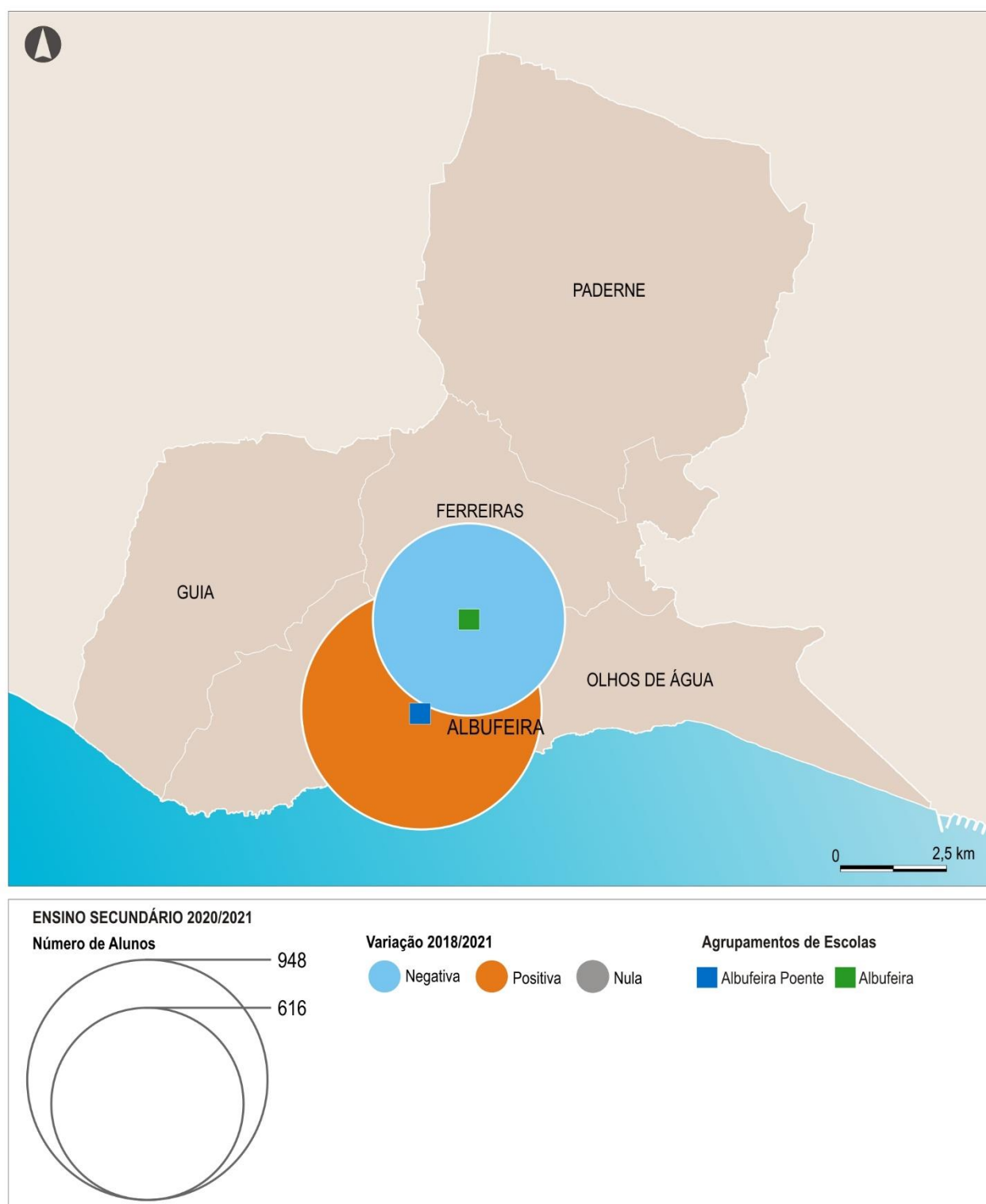


FIGURA 61. ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
 FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

A ESA recebe 60% dos alunos do concelho que frequentam o ensino secundário. Por sua vez, a EBSA, aos alunos do secundário, acrescenta mais de duas centenas de alunos do 3º ciclo.

No ano letivo 2020/2021, frequentavam os estabelecimentos de ensino secundário 48 alunos com necessidades especiais, no âmbito do ensino inclusivo, o que correspondia a 3% do total de alunos. Muito embora este valor seja reduzido, a análise por estabelecimento evidencia uma maior preponderância na Escola Secundária de Albufeira, com maior incidência destes alunos (36 alunos, que correspondem a 3,8% do total).

No ensino secundário, a taxa de retenção média no concelho, no ano letivo 2019/2020, era relativamente elevada (9,7%), embora haja importantes contrastes entre escolas, sendo bastante mais elevada na ESA (15,3%) do que na EBSA (2,1%).

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos retidos 2019/2020 (n.º)	Taxa de retenção (%)
Albufeira (EBSA)	655	14	2,1
Albufeira Poente (ESA)	877	134	15,3
Ferreiras	-	-	-
Total	1.532	148	9,7

TABELA 42 – ALUNOS RETIDOS NOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

O abandono escolar é pouco significativo no concelho, com 2,9% dos alunos inscritos no ensino secundário a abandonarem a escola, no ano letivo 2019/2020. Contudo, é uma realidade importante na Escola Secundária de Albufeira com uma taxa de abandono de 4,4%, que corresponde a 39 abandonos no ano letivo 2019/2020.

Agrupamento de Escolas	Alunos inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos que abandonaram 2019/2020 (n.º)	Taxa de abandono (%)
Albufeira	655	5	0,8
Albufeira Poente	877	39	4,4
Ferreiras	-	-	-
Total	1.532	44	2,9

TABELA 43 – ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2019-2020

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Nos 12 cursos profissionais em funcionamento nos 2 estabelecimentos de ensino secundário estão inscritos 536 alunos. Na Escola Secundária de Albufeira estão disponíveis os cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Desporto, Técnico de Gestão e Instalação de redes, Esteticista e Técnico de Auxiliar de Gestão Desportiva.

Por sua vez, na Escola Básica e Secundária de Albufeira são disponibilizados os cursos de Cozinha e Pastelaria, Restaurante e Bar, Técnico Desportivo, Comunicação e Marketing, Turismo e Receção e Apoio à Infância.

No último triénio, a procura efetiva destes cursos profissionais aumentou em 30,7% (situava-se nos 410 alunos, no ano letivo 2018/2019). A Escola Secundária de Albufeira é a que apresenta maior procura (370 alunos; variação de 30,7%, face a 2018/2019).

	Alunos 2018/2019	Alunos 2020/2021	Variação 2018/19-2020/21
Escola Básica e Secundária de Albufeira	148	166	12,2
Escola Secundária de Albufeira	262	370	41,2
Total	410	536	30,7

TABELA 44 – ALUNOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, NO ANO LETIVO 2018/19 E 2020/2021

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

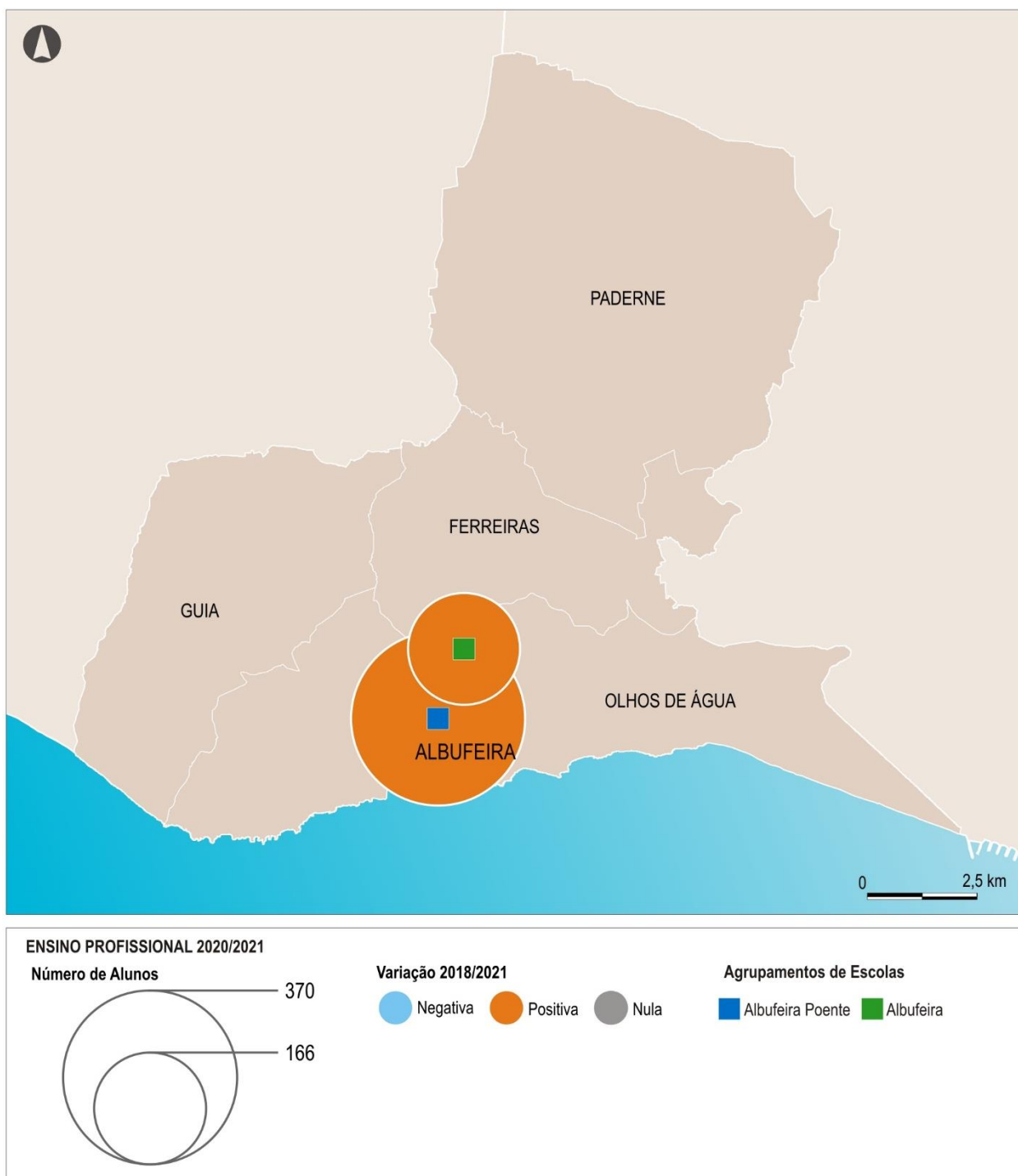


FIGURA 62. ALUNOS INSCRITOS EM CURSOS PROFISSIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO DA DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No ensino profissional, a taxa de retenção apresenta-se superior à verificada no ensino secundário (11,3%), por sua vez a taxa de abandono é inferior (1,4%). Contudo, existem diferenças assinaláveis entre os dois estabelecimentos de ensino, em matéria de retenção. Assim, a Escola Secundária de Albufeira destaca-se com uma taxa de retenção de 16,7%, enquanto na Escola Básica e Secundária de Albufeira é de 1,5%. Pelo contrário,

a problemática do abandono escolar é mais significativa na Escola Básica e Secundária de Albufeira (taxa de retenção de 2,9%).

	Alunos 2019/2020 (n.º)	Alunos retidos 2019/2020 (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Escola Básica e Secundária de Albufeira	204	3	1,5	6	2,9
Escola Secundária de Albufeira	371	62	16,7	2	0,5
Total	575	65	11,3	8	1,4

Tabela 45 – Alunos retidos e alunos que abandonaram cursos profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública no concelho de Albufeira, no ano letivo 2019-2020

FONTE: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

As duas escolas secundárias oferecem cursos de educação e formação (CEF), nível de qualificação 2, de restaurante e bar. A Escola Secundária de Albufeira oferece também CEF Nível 2 de Informática. No total estavam inscritos 69 alunos nesses cursos em 2020/2021. Na Escola Secundária há também cursos de educação e formação de adultos (EFA) e são disponibilizados cursos de dupla certificação.

4.2. Projeções da População Escolar

4.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Albufeira. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e 2021-2031. Dadas as características do concelho e à sua localização na Região do

Algarve e proximidade à orla costeira (fortemente dependente da atividade turística/emprego sazonal), originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Albufeira, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista expansionista). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.2.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década do milénio, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- ▶ População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- ▶ Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- ▶ Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- ▶ Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- ▶ Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- ▶ Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Algarve e o Continente, em 2011 e 2021;
- ▶ Taxa de crescimento migratório para o Continente e o Algarve, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década

de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década posterior - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

	2001	2011	2021	2025				2031			
				2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
Albufeira	16237	22781	24399	31771	24180	30,2	-0,9	34878	25147	42,9	3,1
Guia	3630	4376	4758	5400	4851	13,5	2,0	5720	4948	20,2	4,0
Paderne	3504	3304	3498	3001	3514	-14,2	0,5	2909	3549	-16,8	1,5
Ferreiras	4951	6406	7267	8744	7353	20,3	1,2	9519	7574	31,0	4,2
Olhos de Água	3221	3961	4242	4965	4563	17,0	7,6	5258	4746	24,0	11,9
Concelho	31543	40828	44164	53881	44461	22,0	0,7	58284	46239	32,0	4,7

TABELA 46 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO EXPANSIONISTA MODERADO)

FONTE: INE (2001, 2011 e 2021) e ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução muito acentuada, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos 22% (mais 10.000 residentes, aproximadamente). Este cenário é altamente improvável, face à evolução recente das principais variáveis demográficas. Neste contexto, o Cenário B (expansionista moderado), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspectivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, a população residente no concelho será de 44.461 e, em 2031, de 46.239 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 4,7% face ao valor contabilizado em 2011.

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011 e 2021, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a população-alvo (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 1376 crianças (no Cenário B) ou das 1538 crianças (no Cenário A).

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Albufeira	902	854	965	920
Guia	140	135	142	139
Paderne	64	50	63	46
Ferreiras	239	187	236	174
Olhos de Água	133	104	132	97
Concelho	1478	1330	1538	1376

TABELA 47 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: JARDINS-DE-INFÂNCIA
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 1828 crianças (no Cenário B) ou as 2036 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são muito significativas, relevando, em termos absolutos, a importância da freguesia sede de concelho (Albufeira). Pelo contrário, Paderne possuirá efetivos bastante inferiores neste estrato etário (77, em 2031, no cenário B).

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Albufeira	1183	1121	1267	1207
Guia	218	211	222	217
Paderne	106	83	104	77
Ferreiras	271	212	268	198
Olhos de Água	177	139	175	129
Concelho	1955	1766	2036	1828

TABELA 48 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 1º CICLO
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 714 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 576 crianças. Neste nível de ensino continua a ser a freguesia de Albufeira que apresenta uma expressão numérica mais significativa (271 crianças, em 2031, no cenário B).

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Albufeira	340	260	365	271
Guia	135	122	126	123
Paderne	48	43	48	39
Ferreiras	106	96	105	86
Olhos de Água	71	64	70	57
Concelho	700	585	714	576

TABELA 49 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 2º CICLO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 837 crianças (no Cenário B) ou as 1044 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são muito significativas, relevando, em termos absolutos, a importância das freguesias sede de concelho (435, no Cenário B).

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Albufeira	546	417	586	435
Guia	184	166	172	168
Paderne	67	60	66	54
Ferreiras	140	126	138	113
Olhos de Água	83	75	82	67
Concelho	1020	844	1044	837

TABELA 50 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 3º CICLO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 1.113 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 901 crianças.

Freguesia	Secundário: 15-17 anos				Secundário: 18-19 anos			
	2025		2031		2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Albufeira	543	415	582	432	387	296	415	308
Guia	229	207	214	210	177	160	165	162
Paderne	79	71	79	64	51	46	50	41
Ferreiras	159	144	158	129	108	98	107	88
Olhos de Água	81	73	80	66	50	45	50	41
Concelho	1.091	910	1.113	901	773	645	787	640

TABELA 51 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS, NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: SECUNDÁRIO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No caso destes equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente “escolarizada”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avanzadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que as escolas que integram as redes solidária e privada assumem no Concelho, nomeadamente detendo um número significativo de crianças no pré-escolar (369 crianças, segundo a Carta Social, ISS).

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Albufeira, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas de Albufeira); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Pré-escolar (%)		1º ciclo (%)			2º ciclo (%)			3º ciclo (%)			Secundário (%)		
Alunos residentes		Alunos residentes		Tx. retenção	Alunos residentes		Tx. repetência	Alunos residentes		Tx. repetência	Alunos residentes		Tx. repetência
2020/21		2020/21		2019/20	2020/21		2019/20	2020/21		2019/20	2020/21		2019/20
Concelho	Ext.	Concelho	Ext.		Concelho	Ext.		Concelho	Ext.		Concelho	Ext.	
94,3	5,7	91,1	8,9	1,9	92,5	7,5	4,1	91,1	8,9	6,5	90,6	9,4	9,7

TABELA 52 – INDICADORES RELEVANTES PARA CALIBRAR A POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR NA REDE PÚBLICA

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NA INFORMAÇÃO DO INQUÉRITO

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo em Albufeira, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede solidária/privada, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

Assim, o quadro seguinte expressa as diferenças, por nível de ensino, da população a escolarizar em 2025 e 2031, para os dois cenários analisados.

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Cenário A					
Albufeira	953	1313	510	863	845
Guia	148	242	201	263	363
Paderne	68	118	54	78	120
Ferreiras	253	301	149	192	245
Olhos de Água	141	196	79	96	122
Concelho	1563	2170	993	1492	1695
Cenário B					
Albufeira	923	1274	451	764	676
Guia	143	234	187	243	328
Paderne	53	92	48	70	108
Ferreiras	208	255	157	196	252
Olhos de Água	110	154	72	87	110
Concelho	1437	2009	915	1360	1474

* Rede pública e solidária/privada

TABELA 53 - POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, NA REDE PÚBLICA (2025)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NA INFORMAÇÃO DO INQUÉRITO (PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE FORA DO CONCELHO E TAXAS DE REPETÊNCIA).

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Cenário A					
Albufeira	1020	1406	538	910	906
Guia	150	246	191	249	339
Paderne	67	115	54	77	120
Ferreiras	249	297	148	190	243
Olhos de Água	140	194	78	95	121
Concelho	1626	2258	1009	1521	1729
Cenário B					
Albufeira	992	1389	493	785	812
Guia	147	241	188	245	333
Paderne	49	85	44	63	97
Ferreiras	204	240	146	191	239
Olhos de Água	103	143	64	78	100
Concelho	1495	2098	935	1362	1581

* Rede pública e solidária/privada

TABELA 54 - POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, NA REDE PÚBLICA (2031)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NA INFORMAÇÃO DO INQUÉRITO (PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE FORA DO CONCELHO E TAXAS DE REPETÊNCIA)

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças significativas a registar, nomeadamente uma quebra assinalável do número de alunos, na maioria dos níveis de ensino, sobretudo impactante no que se refere ao 2.º e 3.º ciclo.

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2020/2021	1394	2187	1122	1734	1564
2031 (A)	1626	2259	1009	1521	1729
2031 (B)	1495	2098	935	1362	1581
Evolução 2021/2031 (A)	232	72	-113	-213	165
Evolução 2021/2031 (B)	101	-89	-187	-372	17

* Rede pública e solidária/privada

TABELA 55 - REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2021)

4.3. Matriz Síntese de Diagnóstico

Forças	Fraquezas
▪ Estrutura de povoamento concentrado e importância da Cidade de Albufeira no sistema urbano e estrutura funcional regional; ▪ Aumento da população residente do concelho entre 2011 e 2021; ▪ Forte presença de população migrante; ▪ Saldo global dos movimentos de entradas e saídas de população ativa e estudantil positivo em 2021; ▪ Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência no 1.º, 2.º e 3.º CEB; ▪ Taxa de abandono escolar muito reduzida é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho; ▪ Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens; ▪ As projeções da população escolar apontam para uma evolução positiva na próxima década, ao nível da procura pelo pré-escolar e pelo ensino secundário.	▪ Necessidade de intervenção na Escola Básica e Secundária e na maioria das escolas ao nível do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico; ▪ Concorrência da rede privada e solidária na atração de crianças em alguns níveis de ensino (pré-escolar); ▪ A envolvente socioeconómica e o perfil dos alunos que frequentam alguns estabelecimentos de ensino concorre para situações de insucesso escolar.
Oportunidades	Ameaças
▪ Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; ▪ Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; ▪ A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) promove o planeamento a uma escala local e intermunicipal e, consequentemente, uma intervenção adaptada a cada contexto territorial e socioeconómico; ▪ Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão “Transição Digital” (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão “Transição Climática” (C13 Eficiência Energética em Edifícios).	▪ Poli-crisis representam fator de risco acrescido para o ensino, com impacto no desenvolvimento de competências sociais das crianças; ▪ Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; ▪ Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares (Escola Básica e Secundária de Albufeira), na ausência de investimento público relevante; ▪ Falta de recursos humanos não docentes nas escolas é um entrave ao pleno funcionamento dos equipamentos escolares.

(página propositadamente deixada em branco)

5. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

5.1. PRINCIPIOS ORIENTADORES

5.1.1. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- ▶ A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- ▶ A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

5.1.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

No Concelho de Albufeira, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na região do Algarve, fortemente especializada na atividade turística. Esta situação, este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- ▶ A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com impacte nos resultados escolares (fortes níveis de insucesso escolar);
- ▶ A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- ▶ A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação bastante relevantes.

5.1.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Albufeira se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- ▶ A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- ▶ A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- ▶ A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- ▶ O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

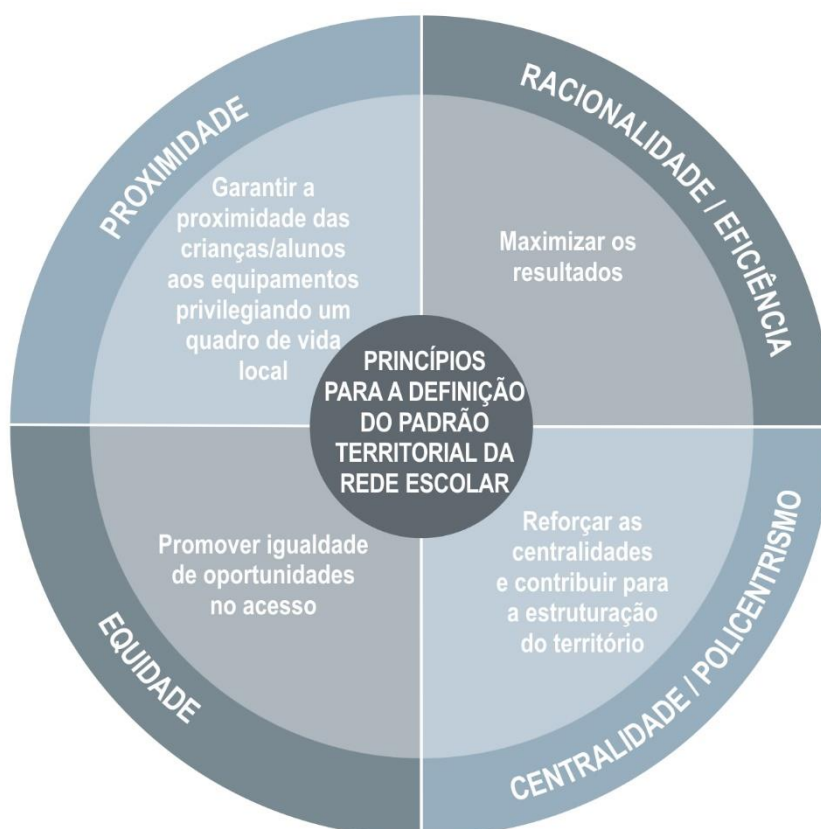


FIGURA 63. PADRÃO TERRITORIAL DA REDE: PRINCÍPIOS

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

5.2.1. VISÃO ESTRATÉGICA

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Albufeira, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Albufeira;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Albufeira, sintetizada na mensagem:

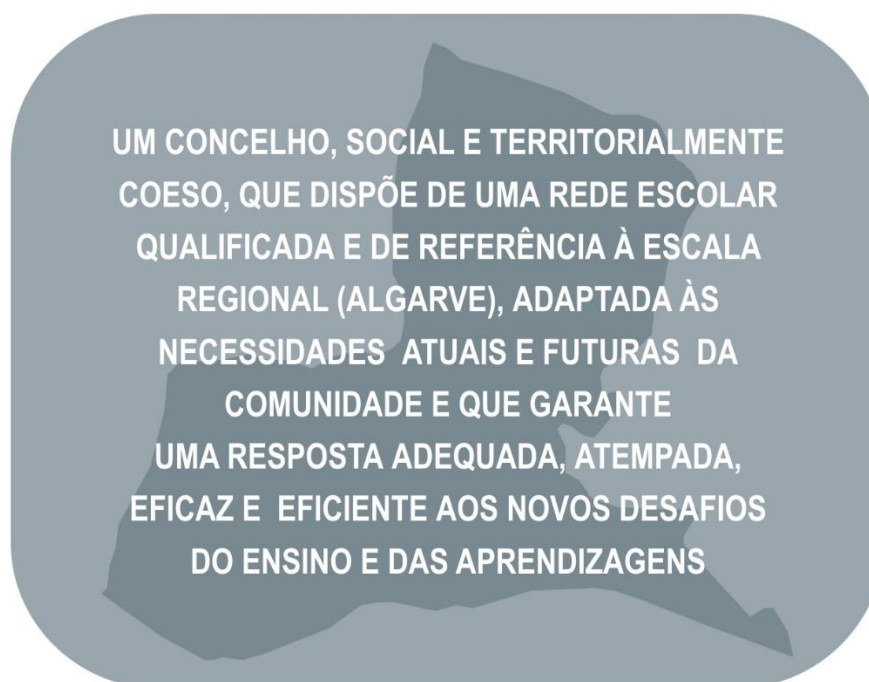


FIGURA 64. VISÃO ESTRATÉGICA
FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

5.2.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Albufeira, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o

concelho). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal e regional assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Albufeira.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- ▶ desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- ▶ funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- ▶ racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- ▶ facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria.

As escolas-sede, nucleares nesta perspetiva, devem congregar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa de Albufeira constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o município nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo,

promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- ▶ Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- ▶ Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- ▶ Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes Agrupamentos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- ▶ Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- ▶ Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- ▶ Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- ▶ Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- ▶ Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- ▶ Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho de Albufeira no território regional (Algarve), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- ▶ Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Algarve), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos principais problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge o insucesso escolar dos seus alunos (sobretudo baixo rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias

desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, melhor remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- ▶ Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- ▶ Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- ▶ Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, com especial foco na dimensão digital;
- ▶ Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- ▶ Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- ▶ Prestar informações, aconselhamento e orientação sobre os tipos de aprendizagem disponíveis;
- ▶ Reforçar a ação social;
- ▶ Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- ▶ Fomentar aprendizagens de cidadania e de democracia;
- ▶ Valorizar a partilha inter-geracional de experiências e de Conhecimentos;
- ▶ Reforçar a autonomia das escolas;
- ▶ Promover a avaliação e a auto-avaliação das escolas;
- ▶ Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Escola do século XXI: uma escola mais sustentável

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO² e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis vinham sendo lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Albufeira tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais maiores consumidores. A requalificação e modernização do parque escolar, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas continua a ser uma prioridade.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia, bem como a substituição de vãos envidraçados existentes por soluções mais eficientes.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética, e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

A vetustez do edificado, associada aos importantes níveis de degradação que uma percentagem de edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado escolar seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação municipal.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, seja porque ampliam o sentido de educação/aprendizagem, seja porque existe um novo quadro de exigência no processo de

aprendizagem dos alunos (potenciado pelo contexto pandémico), seja pela influência no desempenho dos alunos e da gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento e de relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais, ...) deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos, utilizando-se de maneira adequada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de *internet*, ...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Albufeira e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC) passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, progressivamente tem vindo a gerar uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva, da própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio.

Os períodos de recreio têm de ter equipamentos que não sejam padronizados ou aborrecidos, têm de ser desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de equipamentos lúdico-desportivos na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

5.3. PROGRAMA DE AÇÃO

5.3.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Este é o principal desafio do processo de Revisão, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social (integração de migrantes) e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja regional.

Por outro lado, as escolas assumem-se como instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e como formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos territórios. Assim, é fundamental que o concelho de albufeira possua uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala local/regional. É também esta a perspetiva plasmada na Revisão do PDM de Albufeira, atribuindo aos equipamentos educativos um papel relevante para promover a coesão do território e valorizar as suas identidades, nomeadamente através da promoção de novas centralidades locais urbanas, para potenciar a vocação educadora, cultural e do conhecimento do concelho.

Acresce que os diversos instrumentos de gestão territorial, procuram promover a compactação e colmatação da estrutura urbana, qualificando, reabilitando e regenerando o espaço urbano existente, dando particular atenção à contenção do crescimento urbano disperso, à reabilitação do tecido edificado em áreas centrais e núcleos históricos. As escolas são um elemento decisivo para a concretização destas opções de ordenamento do território, devendo dimensionar-se (ou ampliar a rede) de modo a responder à procura potencial a gerar em cada um dos territórios.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala regional. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Albufeira, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmem suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 5 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- ▶ Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- ▶ Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- ▶ Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- ▶ Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

5.3.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/ núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam cinco linhas de atuação fundamentais:

- ▶ Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- ▶ Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclos e secundário;
- ▶ Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar;
- ▶ Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio);
- ▶ Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar.

Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância, o que atualmente não se verifica; na rede ainda estão poucas crianças com 3 anos e, em algumas escolas, apenas possuem crianças com 5 anos, dada a incapacidade de resposta/espacos).

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Albufeira, ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental) e de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espacos escolares. Em parte, a representatividade da rede privada e da rede solidária na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espacos que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família (AAAF). No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de

enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços para esses serviços/atividades.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar da possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- ▶ Construção de um Jardim de Infância na Cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos), contemplando 12 salas de atividade, uma sala polivalente, que poderá ser utilizada para AAAF, uma sala de educadores e uma sala de pessoal, cozinha e refeitório. As crianças que frequentam a Escola Básica Vale de Pedras transitarão para este novo equipamento, passando este estabelecimento a disponibilizar apenas o 1.º ciclo de ensino básico;
- ▶ Construção de um Jardim de Infância em Olhos de Água, contemplando 8 salas de atividade, e 4 salas para AAAF, uma sala de educadores e uma sala de pessoal, cozinha e refeitório. As crianças que frequentam a Escola Básica de Olhos de Água transitarão para este novo equipamento, passando este estabelecimento a disponibilizar apenas o 1.º ciclo de ensino básico. O equipamento dará também resposta às necessidades de Vale Carro, num quadro de incremento da procura neste território;
- ▶ Ampliação da Escola Básica de Calços (com mais duas salas de atividades, para ensino especial, uma sala polivalente e uma portaria. Deverá disponibilizar 8 salas de atividades, duas salas polivalentes, cozinha e refeitório. De acordo com as projeções demográficas para 2031, que prevê um aumento, apesar de ténue, nesta faixa etária, caso se verifique a impossibilidade de ampliação, as salas em falta poderão ser previstas no novo equipamento a construir (na cidade de Albufeira) com a valência de JI.;
- ▶ Ampliação da Escola Básica de Correeira (mais quatro salas de atividades, para a componente letiva/educacional). A adaptação e ampliação do edifício B em JI, contempla a ampliação de: 4 salas de atividade, uma sala polivalente, refeitório e copa, uma sala de educadores/animadores, uma sala de pessoal e a portaria. Deverá passar a disponibilizar 8 salas de atividades.
- ▶ Ampliação do Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho) (mais três salas de atividades, uma sala polivalente, que poderá ser utilizada para AAAF, uma sala de educadores e uma sala de pessoal; ampliação da cantina). Com esta ampliação, as crianças que frequentam a Escola Básica n.º 1 de Albufeira, transitam para este estabelecimento (ocupação de duas salas). A Escola Básica n.º 1 de Albufeira ficará apenas com a valência de 1.º ciclo do ensino básico. Atendendo que existe terreno pertencente à autarquia junto ao Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho) deverá ainda ser previsto novo equipamento/bloco com 3 salas de ATL para melhorar esta resposta em Vale Parra e Sesmarias. Dado que a autarquia realiza este percurso escolar através de transportes escolares, os alunos poderão ser mobilizados para este espaço no final do dia.;
- ▶ Ampliação da Escola Básica de Paderne (mais uma sala de atividade, para a componente letiva, possibilidade de utilização da sala polivalente para AAAF);
- ▶ Ampliação do Jardim de Infância de Ferreiras (construção de um novo edifício que contemple (entre outros):
 - i. 4 Salas de atividade (de forma a suprimir as próprias carências - 2 salas - bem como as carências do Jardim de Infância de Vale Serves (uma sala) e reforçar a oferta, face à construção de 69 fogos de habitação social

nas Fontainhas (uma sala); ii. uma sala polivalente; iii. ampliação da cantina e cozinha. Esta ampliação carece da aquisição do prédio contíguo

- Construção de um novo equipamento para 5 salas AAAP e uma sala para educadores/animadores;
- Readaptação do Jardim de Infância da Escola Básica de Olhos de Água, para disponibilizar apenas o 1.º ciclo do ensino básico (transferência das crianças do JI para o novo estabelecimento a construir em Olhos de Água);
- Readaptação da Escola Básica Vale de Pedras, para disponibilizar apenas o 1.º ciclo do ensino básico (transferência das crianças do JI para o novo estabelecimento a construir na Cidade de Albufeira).

Neste quadro, no total, a proposta contempla a criação de 34 salas de jardim-de-infância, permitindo garantir, nos próximos anos, a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos e contribuindo para reforçar a atratividade e diferenciação do Concelho, à escala regional, bem como melhorar a qualidade de vida e conciliação da vida pessoal e profissional, a quem nem vive e trabalha em Albufeira.

Também ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, existem constrangimentos a ultrapassar, sendo necessário priorizar um conjunto de intervenções, nomeadamente:

- Construção de Escola Básica na Cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos), contemplando 10 salas para a componente letiva de 1.º ciclo e duas salas específicas para centro de aprendizagem para crianças com multideficiência;
- Ampliação da Escola Básica de Ferreiras, contemplando a criação de 4 salas de componente letiva. No edifício existente passarão a ser disponibilizadas duas salas de componente letiva para o ensino especial, e irá ser anulada a sala de componente letiva existente em contentor, pelo que no final haverá o aumento efetiva de uma sala de componente letiva face ao atualmente existente. Cenário alternativo: Construção de Escola Básica em Ferreiras (contemplando 14 salas) dado o aumento da população residente e jovem que está previsto surgir neste território (Ferreiras/Fontainhas) e impossibilidade de ampliação da Escola Básica de Fontainhas;
- Ampliação da Escola Básica de Correeira (reconversão do edifício A para 1.º ciclo, em exclusivo, contemplando uma nova sala para a componente letiva). Deverá disponibilizar 11 salas de aula, sala polivalente, biblioteca e refeitório;
- Readaptação da Escola Básica Vale Pedras (com a transferência das crianças do JI para o novo estabelecimento a construir na Cidade de Albufeira, este equipamento passaria apenas a disponibilizar o 1.º ciclo do ensino básico – aproveitamento/adaptação das 4 salas de atividade para este nível de ensino);
- Readaptação da Escola Básica de Olhos de Água (com a transferência das crianças do JI para o novo estabelecimento a construir em Olhos de Água, este equipamento passaria apenas a disponibilizar o 1.º ciclo do ensino básico – aproveitamento/adaptação das salas de atividade para este nível de ensino);
- Readaptação da Escola Básica n.º 1 de Albufeira (com a ampliação do Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho), as crianças que frequentam o JI da Escola Básica n.º 1 de Albufeira, transitam para este estabelecimento (ocupação de duas salas). A Escola Básica n.º 1 de Albufeira ficará apenas com a valência

de 1.º ciclo do ensino básico, passando a utilizar as duas salas de atividade, após a sua readaptação, para este nível de ensino reforçando a oferta;

- Construção de novo equipamento em Vale Rabelho com 3 salas de ATL e uma sala polivalente.

Assim, no total, a proposta contempla a criação de 21 salas para o 1.º ciclo do ensino básico, permitindo garantir, nos próximos anos, a densificação da oferta em áreas de importante pressão demográfica (atual e perspetivada) e redimensionar os equipamentos para uma melhor e mais qualificada resposta às necessidades de um ensino e aprendizagem diferenciador e inovador.

Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário

Alguns estabelecimentos com 2º e 3º ciclo e/ou ensino secundário possuem necessidades de salas para a componente letiva, seja pela forte procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos, de apoio à aprendizagem, com espaços letivos. Por outro lado, para os estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e carecem de processos de requalificação, deverá ser ponderada no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espaços de modo a responder às necessidades atualmente existentes.

As situações atualmente existentes na Escola Básica Dr. Francisco Cabrita, na Escola Básica e Secundária de Albufeira, na Escola Secundária de Albufeira (num cenário de manutenção do estabelecimento; não construção de uma nova escola secundária) e Escola Básica de Ferreiras, deverão conferir uma priorização a estes estabelecimentos, nomeadamente equacionando as possibilidades de ampliação (construção de novos blocos), que permitam responder à procura existente e à melhoria das condições de aprendizagem.

Neste quando, deverão priorizar-se estas intervenções, a realizar com a brevidade possível, em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

As principais carências, que poderão ser ultrapassadas através da construção de novos blocos, assinalam-se na:

- Escola Básica e Secundária de Albufeira (carência de 14 salas, para o desenvolvimento de cursos profissionais e aulas regulares) - a falta de espaços letivos, está a limitar alunos/impedir a entrada no Agrupamento; a escola não está a dar as ofertas profissionais que devia; as salas são insuficientes para alguns cursos (cozinha; pastelaria) e não são específicas; necessidade de construir salas para áreas específicas (restauração, pastelaria/bar). A Escola deve passar a contemplar apenas a valência de ensino secundário, passando o 9.º ano para a Escola Básica Dr. Francisco Cabrita (passaria a disponibilizar/aproveitar 6 salas para o ensino secundário) e prevendo-se a sua ampliação (8 novas salas letivas);
- Escola Básica Dr. Francisco Cabrita (carência de 14 salas para aulas regulares e específicas/TIC). O projeto de ampliação compreende 16 salas de aula, duas salas TIC, uma sala polivalente, um auditório com 180 lugares (com acesso independente) e a alteração ao bar. Esta ampliação permitiria também acolher as turmas de 3.º ciclo atualmente na Escola Básica e Secundária e que transitariam para este equipamento;
- Escola Básica de Ferreiras (carência de 5 salas de aula) - Uma das escolas mais degradadas do concelho (nunca foi alvo de intervenção); possui 2 contentores (espaços muito exíguos) e há perspetivas de crescimento. O projeto de ampliação deve contemplar 5 salas de aula; 2 laboratórios; uma sala de ciências;

uma sala de música; uma sala de pequenos grupos; a ampliação do refeitório; a construção de nova biblioteca (transformação da existente em 3 salas de aula); a construção de 1 auditório.

A Escola Secundária de Albufeira está sobrelotada (6 turmas em excesso face ao desejável e não responde à procura atual), levando que os alunos tenham de frequentar o outro Agrupamento, que a prazo ficará também sobrelotado e com dificuldade de gerir os espaços disponíveis e desenvolver um ensino de qualidade. Acresce que o equipamento atual possui inúmeros constrangimentos, a saber: auditório sem grandes condições, canalizações antigas, refeitório de pequenas dimensões, cozinha desadequada/desatualizada, necessidade de reestruturação e de melhores condições em termos das salas de informática e laboratórios (experimentais e biologia/química); os cursos de índole técnico (bar, restauração, artes estéticas) funcionam em salas pequenas e sem condições para um ensino técnico de qualidade (necessário criar salas específicas). Por outro lado, é muito importante que o concelho continue a dotar-se de equipamentos que contribuam para reforçar o posicionamento de Albufeira no contexto regional, com maior integração territorial e maior atratividade.

Será necessário proceder a uma reabilitação profunda da atual Escola Secundária, incluindo a construção de um novo bloco, que permita aumentar os espaços letivos, nomeadamente em termos dos cursos de índole técnica.

O projeto de requalificação/modernização/ampliação deverá contemplar:

1. Construção de um novo bloco H destinado ao ensino profissional com:
 - 10 Salas de aulas (6 salas do bloco E e 1 sala do Bloco B)
 - 2 Laboratórios de robótica e multimédia
 - 1 Sala de estética e massagens, 1 sala para o curso de turismo, 1 sala para ação educativa.
2. Construção de um novo bloco I com:
 - Auditório
 - Biblioteca
 - Núcleo de formação de professores
 - Espaço sócio educativo
 - Sala de concelho geral
 - Gabinete do aluno e apoio à família
 - Laboratório de línguas
 - Espaço multiusos
3. Ampliação do bloco B:
 - Piso térreo: Alteração da cantina; Ampliação do refeitório; Ampliação do espaço do aluno; Novas instalações sanitárias; Espaços de primeiros socorros
 - Piso 1: Instalações específicas para o curso profissional de restaurante e bar.

No final da intervenção deverão resultar a mais face ao existente:

- Bloco A: 2 salas do núcleo docente, 1 sala de diretores de turma com atendimento, 1 sala de reuniões
- Bloco B: 4 salas de ensino específico no para curso de restauração e bar
- Bloco C: 1 laboratório de biologia

- Bloco D: 1 sala letiva
- Bloco E: 6 salas letivas
- Bloco F: 2 salas letivas (de pequenos grupos)
- Bloco G: 1 sala de ginástica, 2 balneários, 1 arrumo
- Bloco H: 5 salas letivas
- Bloco I: 1 auditório

Por outro lado, face à enorme pressão que existe ao nível do 2.º e 3.º ciclo nos estabelecimentos atuais, deverá equacionar-se a construção de um novo equipamento (Escola Básica) em Vale Pedras/Brejos (24 salas de aula). A sua concretização permitiria assegurar uma melhor resposta às necessidades perspectivadas, e contribuiria de forma decisiva para melhorar as condições de ensino e aprendizagem no concelho.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Escola Básica de Vale Pedras/Brejos					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:		1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico			
Localização:		Cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos)			
Promotores:		Câmara Municipal de Albufeira			
Tipologia:		Criação de um novo estabelecimento (10 salas 1.º ciclo e 24 salas 2.º e 3.º ciclo)			
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em criar um equipamento em Vale Pedras/Brejos (uma Escola Básica), com 10 salas de 1.º ciclo, 24 salas do 2.º e 3.º ciclo e, deste modo, responder à procura escolar neste território, reforçar a oferta e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do 1.º ciclo e, sobretudo, do 2.º e 3.º ciclo Neste quadro, procura-se ampliar e qualificar a capacidade de resposta neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um novo equipamento, uma Escola Básica (10 salas de 1.º ciclo e 24 salas do 2.º e 3.º ciclo), de raiz, em Vale Pedras/Brejos, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (CAF, AEC) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolver-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			8.000		

TABELA 56 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DE ALBUFEIRA

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Albufeira				
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das suas coberturas, dos sanitários e das cozinhas. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao pré-escolar e 1º ciclo, intervenções centradas na: ▶ Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho): Necessidade de remodelação de todos os espaços; ▶ Escola Básica de Correeira: No espaço de recreio. ▶ Escola Básica de Paderne: colocação de equipamento de recreio infantil, reforço de zonas arborizadas, criação de novos percursos, renovação/reparação de pavimentos; ▶ Jardim de Infância de Ferreiras: Requalificação dos sanitários; ▶ Jardim de Infância de Vale Carro: Requalificação da sala polivalente; ▶ Escola Básica de Sesmarias: Colocação de cobertura na portaria; colocação de intercomunicador de porta para ATL; ▶ Escola Básica n.º 1 de Albufeira²³: Intervenção nos sanitários; substituir algumas portas; substituir as janelas dos edifícios Norte e Sul; manutenção do piso exterior que apresenta bastantes irregularidades; obras de conservação no espaço onde funciona as AAAF; ligação a um intercomunicador na parte superior do ATL; ▶ Escola Básica de Correeira: Alargamento do espaço exterior; ▶ Escola Básica de Fontainhas: Edifício carece de modernização (caixilharia e portas interiores); ▶ Escola Básica de Brejos: Os blocos mais antigos precisam de intervenção/requalificação; Requalificação dos espaços exteriores; ▶ Escola Básica de Olhos de Água: Todo o edifício necessita de requalificação.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X

²³ A valência de JI irá transitar para o JI de Vale Rabelho, onde se encontra previsto o projeto de ampliação de mais 3 salas de atividade. A EB n.º1 de Albufeira ficará apenas com a valência de 1.º ciclo do ensino básico, devendo ser efetuadas obras de conservação no espaço onde funcionam as AAAF, dado tratar-se de uma escola do Plano Centenário.

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Elevado	11.500

TABELA 57 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (JI E 1º CICLO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Albufeira				
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das coberturas, melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao 2º, 3º ciclo e ensino secundário, intervenções centradas na:					
▶ Escola Básica e Secundária de Albufeira: Requalificação do Bloco A – Serviços administrativos e espaços de professores; Remodelação e reestruturação dos restantes blocos (A, C, D, E e F), nomeadamente com melhoramento dos laboratórios de biologia e físico-química; Adaptação de espaços para 10 novos espaços letivos; Substituição de vãos; Remodelação das instalações sanitárias e sua adaptação para utentes com mobilidade condicionada.; ▶ Escola Básica D. Martim Fernandes: Intervenção profunda. Necessidade de pintura exterior; Previsão de espaços cobertos; Aquisição de novos equipamentos/mobiliário; Substituição de pavimentos; Zonas plantadas; ▶ Escola Básica da Guia: Necessidade de pintura exterior; nivelamento dos pavimentos; ▶ Escola Básica Dr. Francisco Cabrita: Requalificação das oficinas; faltam espaços cobertos; ▶ Escola Básica de Paderne: Adaptação de salas de aula para auditório. Acessibilidades ao piso superior. Construção de um espaço condigno para recreio; ▶ Escola Básica de Ferreiras: Intervenção profunda; ▶ Escola Básica Profª Diamantina Negrão: Requalificação da sala de convívio e da sala polivalente.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			18.500		

TABELA 58 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio

A necessidade de requalificação dos espaços exteriores (deteriorados), sem condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, foi uma das principais dimensões de prioridade assumidas pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” é determinante.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos II e 1º ciclo)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal do Albufeira
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando a condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios e polidesportivo coberto, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se na: ▶ Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho) – Intervenção nos espaços exteriores, nomeadamente aumento da área de recreio e lazer (criação de novo parque infantil, substituição de pavimento, novo mobiliário e novas zonas plantadas; ▶ Jardim de Infância de Vale Serves – Renovação/reparação de pavimentos exteriores, instalação de equipamento/mobiliário e criação de novas zonas plantadas; ▶ Jardim de Infância de Vale Carro – Colocação de velas tencionadas no parque infantil; ▶ Escola Básica n.º 1 de Albufeira – Alteração do equipamento infantil; Substituição e reforço de equipamento e mobiliário; Substituição de pavimentos; Reforço de plantações; ▶ Escola Básica de Vale Parra: Colocação de velas tencionadas sobre o parque infantil; ▶ Escola Básica dos Calços: Requalificação do campo de jogos; aquisição de equipamentos de recreio; renovação/substituição de pavimentos; novas zonas plantadas; ▶ Escola Básica de Paderne – Colocação de equipamento de recreio infantil; Reforço de zonas arborizadas; Criação de novos percursos; Renovação/reparação de pavimentos;	

▶ Escola Básica de Vale Carro - Substituição do equipamento infantil; Reforço de equipamento para recreio; Zonas plantadas; Substituição e reparação de pavimentos; ▶ Escola Básica de Brejos - Substituição e reforço de equipamento e mobiliário; ▶ Escola Básica dos Olhos de Água - Colocação de velas tencionadas sobre o parque infantil; Requalificação dos espaços exteriores; Renovação de pavimentos, equipamento, mobiliário; Novas zonas plantadas; ▶ Escola Básica de Correeira – Alargamento do espaço exterior (O espaço de equipamento atualmente afeto ao JI passa a integrar o espaço exterior da EB1).					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			4.500		

TABELA 59 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PARQUE ESCOLAR DOS JI E 1º CICLO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Sublinhe-se que esta necessidade de criação, qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é igualmente fundamental, no 2º, 3º ciclo e no ensino secundário, seja como resposta às necessidades dos alunos que frequentam os estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar).

Neste quando, deverão priorizar-se algumas intervenções, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções):

- ▶ Escola Básica de Paderne: Dotação de equipamento tipo circuito de manutenção; reforço de zonas arborizadas; criação de novos percursos; renovação/reparação de pavimentos;
- ▶ Escola Básica de Ferreiras: Requalificação do pavilhão e campo de jogos exterior; necessidade de requalificação do espaço exterior. Alternativa: Construir um novo pavilhão desportivo (de raiz, a utilizar pela escola e pelo clube), contíguo à escola, passando a fazer parte do perímetro da escola. Transformar o atual pavilhão em auditório e salas de aula;
- ▶ Escola Básica Profª Diamantina Negrão: requalificação dos espaços exteriores;
- ▶ Escola Básica e Secundária de Albufeira: Ampliação do pavilhão desportivo; requalificação dos balneários existentes; criação de uma nova sala de ginástica; balneários e arrecadações.

Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver

deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar (JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal de Albufeira				
Tipologia:	Eficiência Energética (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças dos JI e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico. As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao 1º ciclo, intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, nomeadamente na: ▶ Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho); ▶ Escola Básica de Paderne; ▶ Jardim de Infância de Ferreiras; ▶ Jardim de Infância de Vale Carro; ▶ Escola Básica n.º 1 de Albufeira; ▶ Escola Básica de Fontainhas; ▶ Escola Básica de Brejos; ▶ Escola Básica de Olhos de Água.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			800		

TABELA 60 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR (JI e 1º CICLO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Esta dimensão deve igualmente merecer atenção no âmbito da maioria dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacte significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) na esmagadora maioria

nestas escolas. Não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

No caso da Escola Secundária de Albufeira, o projeto de requalificação/ampliação contempla: Substituição de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas dos edifícios existentes; intervenção nas paredes exteriores, dos edifícios existentes, com isolamento (sistemas “ETICS”); colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas dos edifícios novos; instalação de sistemas AVAC nos edifícios novos.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas destes estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

5.3.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou alguns constrangimentos significativos, nomeadamente a elevada procura e a consequente sobreocupação de espaços no perímetro escolar para atividades letivas, em muitos estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua atratividade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares, como clubes.

Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar em alguns territórios e a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das Comunidades residentes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de clubes de teatro e de expressão dramática, clubes de artes, clubes de ciência e de física, clubes de línguas e de escrita criativa, entre outros.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- ▶ Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- ▶ Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- ▶ Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- ▶ Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola.

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

De modo a promover a qualidade e o sucesso educativo/formativo, os AE (em alguns casos, em estreita articulação com o Município) têm vindo a desenvolver inúmeros projetos e programas (ver Volume de Anexos). Merecem destaque alguns projetos associados ao desporto escolar (Atividade Competitiva e Atividade Interna; Centro de Formação Desportiva de Golfe do Desporto Escolar), que têm como objetivos criar Quadros Competitivos, dentro das diferentes escolas, inter-turmas e inter-escolas; promover o desenvolvimento desportivo dos alunos; dinamizar a formação e orientação desportiva, o reforço das aprendizagens e a motivação dos alunos; encaminhar os alunos com maiores capacidades para os clubes de Golfe existentes mais perto das suas áreas de residência) e ao empreendedorismo (Programa A Empresa e Programa Mentos Empreendedoras) que têm como objetivos: i. desenvolver competências empreendedoras, de preparação para o mercado de trabalho e de literacia financeira; ii. Desenvolver competências de Liderança, Talento, Autonomia e Superação nos jovens). Também devem ser relevados os projetos associados ao Erasmus+, que para além de desenvolverem competências específicas nas crianças, permitem também formar cidadãos europeus responsáveis e conscientes.

Conforme expresso no Volume de Anexos, a generalidade dos projetos, programas e ações desenvolvidas pelos AE apresenta resultados muito positivos, que podem e devem ser valorizados e incrementados.

Neste quadro, é fundamental reforçar e qualificar os espaços de apoio que permitam dar continuidade e melhorar as atividades e projetos a desenvolver nas escolas.

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais

A criação e/ou reforço de unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Neste quadro, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB, nomeadamente na Escola Básica Dr. Francisco Cabrita e na Escola Básica de Ferreiras.

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas secundárias as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar os centros de recursos e as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para

o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo bibliotecas e salas de informática).

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede wi-fi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, incluindo múltiplas tomadas em todas as salas, de cobertura e velocidade de *internet*, ...).

Medida II.4. Diversificar, incentivar e diferenciar a oferta profissionalizante e qualificar as condições de ensino

A oferta de ensino profissionalizante existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte importante dos alunos que concluem o 9º ano nas escolas de Albufeira e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas locais e regionais, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expectativas e anseios dos jovens, é fundamental continuar a reforçar as condições e a qualificação dos estabelecimentos.

A oferta profissionalizante deverá ser reforçada, melhorando a sua qualidade e diferenciação, indo ao encontro dos interesses dos alunos, mas também das necessidades da base económica local. A criação e consolidação de áreas de especialização é determinante para esta estratégia de diferenciação e afirmação concelhia.

Na Medida 1.2, está contemplada a necessidade de modernizar e qualificar a Escola Básica e Secundária de Albufeira e contruir um novo bloco na escola secundária para acolher o ensino profissional. A definição, anual, de áreas prioritárias deverá ser alvo de concertação entre as entidades locais e regionais com competências nessa matéria.

É igualmente relevante realizar semestralmente um “open day” do ensino profissional. Este dia será dedicado à discussão das oportunidades que o ensino profissional proporciona, à apresentação da oferta formativa existente, à apresentação de empresas, ao testemunho de antigos alunos, entre outras iniciativas.

5.3.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas

É consensual que a rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação. O número desadequado de recursos humanos, não docentes, pode ser bastante impactante na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos. Assim, a aposta na melhoria das condições oferecidas passa, em parte, pela disponibilidade de um maior número de recursos humanos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos. A criação de uma bolsa municipal (centralização dos recursos), permitirá uma adequação regular às necessidades das escolas.

A importância de uma gestão adequada desta bolsa, garantindo uma resposta atempada e eficaz às necessidades das escolas, confere igualmente uma especial atenção à necessidade de criação de uma “secretaria única da

educação”. Este espaço concentraria a maioria da informação municipal associada a esta política pública, devidamente atualizada, sendo igualmente o *front office* do Município para os Encarregados de Educação e restante Comunidade Educativa, nomeadamente migrante, onde os mesmos se devem dirigir para tratamento dos mais variados assuntos (incluindo solicitação de formulários, pagamentos de refeições,...) libertando, assim, parte das funções administrativas que atualmente sobrecarregam os serviços nas escolas, nomeadamente nas sedes de Agrupamento.

Medida III.2 Criação de uma residência de docentes

A criação de uma residência de docentes com o objetivo de criar condições para apoiar os profissionais que precisam de alojamento durante o tempo de serviço na região, poderá contribuir para diluir a dificuldade de contratação em algumas áreas disciplinares.

Por outro lado, dada a contratação de professores por via de horários incompletos o que, em junção com as dificuldades de mobilidade e de alojamento, acarreta problemas ao nível da elevada rotatividade entre docentes e prejudica a continuidade dos projetos escolares, poderá ser obviado com a criação de uma residência de docentes e consequente redução dos custos com alojamento, que impede muitos professores de aceitar os horários.

5.3.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR

Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização dos diversos Pavilhões Desportivos e campos de jogos cobertos, será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas na Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, caso a caso, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Destaque para a necessidade de criar um auditório em todas as escolas-sede de Agrupamento onde ainda não existam e/ou requalificar/modernizar os existentes (atualmente, em algumas destas escolas, as atividades iniciativas de abertura à Comunidade são desenvolvidas sobretudo em espaços adaptados, sem condições de conforto, o que condiciona a vinda da comunidade às escolas). Estes auditórios são fundamentais para disponibilizar novas valências, novos espaços que permitam acolher iniciativas com maior dimensão. Merece relevo a: a construção do auditório da Escola Básica Dr. Francisco Cabrita (auditório com 180 lugares, com acesso independente); modernização/requalificação do auditório da Escola Secundária (em caso de não construção da nova escola secundária – que deverá contemplar um auditório de grandes dimensões, dotado das melhores condições acústicas e de conforto); construção de auditório na Escola Básica de Ferreiras e na Escola Básica de Paderne.

Em algumas escolas-sede de Agrupamento importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de salas de alunos de maior dimensão ou de salas polivalentes é fundamental para garantir que, por exemplo, em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se num espaço amplo e com boas condições (a maioria dos espaços que existem são de reduzida dimensão).

5.4. Quadro-Síntese de financiamento

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	17.500
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	13.000
	Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar	30.000
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	9.000
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	1.500
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino em equipamentos/territórios com debilidades	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	-
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais	200
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	500
	Medida II.4. Diversificar, incentivar e diferenciar a oferta profissionalizante e qualificar as condições de ensino	400
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1. Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas	--
	Medida III.2. Criação de residência de docentes	400
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	1.000
Total de investimento (estimativa)		73.500

TABELA 61 – SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Albufeira e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

Não obstante, dada a ambição em presença, num quadro de resposta muito abrangente e multidimensional (face à multiplicidade das necessidades e à complexidade das novas soluções a desenvolver) o período de execução da Carta Educativa deverá estender-se para o médio e longo prazo, superando (previsivelmente) a presente década. Afigura-se, contudo, determinante a adoção de um referencial de elevada abrangência e horizonte de execução alargado, focado nas múltiplas componentes e dimensões estruturantes para a Comunidade Educativa, mesmo num cenário de difícil antecipação das fontes de financiamento disponíveis e da exiguidade de recursos financeiros passíveis de mobilização (nacionais e europeus). Neste quadro, face à dependência de fontes de

financiamento (nacionais ou europeias) para a execução da esmagadora maioria das intervenções delineadas (potencialmente condicionadoras do ritmo e período de execução da Carta) é fundamental que os principais *stakeholders* (Município, Juntas de Freguesia, ...) se empenhem na sensibilização dos decisores para a importância de criar/adaptar instrumentos de apoio financeiro que permitam enquadrar as intervenções preconizadas.

O quadro seguinte sinaliza o cronograma geral de execução da Carta Educativa, no curto prazo.

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	Construção de um Jardim de Infância na Cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos)		X	X	X	X	
		Construção de um Jardim de Infância em Olhos de Água			X	X	X	
		Ampliação do Jardim de Infância dos Calços		X	X	X	X	
		Ampliação do Jardim de Infância da Correeira			X	X	X	
		Ampliação do Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rebelho)		X	X	X	X	
		Ampliação da Escola Básica de Paderne (Jardim de Infância)	X					
		Ampliação do Jardim de Infância de Ferreiras		X	X	X	X	
		Readaptação do Jardim de infância dos Olhos de Água				X	X	
		Readaptação da Escola Básica de Vale Pedras (Jardim de Infância)				X	X	
		Ampliação da Escola Básica de Ferreiras		X	X	X		
		Ampliação da Escola Básica de Correeira			X	X		
		Readaptação da Escola Básica de Vale Pedras			X	X		
		Readaptação da Escola Básica de Olhos de Água				X	X	
		Readaptação da Escola Básica n. 1 de Albufeira				X	X	
		Construção de um novo equipamento em Ferreiras			X	X		
		Construção de nova Escola Básica (1.º ciclo) em Ferreiras			X	X		
		Construção de nova Escola Básica na cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos)			X	X		
		Construção de novo equipamento em Vale Rabelho			X	X		
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	Construção de Escola Básica (2º 3º Ciclos) na Cidade de Albufeira (Vale Pedras/Brejos)			X	X	X	
		Ampliação da Escola Básica e Secundária de Albufeira		X	X	X	X	
		Ampliação da Escola Secundária de Albufeira		X	X	X		
		Ampliação da Escola Básica Dr. Francisco Cabrita		X	X	X		
		Ampliação da Escola Básica de Ferreiras		X	X	X		
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar	Requalificação/modernização do Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho)		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica da Correeira (Jardim de Infância)			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Paderne (Jardim de Infância)			X	X	X	
		Requalificação/modernização do Jardim de Infância de Ferreiras		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização do Jardim de Infância de Vale Carro			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Sesmarias			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica n.º 1 de Albufeira		X	X	X	X	

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Caliços		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Correeira			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Fontainhas			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Brejos			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Olhos de Água			X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica e Secundária de Albufeira		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica Dom Martim Fernandes		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica da Guia		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica Dr. Francisco Cabrita		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Paderne		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica de Ferreiras		X	X	X	X	
		Requalificação/modernização da Escola Básica Profª Diamantina Negrão		X	X	X	X	
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	Intervenção de dotação/reforço no Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho)			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço no Jardim de Infância de Vale Serves			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço no Jardim de Infância de Vale Carro			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica n.º 1 de Albufeira			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Vale Parra			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Caliços			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Paderne			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Vale Carro			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Brejos			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Olhos de Água			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Correeira			X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Paderne		X	X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica de Ferreiras		X	X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica Profª Diamantina Negrão		X	X	X	X	
		Intervenção de dotação/reforço na Escola Básica e Secundária de Albufeira		X	X	X	X	
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	Intervenção de melhoria da eficiência energética no Jardim de Infância de Vale Parra (Vale Rabelho)		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Paderne (jardim de infância)		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética no Jardim de Infância de Ferreiras		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética no Jardim de Infância de Vale Carro		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica n.º 1 de Albufeira		X	X	X	X	X

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Fontainhas		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Brejos		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Olhos de Água		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica e Secundária de Albufeira		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica Dom Martim Fernandes		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica da Guia		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica Dr. Francisco Cabrita		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Paderne		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica de Ferreiras		X	X	X	X	X
		Intervenção de melhoria da eficiência energética na Escola Básica Profª Diamantina Negrão		X	X	X	X	X
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem			X	X	X	X	X
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens			X	X	X	X	X
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador			X	X	X	X	X
	Medida II.4. Diversificar, incentivar e diferenciar a oferta profissionalizante e qualificar as condições de ensino			X	X	X	X	X
Eixo III Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas			X	X			
	Medida III.2 Criação de uma residência de docentes				X	X	X	
Eixo IV Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade			X	X	X	X	X

TABELA 62 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO

(página propositadamente deixada em branco)

6. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

6.1. Um contexto de partida

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município Albufeira (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2031/2032, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mutações aceleradas observadas na Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Albufeira (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos Diretores de Agrupamento e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

6.2. Âmbito

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- ▶ O que monitorizar?
- ▶ Como monitorizar?
- ▶ Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- ▶ Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- ▶ Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- ▶ Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- ▶ Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- ▶ Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- ▶ Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- ▶ Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;

- ▶ Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- ▶ Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- ▶ Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- ▶ Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- ▶ Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- ▶ Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- ▶ Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

6.3. Modelo de Monitorização

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva *et al*, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- ▶ Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;

- ▶ Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- ▶ Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- ▶ Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- ▶ Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Albufeira deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Albufeira, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

6.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação

A implementação da Carta Educativa de Albufeira (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- ▶ Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;

- ▶ Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- ▶ Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação da Divisão de Educação do Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural (DES/DDESC), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa de Albufeira, serão carregados diretamente pela Divisão de Educação, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela Divisão de Educação e a preencher e disponibilizar pelos Diretores de Agrupamento, ...). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela Divisão de Educação).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DES/DDESC defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DES/DDESC, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- ▶ A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DES/DDESC e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- ▶ A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Albufeira deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
▶ População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística ▶ Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo ▶ Taxa bruta de natalidade ▶ Saldo natural e saldo migratório ▶ População imigrante	Anual	DES/DDESC (parceria/protocolo com o INE)
▶ Número de desempregados inscritos no centro de emprego de Albufeira	Semestral	DES/DDESC (parceria/protocolo com o IEFP)
▶ Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento ▶ Alunos residentes em Albufeira inscritos, por escola e agrupamento ▶ Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento ▶ Salas de atividade ocupadas (com turma) ▶ Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento ▶ Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento	Anual	DES/DDESC / Agrupamentos de Escolas

TABELA 63 – INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espços letivos e de apoio criadas (II)	34	Anual	DES/DDESC/DPEM

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
	N.º de novas salas/espços letivos e de apoio criadas (1º ciclo)	21	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (1º ciclo)	11	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	7	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (1º ciclo)	9	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (2º, 3º ciclo e secundário)	4	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (1º ciclo)	8	Anual	DES/DDESC/DPEM
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino em equipamentos/territórios com debilidades	N.º de salas afetas a centros de aprendizagem ou de apoio à multideficiência	6	Anual	DES/DDESC/DPEM
	N.º de salas afetas ao ensino profissionalizante	4	Anual	DES/DDESC/DPEM
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes	Execução da residência de docentes	1	Anual	DES/DDESC/DPEM
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (auditórios/salas de alunos)	5	Anual	DES/DDESC/DPEM

TABELA 64 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO: EXEMPLIFICAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/DES/DDESC/DPEM e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DES/DDESC com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DES/DDESC deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DES/DDESC deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-

executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DES/DDESC, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, *flyers*, *website*, *newsletters online*.

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	► Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; ► Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/ DES/DDESC e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e <i>Flyers</i>	► Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; ► Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.		Anual

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Website CMA	► Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; ► Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	► Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; ► Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.		Semestral

TABELA 65 – FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE

FONTE: EQUIPA TÉCNICA (2022)

O contexto atual dos sistemas educativos apresenta níveis de complexidade mais elevados, não apenas relacionados com o dia-a-dia do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, mas também com a sua gestão, coordenação, melhoria contínua, entre outros aspetos. Fatores determinantes para o desenvolvimento do sistema de ensino, ao qual acresce uma necessidade de criação de fatores de atratividade para o exercício da docência. Uma realidade que implica uma visão alargada, interdisciplinar e participada, sobre o futuro do sistema de ensino em Albufeira.

Procurar-se-á, em colaboração com diversos parceiros locais e regionais, desenvolver projetos e iniciativas que apóiem os processos de tomada de decisão e fomentem a participação ativa da comunidade e dos agentes da comunidade na monitorização.

Assim, deverão: i. ser criadas de equipas de trabalho que potenciem a discussão sobre o futuro do ensino e as estratégias para o seu desenvolvimento em Albufeira; ii. realizar-se estudos e diagnósticos de caracterização do contexto particular de Albufeira; iii. Desenvolver projetos de intervenção em contextos reais, que permitam a implementação de mecanismos de melhoria contínua.